

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#68



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Censo ABCR demonstra os padrões da profissão de captador de recursos no país

MARCO REGULATÓRIO

Projeto de Lei nº 13.019/2014 cria regras para os convênios entre governo e ONGs

ADMINISTRAÇÃO

Diversificação de fontes de recursos como estratégia para a sustentabilidade

#TEVE COPA SIM!

TORNEIO MUNDIAL NO BRASIL REUNIU TURISTAS DO MUNDO INTEIRO, MOVIMENTOU RECURSOS E DEIXOU LEGADOS - POSITIVOS E NEGATIVOS - PARA O PAÍS

ENTREVISTA • Jornalista Heródoto Barbeiro reúne as áreas da educação e da comunicação em prol da sustentabilidade e do meio ambiente



..... COLEÇÃO

FILANTROPIA

.....

Cumprindo a missão de democratizar informações para profissionalizar a área social, o Instituto Filantropia tem, entre seus canais de comunicação, três obras técnicas voltadas para captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais

.....



UM DIA DE CAPTADOR

Marcelo Estraviz

**FUNDOS PATRIMONIAIS
CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL**

Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani e
Rodrigo Alvarez

COMUNICAÇÃO
VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Marcio Zeppelini

LIDERAR EQUIPES X COPA DO MUNDO: O QUE ISSO TEM A VER?



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

Terminada a Copa do Mundo no Brasil, é chegada a hora de avaliar o que ficou de bom e de ruim para o país, os chamados “legados”. E este é o assunto da nossa matéria de capa.

Mas o tema do qual queremos tratar neste editorial não é exatamente o dos legados ou do trágico fim da Seleção Brasileira dentro de campo. Nosso assunto aqui é: **gestão de equipes!**

Felipão bem que tentou trazer (ou deixar por aqui) o Hexacampeonato. Dentro de suas crenças, tentou selecionar a melhor equipe, buscando os melhores exemplares que o futebol tupiniquim tem à disposição no mercado. Ofereceu um alto “salário e benefícios” (o da exposição ao mercado mundial da bola) e uma intangível “bonificação”, caso conquistassem a meta de erguer a taça – a de entrar para a história do Futebol Brasileiro.

Como sabemos (e nos lembraremos eternamente), o tiro saiu pela culatra, e a história que essa equipe escreveu ficou manchada. Incompetência? Azar? Indisciplina? Falta de vontade? Talvez um misto de tudo isso tenha levado ao fiasco de não atingir a meta que estava estabelecida no planejamento.

Trazendo essa situação para o nosso pequeno mundo sem “padrão FIFA” do Terceiro Setor, creio que nós, gestores de ONGs, passamos pela pele do Felipão todos os dias: como selecionar melhor nossa equipe? Como motivá-los e fazê-los acreditar que não trabalham para nós, mas pela CAUSA sobre a qual nossa organização se debruça e alimenta esperanças diariamente de soluções que, muitas vezes, são demoradas e doloridas?

Nós (Thaís e Marcio), como dirigentes do Instituto Filantropia, sofremos com a gestão de equipes tanto quanto Felipão e, acreditamos, quanto todos os dirigentes das quase 300 mil ONGs brasileiras.

Sabemos que lidar com nossos colaboradores ao estilo Felipão – xingando, sendo austeros, compulsivos e contundentes – não dá certo. Sendo bonzinhos ao extremo e não dando real valor aos talentos individuais, como fizeram diversas seleções (algumas que se diziam favoritas ao Título), tampouco funciona.

Planejamento prévio, precisão, técnica, espírito coletivo e um pouco de humildade, somados à vontade de vencer instaurada no coração (e nas pernas) de cada jogador, fez com que Joachim Löw e seus pupilos conquistassem o que outros 31 técnicos tentaram e não conseguiram.

Cabe agora a nós, meros mortais, dirigentes de instituições filantrópicas, levar esse exemplo pra nossas mesas de reuniões com nossas equipes e planejar nosso “futebol”, armar estratégias de “ataque” e, consequentemente, fazer gols e trazer a taça.

Às vezes, no nosso dia a dia das ações sociais, as quais produzimos diariamente, tomamos goleadas iguais ou piores do que 7x1. Mas é importante nos lembrarmos sempre das várias vezes que “erguemos a taça”, recordando o que fizemos de certo e de errado com nossa equipe naquelas conquistas.



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

Boa leitura!

SER SUSTENTÁVEL



6

Você está decepcionado com as pessoas ao seu redor?

ENTREVISTA



8

Heródoto Barbeiro

DATA FILANTROPIA



88

Agentes da obsolescência programada e o descarte precoce

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

16 A arte de gerir pessoas

Captação de Recursos

19 Censo ABCR 2014: o perfil do Captador de Recursos no Brasil

22 Captar com pessoas físicas: é necessário estar preparado

Sociedade Participativa

25 Participação social fortalecida

Administração

28 Diversificando as fontes de recursos

Voluntariado

33 Voluntariado pelo idoso e para o idoso

36 Autonomia do colaborador no voluntariado empresarial

Serviço Social

38 A Ética do Cuidar

Contabilidade

42 O controle dos membros e associados das organizações religiosas e associações

Legislação

56 Religião e Assistência Social

12 RADAR SOCIAL

52 PAINEL DE CONTROLE

92 FIQUE LIGADO!

94 GERAÇÃO DE RENDA

96 REFLEXÃO

MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

59 Avanços no assessoramento, defesa e garantia de direitos

Conselhos e conselheiros

61 Abrigo

SUAS Brasil Afora

62 Coaching de Talentos como ferramenta de transformação social

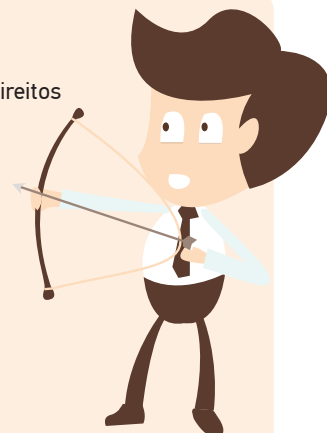
Comunicação

64 O *mass media* e o indivíduo da Assistência Social

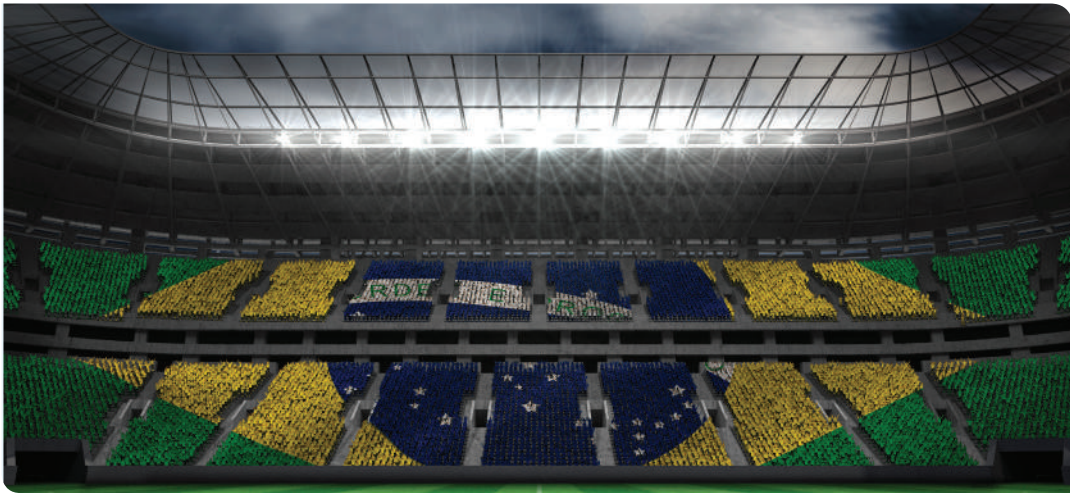
66 Comunicação: o novo desafio do Terceiro Setor

Ficção

68 A rua tá nervosa hoje?



70



E NÃO É QUE #TEVECOPA?

APÓS MESES DE ESPECULAÇÃO E UMA BOA DOSE DE APREENSÃO, ENFIM, OCORREU A COPA DO MUNDO DO BRASIL, QUE DEIXOU LEGADOS POSITIVOS E NEGATIVOS, TANTO FORA QUANTO DENTRO DE CAMPO

50



Um marco para o Terceiro Setor

MARCO REGULATÓRIO

44



Avanços por decreto

ESPECIAL LEGISLAÇÃO



Responsabilidade social

80 A influência da cultura na formação do cidadão

Meio ambiente

84 Projeto pretende limpar metade do Pacífico em até dez anos

Direitos Humanos

87 Dez pontos que você precisa saber quando estiver diante de um cão-guia

SUSTENTABILIDADE



www.institutofilantropia.org.br

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Edinete Azevedo

Leila Souza

Sandra Campos

COMUNICAÇÃO

Fernanda Tudela

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Cleber Almeida da Silva

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrilli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

ALIADOS ESTRATÉGICOS



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO: Felipe Lopes | Fernanda Tudela | Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Bruna Morais | Daniel Gallo | Karina Watanabe | Luciana Silva Rodrigues

• **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello



I N S T I T U T O
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

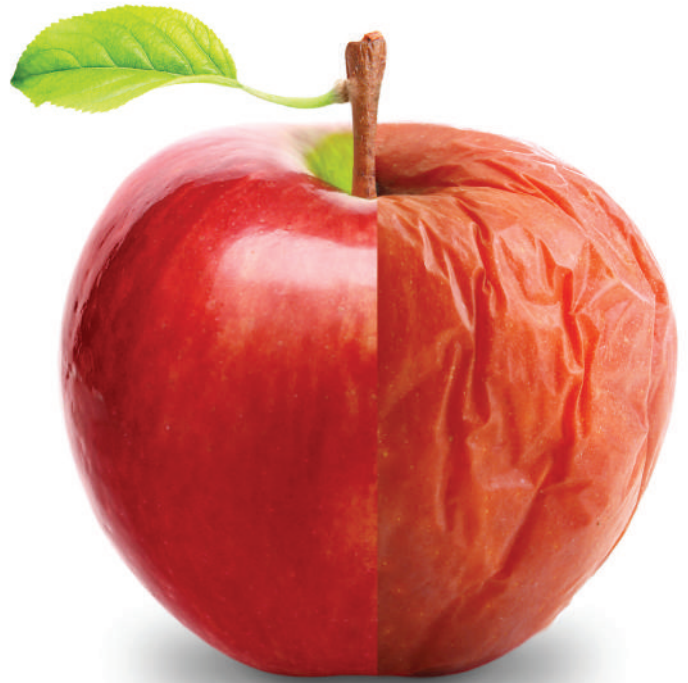
AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br



MARCIO ZEPPELINI é presidente do Instituto Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade.

VOCÊ ESTÁ DECEPCIONADO COM AS PESSOAS AO SEU REDOR?



UM BOM LUGAR PARA VIVER

Conta uma lenda popular do Oriente que um jovem chegou à beira de um oásis, junto a um povoado, e aproximou-se de um velho Samurai, perguntando-lhe:

- Que tipo de pessoa vive neste lugar?
- Que tipo de pessoa vivia no lugar de onde você vem? – perguntou, por sua vez, o ancião.
- Ah, um grupo de egoístas e malvados - replicou o rapaz – Estou satisfeito de ter saído de lá!
- A mesma coisa você haverá de encontrar por aqui – replicou o velho, sorrindo sorratamente.

No mesmo dia, outro jovem se acercou do oásis para beber água e, vendo o ancião, fez a mesma pergunta do primeiro rapaz, obtendo a mesma resposta do ancião:

- Que tipo de pessoa vivia no lugar de onde você vem?
- Ah... lá era tudo ótimo: havia um magnífico grupo de pessoas, amigas, honestas e hospitaleiras. Fiquei muito triste por ter deixá-las.
- Fique tranquilo, rapaz. O mesmo você encontrará por aqui – respondeu o ancião.

Um homem, que tinha escutado as duas conversas, perguntou ao velho:

- Como é possível dar respostas tão diferentes à mesma pergunta?
- Cada um carrega no seu coração o meio em que vive. Aquele que nada encontrou de bom nos lugares onde passou, não encontrará coisas boas por aqui também. Aquele que encontrou amigos ali, também os encontrará aqui.

QUEM FAZ UM LUGAR SÃO AS PESSOAS. QUEM ESCOLHE AS PESSOAS É VOCÊ!

Nossa atitude mental é a única coisa em nossas vidas sobre a qual podemos manter o controle absoluto. O que faz de um lugar bom ou ruim é o sentimento que você mesmo depositou nele. Isso ocorre num lugar visitado, num emprego, numa roda de amigos.

É comum que estejamos absolutamente confortáveis com algumas pessoas e, poucos dias depois, a satisfação de estar com as mesmas pessoas talvez não seja a mesma que outrora. Isso porque você está carregando alguma coisa que em nada tem a ver com esse grupo de amigos.

Ou seja: não importa onde esteja ou com quem esteja; encontre os pontos positivos daquele lugar ou indivíduo. Evite ficar medindo os pontos fracos. Você perceberá imediatamente o quanto aquele ambiente te faz bem!

No trabalho, idem: não adianta você buscar outro emprego se você não consegue separar os pontos fortes e fracos do atual. Somente com tudo na balança é possível ter consciência do que vale ou não a pena. 🍏

“Afiml, se a gente não se divertir, o que é que a gente vai fazer?”

Elis Regina

RESPONSABILIDADE
SOCIAL É LEVAR
OPORTUNIDADES
PARA QUEM
PRECISA.



APOIE O IOS E AJUDE A MUDAR A VIDA DE JOVENS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Transformar indivíduos em cidadãos por meio do conhecimento. Esse é o compromisso do IOS – Instituto da Oportunidade Social, que há 16 anos trabalha buscando, apoiando e monitorando a empregabilidade de jovens e pessoas com deficiência em todo o país. Mas para a iniciativa do Instituto continuar fazendo a diferença, é fundamental que cada vez mais empresas apoiem este trabalho.

Veja porque você deve apoiar o IOS:

○ Único no Brasil com modelo de capacitação em conceitos administrativos e Tecnologia da Informação.

Os alunos formados têm possibilidade de evolução de carreira em Administração ou TI.

Unidades no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Joinville, São Paulo, Uberlândia, Sacramento, Curitiba, Goiânia e Cuiabá.



Pilares de Atuação:



Capacitação

Mais de 26 mil jovens preparados.



Empregabilidade

Cursos gratuitos. Já foram capacitados mais de 26 mil jovens.



Aprendizagem

Soluções para a cota de aprendizes.





COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Heródoto Barbeiro reúne habilidades nas áreas de ensino, comunicação e sustentabilidade para atuar em prol da sociedade

Por **Thais Iannarelli**

Conhecido pela carreira no jornalismo, atuando como apresentador e radialista, Heródoto Barbeiro já foi professor de história contemporânea, durante 25 anos. Lecionou na Universidade de São Paulo, onde fez licenciatura, pós-graduação e mestrado (em História), e também no Colégio Objetivo. Antes de adentrar o mundo do jornalismo, Heródoto ainda cursou a faculdade de Direito e, por fim, jornalismo, na Faculdade Cásper Líbero.

Após ter se envolvido no mundo da política, como candidato a deputado federal, Heródoto se afastou dessa área e passou a atuar mais fortemente no setor social, com políticas públicas voltadas às áreas de educação, cidadania e preservação do meio ambiente. Seu trabalho é desenvolvido na

Sociedade Ambiental Amigos de Taiaçupeba (SAT), onde possui uma Reserva Particular de Patrimônio Ambiental.

Na década de 1970, estreou na TV Gazeta, em um programa que aliava jornalismo e educação. Participou da criação da rádio CBN, onde foi âncora e gerente de jornalismo. Passou 17 anos na TV Cultura, apresentando diversos programas – entre eles, o Roda Viva, em dois momentos diferentes: entre 1994 e 1995 e, depois, entre 2009 e 2010. Atualmente, Heródoto trabalha na Record News como âncora e editor chefe do Jornal da Record News.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Heródoto fala sobre o papel da comunicação, a atuação da SAT e seu interesse pela área ambiental e educacional.

Revista Filantropia: Com sua ampla experiência na área de comunicação e jornalismo, como você analisa a importância da grande mídia para o desenvolvimento da sociedade como um todo?

Heródoto Barbeiro: Sem os meios de comunicação, a democracia não poderia se instalar nem perdurar nas nações. O conhecimento, a aproximação dos povos, o combate à desigualdade, o apoio aos Direitos Humanos e a denúncia de genocídios também se concretizam através dos meios de comunicação. ▶



Algumas pessoas me conhecem, portanto, tento passar para o movimento o meu comprometimento com o meio ambiente, demonstrando que todos podem fazer o mesmo



RF: Como você começou a se envolver com questões ambientais, até começar a fazer parte da Sociedade Ambiental Amigos de Taiaçupeba?

HB: Primeiramente, foi através de coberturas jornalísticas e por meio de contato com ambientalistas. Depois, associei-me à Sociedade Ambiental Amigos de Taiaçupeba (SAT). Hoje, sou proprietário de duas reservas ambientais (RPPNs) em Taiaçupeba, no Estado de São Paulo.

RF: Qual é o seu papel na instituição, hoje? E como a organização atua?

HB: Em dois vetores. Um é o da educação, por meio do envolvimento de jovens em atividades de preservação dos mananciais do Alto Tietê. O outro se dá através de denúncias para órgãos ambientais responsáveis pelo cumprimento da lei. A missão da SAT é organizar e coordenar a comunidade para a implantação de políticas públicas, cujo objetivo é a melhoria contínua das condições para a defesa do meio ambiente, difusão da cultura educação, assim como a preservação dos mananciais e o desenvolvimento sustentável.

RF: Como você analisa, atualmente, as informações repassadas às crianças e adolescentes com relação à importância da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade? As escolas cumprem este papel?

HB: As escolas participam de atividades, como feira de Ciências Ambientais, concursos de redação, exposições de arte dos mananciais, escoteiros, e outras atividades ao longo do ano.

RF: Recentemente você aderiu à campanha “Eu sou carbon free”. Qual é a importância de pessoas com visibilidade e influência aderirem a tais causas? Você acha que acaba incentivando outras pessoas a fazerem o mesmo?

HB: Sim, o fato de trabalhar com mídia dá alguma visibilidade. Algumas pessoas me conhecem, portanto, tento passar para o movimento o meu comprometimento com o meio ambiente, demonstrando que todos podem fazer o mesmo.

RF: Olhando um pouco para a atuação das organizações não governamentais como um todo, como você vê o impacto do trabalho delas para o desenvolvimento social e sustentável da sociedade?

HB: São vitais. Sem elas, a destruição como um todo no Brasil seria ainda maior. Algumas são criticadas por ignorância ou má fé, mas sobrevivem e prestam um serviço fundamental.

RF: Se você pudesse escolher uma prioridade (em termos sociais) dentre as carências que requerem investimentos no Brasil, qual seria?

HB: Sem dúvida seria a de implantar um sistema educacional eficiente, abrangente, agradável e com o envolvimento de toda a sociedade. 🇧🇷

🌐 Link: www.sat.or.br



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar
Perdizes - CEP 01150-001
Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



ESCOLAS ADEREM AO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Escolas públicas de todo o país puderam aderir ao Programa Mais Educação, que oferece recursos para a oferta de educação integral. Atualmente, 49 mil escolas participam do programa, e a meta é chegar a 60 mil. A oferta de educação integral está também no Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para o setor nos próximos dez anos. Segundo o plano, a educação integral, que chega a aproximadamente 30% das escolas públicas, deve atingir 50% das escolas, pelo menos. Além do programa federal, alguns Estados e municípios oferecem os próprios programas. Pelo Mais Educação, as escolas são

selecionadas com base em critérios como baixo índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb); escolas que têm entre seus estudantes, em sua maioria, filhos de famílias do Bolsa Família; e escolas em regiões de vulnerabilidade social. As escolas escolhem até cinco atividades nos macrocampos do programa, entre eles: acompanhamento pedagógico (obrigatório), educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

portal.mec.gov.br



ATLANTICA HOTELS CRIA SELO “CRIANÇA AQUI É LEGAL”

Pioneira na adoção do Código de Conduta do Turismo contra exploração sexual infantojuvenil no Brasil, a Atlantica Hotels criou o selo “Criança Aqui é Legal”. Com a intenção de facilitar a comunicação dos colaboradores dos hotéis com os hóspedes sobre a obrigatoriedade de apresentação de documento de identificação de crianças e adolescentes, a iniciativa está auxiliando na divulgação do artigo 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata especificamente sobre a hospedagem de menores de 18 anos.

www.atlantichotels.com.br

ÍNDICES DE DESIGUALDADE E POBREZA CAEM NO BRASIL

O estudo Brasil: Pobreza e Desigualdade – Para Onde Vamos?, realizado pela OXFAM, com apoio da União Europeia, faz um amplo diagnóstico sobre os índices de pobreza e desigualdade, que têm caído na última década. De acordo com o levantamento, existem três fatores que são responsáveis pela redução da pobreza e das desigualdades: o primeiro é o sucesso de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; o segundo foram os ajustes na previdência, responsáveis por 19% da queda da desigualdade da renda. E, finalmente, o terceiro foram as mudanças na renda do trabalho, responsáveis por 58% da redução na desigualdade.

bit.ly/1od7bNG



ONU PROMOVEU CONSULTA ONLINE SOBRE OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com o fim do prazo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2014, os países reunidos na Conferência Rio+20 concordaram com a necessidade de estabelecer novas metas de desenvolvimento humano. O seguimento a este processo foi uma

consulta online, promovida pelo Pacto Global em parceria com a Organização das Nações para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). Com a intenção de efetivar a meta e os meios práticos para realizar esses objetivos, o questionário reuniu opiniões sobre o desenvolvimento de políticas públicas

que promovam a sustentabilidade corporativa; a promoção de parcerias; o incentivo a práticas financeiras sustentáveis; o posicionamento das pequenas e médias empresas; e a construção da confiança pelo avanço da transparência e da prestação de contas. www.onu.org.br

ESTUDO APONTA AS NOVAS TENDÊNCIAS EM MOBILIDADE URBANA EM SEIS CAPITAIS BRASILEIRAS

Com a pergunta *Qual a sua ideia para se viver?*, feita nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro, o estudo aponta que 47% das pessoas entrevistadas utilizam o carro como principal meio de transporte, número este que contrasta com a perspectiva de um futuro ideal, em que menos de 7% da população optaria pelo uso do carro no dia a dia. Trata-se de um levantamento feito pelo Projeto Sinal Livre, da Liberty Seguros, em parceria com o Instituto Teor Marketing, para entender a realidade e as perspectivas da mobilidade urbana em uma cidade ideal nessas seis capitais do país. A análise revelou que as pessoas gastam em média 60 minutos no deslocamento para o trabalho e estudos, destacando a cidade de Curitiba, com 52 minutos. O Rio de Janeiro ficou com tempo médio de deslocamento entre casa e trabalho superior a uma hora e 10 minutos. Outro fator que chamou a atenção foi que, nos últimos cinco anos, 38% dos entrevistados trocaram o meio de transporte. Cerca de 54% decidiram trocar o transporte público pelo carro, ou moto particular, e 17% declararam ter passado a andar a pé. O que levou os entrevistados a esse comportamento foi a busca por conforto e rapidez.

bit.ly/libertymobilidadeurbana

GOVERNO BRASILEIRO E ONU MULHERES RENOVAM PARCERIA PARA O FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ONU Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Governo do Brasil (SPM-PR) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) firmaram um compromisso de cooperação técnica para o fortalecimento de políticas para as mulheres. A cooperação técnica pretende consolidar e ampliar os direitos das mulheres brasileiras por meio de políticas públicas com a perspectiva de gênero.

www.onu.org.br



AMÉRICA LATINA E CARIBE PODERIAM ACABAR COM A FOME APENAS COM ALIMENTOS DESPERDIÇADOS

O relatório produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe, aponta que a somatória dos alimentos desperdiçados seria mais do que suficiente para acabar com a fome de cerca de 47 milhões de pessoas dessa região. Segundo o relatório, a maior parte do desperdício ocorre ainda na fase de produção, pós-colheita, armazenamento e transporte desses produtos.

Também são descartados alimentos que ainda têm valor nutricional para consumo humano. A decisão desse descarte está associada ao comportamento de vendedores, atacadistas, varejistas, serviços de venda de comida e consumidores. Traduzindo em números, a distribuição de responsabilidades ocorreu da seguinte maneira: 28% do consumidor, 28% da produção, 17% do mercado, 22% da distribuição e 6% do manuseio e armazenamento.

bit.ly/1odaDYA

PROJETO OFERECE DESCARTE ADEQUADO PARA LIXO ELETRÔNICO

O Programa De Volta ao Ciclo já reciclou mais de 4 toneladas de equipamentos de informática desde que a segunda fase do projeto teve início (agosto de 2013). Além disso, a Fast Shop está trabalhando para que esses números cresçam exponencialmente nos próximos anos, com a implementação de programas que incentivam funcionários e clientes a terem atitudes cada vez mais sustentáveis. Através de uma parceria entre Fast Shop, TerraCycle e Coopermiti, a coleta se expandiu para todas as lojas do Estado de São Paulo. Dessa forma, os clientes podem se desfazer de seus resíduos de maneira fácil, gratuita e com a garantia de que os equipamentos recebam o tratamento adequado. A lista com os endereços das lojas Fast Shop do Estado de São Paulo que participam do programa De Volta ao Ciclo pode ser consultada no site.

bit.ly/devoltaaociclo

MINAS GERAIS LIDERA DESMATAMENTO DO BIOMA

De acordo com os novos dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, restam no Brasil apenas 8,5% de florestas com área acima de 100 hectares. O estudo concluiu ainda que o índice de desmatamento aumentou 9% em comparação ao ano anterior. No total, a Mata Atlântica, que está presente em 17 Estados, perdeu 1.850.896 hectares nos últimos 28 anos. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresentou o resultado de algumas iniciativas de enfrentamento ao desmate. O balanço preliminar de uma operação de fiscalização realizada no Nordeste de Minas Gerais, região que lidera a destruição do bioma, indicou que serão aplicadas multas que superam R\$ 2 milhões, além de 10.000 m³ de material apreendido e 16 pessoas presas.

www.sosma.org.br



NOVOS RUMOS DO TERCEIRO SETOR

Com o objetivo de fortalecer os conhecimentos sobre gestão e administração dos profissionais e voluntários de instituições sociais, o Instituto Filantropia promoveu o ciclo de eventos “NOVOS RUMOS”, realizado no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, nos dias 15 e 16 de julho de 2014. O primeiro dia foi dedicado à Gestão de Recursos Humanos e contou com debates sobre voluntariado corporativo, institucional e

voluntariado, assim como palestras sobre formação de equipes, direito trabalhista e liderança. O segundo dia foi dedicado à Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor trouxe profissionais da área falando sobre SPED, Normas Internacionais, CEBAS, ITG 2002 e atuação dos departamentos financeiro e de contabilidade. O evento contou com 19 palestrantes, diversos debates e mais de 80 participantes.

www.institutofilantropia.org.br

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SE UNEM PARA PAUTAR CANDIDATOS PARA PRÓXIMAS ELEIÇÕES NESTE ANO

Com o objetivo de propor questões fundamentais para o debate político que se aproxima surgiu a Agenda Brasil Sustentável, uma iniciativa que oferece a candidatos e eleitores elementos fundamentais para uma reflexão política. O trabalho é resultado de um amplo processo de construção coletiva, promovido por um grupo plural de organizações representativas da sociedade civil brasileira, como Fundação Avina, Instituto Ethos, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Agenda Pública, Rede Nossa São Paulo e o GIFE. O grupo tem promovido reuniões periódicas pautadas em sete eixos: respeito aos limites do planeta; redução das desigualdades e garantias de direitos; integridade e transparência; economia para a sustentabilidade; reforma política e fortalecimento da democracia; valorização do trabalho e gestão pública, com o intuito de construir propostas concretas para as agendas eleitorais. A iniciativa ainda oferece possibilidade de os eleitores avaliarem propostas de governo e o comprometimento dos candidatos com temas de grande valor para o País. Após as eleições, eleitores poderão monitorar no site do movimento os compromissos assumidos pelos governantes.

www.agendabrasilsustentavel.org.br



IDH DO BRASIL MELHORA E SUPERA MÉDIA DA AMÉRICA LATINA, MAS É O 79º EM RANKING MUNDIAL

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil subiu uma posição e superou a média da América Latina e Caribe. Com isso, o país ocupa o 79º lugar no ranking mundial com 187 países. O índice brasileiro é 0,744 -- a média da região é de 0,74, e a média mundial ficou em 0,702. Os dados foram divulgados em relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com base em números referentes ao ano de 2013. Conforme o documento do Pnud, a expectativa de vida dos brasileiros é de 73,9 anos; a média de escolaridade entre os adultos é de 7,2 anos; a expectativa de tempo de estudo é 15,2 anos; e a renda nacional per capita anual é de US\$ 14.275 (cerca de R\$ 31.697 com o câmbio atual). O Brasil apresentou ainda uma taxa de 0,012 no indicador de pobreza multidimensional. O relatório de 2014 possui estimativas para 91 países.

www.noticias.uol.com.br

A ARTE DE GERIR PESSOAS

Corinna Schabbel, Ph.D em desenvolvimento humano e organizacional, fala sobre as estratégias e o impacto dos recursos humanos em organizações sociais

Por Felipe William



Após seu primeiro contato com a área de recursos humanos, no período em que atuou na Alemanha, Corinna Schabbel passou a se interessar pela área de gestão de pessoas e, aproveitando a formação em psicologia, começou a trabalhar com mediação de conflitos para apoiar famílias em crise e também como consultora para empresas. Atualmente, com doutorado em desenvolvimento humano e organizacional na Califórnia, Corinna atua como coach executiva e é gerente de recursos humanos no CWTP – Sociedade de Advogados. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Corinna relatou sua experiência e as necessidades atuais e mais importantes para a gestão dos recursos humanos em organizações sociais.

Revista Filantropia: Sabemos que, em termos de administração, as organizações sociais devem adotar as mesmas estratégias do setor privado, em busca da excelência na gestão. Você acha que isso é colocado em prática na área de recursos humanos das ONGs no Brasil?

Corinna Schabbel: Acredito que a profissionalização do Terceiro Setor tenha construído e contribua para que a área de RH também se profissionalizasse, muito embora, culturalmente, o RH ainda se confunda com o Departamento de Pessoal. Para muitos, o RH não vai além do recrutamento e seleção e a entrevista de desligamento. Excelência em gestão significa também desenvolver pessoas, qualidade de vida no trabalho, gestão de desempenho, que ainda não são realidade em ambos os setores quando falamos de pequenos e médios empreendimentos.

É comum vermos profissionais atuando em áreas para as quais a vida os levou, e não a área que escolheram. Quando um profissional mais maduro opta pelo social, pode ter certeza de que está fazendo uma escolha com base na experiência e nos seus anseios pessoais”

CORINNA SCHABELL,

Coach executiva e gerente de recursos humanos no CWTP – Sociedade de Advogados

RF: Qual impacto uma área de recursos humanos bem estruturada pode causar no trabalho de uma ONG?

CS: O maior impacto eu considero uma melhor qualidade de trabalho, mais pontualidade nas entregas, enfim, eficiência que gera resultados.

RF: Você acha que há diferenças no perfil do profissional que busca uma colocação no mercado privado e no setor social?

CS: Não deveria haver, mas há. O profissional que busca colocação no setor social está mais focado em pessoas e nos relacionamentos. A ambição por uma carreira, ascensão social e tudo o que ela envolve hoje em dia não são os primeiros objetivos de sua lista. O que ambos têm em comum é a falta de planejamento de carreira em médio e longo prazos. É comum vermos profissionais atuando em áreas para as quais a vida os levou, e não a área que escolheram. Quando um profissional mais maduro opta pelo social, pode ter certeza de que está fazendo uma escolha com base na experiência e nos seus anseios pessoais.

RF: Quais são os principais passos para se formar uma equipe qualificada na hora de selecionar os candidatos?

CS: Ao entrevistarmos as pessoas, questionamos o que fez, como fez e por que fez. A qualificação técnica, o perfil psicossocial, as habilidades e a competência são investigados, mas, o que pode fazer a diferença é o entendimento do porquê o candidato optou por participar do processo. Muitos não procuram por uma carreira, e sim por um emprego para pagar as contas. Faz toda a diferença. Eu procuro por pessoas que queiram crescer e fazer carreira, com esforço e dedicação.

RF: Considerando sua experiência no exterior, como você avalia a diferença entre a atuação das ONGs, em termos de gestão, em países desenvolvidos e no Brasil?

CS: Temos no Brasil ONGs de primeira linha que atuam com seriedade e transparência, e projetos importantes que

atendem de fato à população a que se destinam. Não perdem para as estrangeiras. Porém, a corrupção, o desvio de verbas e a preocupação com o ego ainda comprometem boa parte do trabalho executado no Terceiro Setor.

RF: Em sua opinião, quais são os principais desafios encontrados pela área de recursos humanos atualmente, para encontrar bons candidatos e mantê-los motivados?

CS: Acredito que o maior desafio seja a falta de formação. A grande maioria dos candidatos não tem formação à altura das necessidades do trabalho de média complexidade. Os cursos superiores, sejam eles de cinco, quatro ou dois anos, não atendem os requisitos da profissionalização, pois o jovem os frequenta na busca de um diploma, e não do aprendizado. Somente conseguimos motivar aqueles que estão conscientes de que trabalhar é algo sério, e que assim deve ser encarado. 📌



Corinna Schabbel, à direita, durante palestra no Novos Rumos da Gestão de Recursos Humanos, realizado pelo Instituto Filantropia, juntamente com Paulo Silva e Andrea Medina.



VIVA HUMANIZAÇÃO

Roda Conversa / Fórum: Saúde, Educação e Voluntariado

Acolhimento, Comunicação e Voluntariado na Saúde

Participe!

Ação iniciada no Brasil com atuação de profissionais de saúde, de educação e voluntários promovendo atividades com foco no bem-estar dos pacientes e dos cuidadores

Objetivo

Possibilitar uma reflexão aprofundada sobre o conceito de humanização e suas interfaces frente à transformação dos modelos assistenciais e de gestão.

Para quem é essa ação?

Para sujeitos que produzem saúde e educação: eu, você, todos nós. Gestores da Saúde e Educação. Profissionais e estudantes da área da saúde, associações, ONGs, escolas e universidades, empresas, conselhos regionais e centros acadêmicos.



Participe da pesquisa anual dos Fóruns do Viva Humanização



+ Siga-nos  

INSCRIÇÕES E PROGRAMAÇÃO COMPLETA NO SITE

WWW.VIVAHUMANIZACAO.ORG.BR

informações: (11) 30816343 ou curso@vivaedeixeviver.org.br

Iniciativa



Parceiro Social



Apoio de comunicação



Realização





CENSO ABCR 2014: O PERFIL DO CAPTADOR DE RECURSOS NO BRASIL

**Levantamento mostra otimismo em relação ao contexto do captador,
com recorte especial para funcionários de organizações sociais**

A segunda edição do Censo ABCR, único mapeamento dos profissionais que atuam no Terceiro Setor brasileiro com captação, mobilização de recursos e desenvolvimento institucional, mostrou

que eles continuam otimistas em relação ao futuro de seu ofício, tal como do setor.

Nos questionários coletados por meio de pesquisa on-line, os respondentes apontaram uma crescente apreciação de seu



◀ **RODRIGO ZAVALA** é jornalista especializado em comunicação para organizações da sociedade civil, área em que atua há mais de 15 anos.

Embora ainda existam desafios para a captação de recursos, muitas vezes não reconhecida como área, os profissionais afirmaram que não são insulares. Recebem suporte das demais áreas-chave da organização

trabalho em organizações sociais, como indica o recorte especial desta edição.

Nesse sentido, embora ainda existam desafios para a captação de recursos, muitas vezes não reconhecida como área, os profissionais afirmaram que não são insulares. Recebem suporte das demais áreas-chave da organização (Diretoria, Comunicação, Financeiro etc.), tal como são convidados por estas a participarem dos planejamentos estratégicos das instituições.

PERFIL

De acordo com o levantamento, os profissionais não são tão jovens, sendo a maioria (30%) acima de 50 anos, seguidos empatados (24%) pelos respondentes entre 31 e 40 anos, e 31 e 40 anos. Grande parte deles é formada em áreas de exatas, como Administração e Economia (38% e 11%, respectivamente), apesar de o número de graduados em Serviço Social (9%) e Comunicação Social (7%) ser significativo.

No entanto, chama a atenção que, embora a faixa etária pareça elevada, eles ainda são jovens captadores, em relação ao tempo de atuação no setor. Somados, cerca de 72% dos respondentes não têm 10 anos de trabalho na área.

Isso pode ser explicado pelo contexto brasileiro e o *boom* de organizações sociais no final dos anos 1990 até meados da década de 2000. Nesse período, o setor social brasileiro passou por um grande processo de profissionalização, levando à especialização de seus colaboradores. Tal processo é relativamente novo no Brasil.

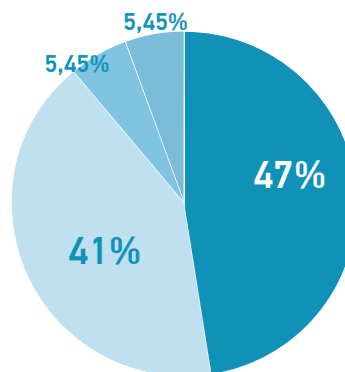
Ainda de acordo com os respondentes, a maioria trabalha no Sudeste, em especial São Paulo (22%), seguido por Nordeste e Sul do país.

COMPETITIVIDADE

Apesar do otimismo em relação ao cenário do captador, esses profissionais ainda apresentam certa dificuldade em se corresponder com seus pares. Mais da metade (53%) avalia de forma insatisfatória a troca de informação e experiência entre eles. Mais: cerca de 30% desse número acredita que existe uma alta concorrência profissional.

RECORTE

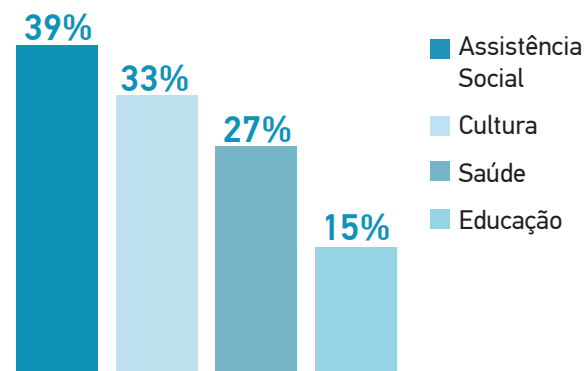
O levantamento considerou quatro formas de prestação de trabalho dos profissionais. São elas:



- É funcionário (CLT, RPA, PJ etc.) de uma organização da sociedade civil?
- É consultor de captação de recursos, ou trabalha em uma empresa que presta serviços de captação?
- Trabalha para um órgão público?
- É produtor cultural

Neste ponto, o Censo fez um recorte apenas sobre os profissionais que integram o organograma de organizações sociais.

Atuação - Eles trabalham majoritariamente em instituições com atuação em:



Essas instituições acompanham temas tradicionais brasileiros, por seus problemas sociais, incentivos fiscais para essas áreas específicas e investimento social do setor privado.

Tempo – Sobre o trabalho nessas organizações, a carga-horária chama a atenção: cerca de 27% dizem trabalhar menos de 10 horas por semana. A pequena dedicação pode ser justificada pela alegada falta de institucionalização da área

Apesar dos desafios impostos no contexto atual, há uma avaliação otimista sobre cenário brasileiro para a atuação do profissional e da captação de recursos no Brasil. Cerca de 77% deles acreditam que é positivo com boas a muitas oportunidades

(de 30%), o que faz com que o profissional não seja exclusivo para captação.

Comparativamente, o número daqueles que trabalham de 30 a 40 horas (24,4%) acompanha o percentual dos que afirmaram que organização da qual é funcionário possui uma área específica (26%).

De forma positiva, 23% dos respondentes afirmam que são profissionais que começaram recentemente a assumir uma função de captador, concomitantemente à criação da área na organização.

Remuneração – A maioria dos profissionais tem registro em carteira (72%), exclusivamente com remuneração fixa pré-combinada. Apenas dois respondentes indicaram receber alguma forma de remuneração variável, como bonificação por meio de resultados ou proporcional ao volume captado.

Rendimentos – De maneira geral, as diferenças sobre quanto um captador de recursos (Júnior, Pleno e Sênior) deve ganhar não sofreram mudanças significativas em relação ao Censo de 2013. O que não deixa de ser curioso, já que no ano passado a questão foi aberta e, em 2014, foi exclusiva para quem é funcionário de uma OSC.

Nos dois anos, a maioria dos respondentes acredita que profissionais de início de carreira (1 a 5 anos) deveriam receber entre R\$2 mil a R\$5 mil; o Pleno (5 a 10 anos), de R\$4 mil a R\$8 mil; e o Sênior (acima de 10 anos), mais de R\$10 mil, como remuneração líquida.

Envolvimento – A maioria dos respondentes se diz apoiada por áreas-chave da organização (Diretoria, Comunicação e Marketing, Projetos, Financeiro), tal como no planejamento (Planejamento Estratégico, Gestão e Elaboração de Projetos, Planejamento e Acompanhamento Financeiro). Isso mostra que, pelo menos, o profissional não é satélite na organização,

Empecilhos – Em uma das poucas respostas discursivas do questionário, os associados ABCR expuseram uma série de motivos que dificultam a captação de recursos. Embora a falta de uma legislação que incentive a doação no país seja um tópico frequente, há também uma insatisfação dos respondentes com relação à:

- Informação sobre a captação/mobilização de recursos;
- Formação de profissionais na área;
- Falta de cultura de captação nas organizações;
- Falta de uma gestão institucional, em especial sobre transparência e planejamento.



Atualização - Sobre a formação contínua desse profissional, além de meios de comunicação e conhecimento mais autodidatas (sites, livros, revistas), a maioria tem interesse por eventos (75%) e cursos (63%), o que mostra que eles circulam e investem em educação especializada.

Porém, chama a atenção também o baixo número que se envolve em grupos de interesse e afinidade (5%), sugerindo que trabalho em rede ainda não é uma realidade para a maioria. Este dado pode também ser creditado às questões sobre competitividade no setor, já mencionadas.

OTIMISMO

Apesar dos desafios impostos no contexto atual, há uma avaliação otimista sobre cenário brasileiro para a atuação do profissional e da captação de recursos no Brasil. Cerca de 77% deles acreditam que é positivo com boas a muitas oportunidades, contra 20% que consideram estável, sem muitas mudanças.

Embora o número seja relativamente inferior ao Censo de 2013 (pouco mais de 80% de otimismo), naquele ano havia um número maior de respostas alertando para um cenário negativo (10%), muito acima dos 3% deste ano.

As tabelas com todos os resultados serão publicados no site e Boletim da ABCR. 📄

📄 Link: <http://captacao.org>



◀ FLAVIA LANG é formada em Administração de Empresas e atuou por mais de 12 anos na liderança de equipes de comunicação e marketing de organizações internacionais, como Greenpeace, Care e Plan. É diretora da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e diretora da Ader&Lang | Rede e Negócios Sustentáveis.

CAPTAR COM PESSOAS FÍSICAS: É NECESSÁRIO ESTAR PREPARADO

Mobilizar recursos no Brasil é um processo desafiador. Entretanto, temos observado, nos últimos anos, o aumento do investimento internacional vindo para o Brasil direcionado para esta área. Além disso, há um consenso de que começar a captar como pessoa física é, em longo prazo, mais eficaz e sustentável.

Existem desafios, assim como em todo programa de captação de recursos, mas uma vez vencidos, o crescimento das organizações passa a ser mais orgânico. Além disso, ter *centenas* ou *milhares* de pessoas contribuindo financeiramente também fortalece a legitimidade da organização.

Existe uma grande oportunidade de desenvolvimento, um mercado quase inexplorado e exemplos de sucesso de organizações nacionais e internacionais que realizam programas de captação de recursos de pessoas físicas.

O programa é fundamentado na construção de uma base de doadores que contribuem mensalmente com pequenos valores, que podem variar, mas na sua maioria são de R\$10 e R\$50. É importante lembrar que esse é um programa que pode ser



desenvolvido por organizações grandes ou pequenas, locais ou internacionais, com resultados surpreendentes.

Uma pesquisa realizada pelo ChildFund Brasil, e apresentada no Festival Latino-Americano de Captação de Recursos de 2012, mostra que os brasileiros doam mais de R\$ 5 bilhões anualmente para projetos sociais e ambientais. Apesar do grande crescimento em comparação ao último estudo realizado pela McKinsey, que mostrava que os brasileiros tinham doado somente R\$ 1 bilhão/ano em 2005, ainda estamos abaixo da média mundial – 0,8% vs 0,2% do PIB, o que demonstra um potencial de crescimento.

Considerando o crescimento econômico brasileiro, o desenvolvimento das organizações no Brasil e os percentuais médios internacionais de doações, alcançaremos um grande mercado de captação de recursos de pessoas físicas, em torno de R\$ 42 bilhões, em 2020. O Brasil está assistindo ao alvorecer de um novo personagem: o doador pessoa física.

Existe uma grande oportunidade de desenvolvimento, um mercado quase inexplorado e exemplos de sucesso de organizações nacionais e internacionais que realizam programas de captação de recursos de pessoas físicas. Existem vários casos de sucesso de organizações que mobilizam mais de 100 mil doadores mensais. Entretanto, apesar de promissor, o processo não é tão simples. Para chegarmos lá, precisamos nos preparar.

Para atingir todo o seu potencial e ser bem-sucedido, o programa de mobilização de pessoas físicas precisa ser bem planejado e administrado pela organização. Vale lembrar que esse programa é de longo prazo, por isso, trabalha-se sempre com projeções de 3 a 5 anos. Isso significa que o primeiro elemento fundamental para o desenvolvimento de um programa é um bom planejamento. Sem isso, não há sucesso. É necessário ter objetivos claros, para que seja possível avaliar o programa constantemente e ajustar o rumo, caso necessário.

Através do planejamento, definimos os objetivos institucionais e onde queremos chegar. Escolhemos os canais de captação que mais se adequam à organização e a forma como vamos nos relacionar com os nossos doadores. Também definimos como será nossa comunicação e quais serão o investimento e o retorno financeiro desse programa, assim como a infraestrutura necessária para chegarmos lá.

O segundo elemento fundamental é a capacidade de investir recursos para mobilizarmos indivíduos. Já sabemos da importância do planejamento para captar recursos com indivíduos; entretanto, não existe nenhum programa bem-sucedido e consistente que não realize investimentos para crescer.

Além do investimento necessário para os canais de aquisição, para desenvolver esse programa é necessário também

Uma pesquisa realizada pelo ChildFund Brasil, e apresentada no Festival Latino-Americano de Captação de Recursos de 2012, mostra que os brasileiros doam mais de R\$ 5 bilhões anualmente para projetos sociais e ambientais. Apesar do grande crescimento em comparação ao último estudo realizado pela McKinsey, que mostrava que os brasileiros tinham doado somente R\$ 1 bilhão/ano em 2005, ainda estamos abaixo da média mundial – 0,8% vs 0,2% do PIB, o que demonstra um potencial de crescimento.

ter uma equipe dedicada e uma infraestrutura que possa suportar o crescimento do programa de mobilização de recursos com pessoa física. Esses dois são respectivamente o terceiro e quarto elementos fundamentais.

Com investimento, o resultado de um programa de pessoa física é exponencial e, uma vez iniciado, a tendência é o crescimento constante. A organização deixa de ser dependente de apenas um grande doador, seja ele empresa, pessoa física ou governo, e passa a contar com centenas ou milhares de pessoas.

Preparar a infraestrutura para o crescimento também é importante. Com centenas ou milhares de pessoas contribuindo, precisamos de uma base de dados que nos forneça informações corretas e que permita uma boa comunicação com os doadores – nada pior do que enviar uma carta para um doador com o nome de outro.

Também é essencial ter um sistema de pagamentos eficiente para recebermos as doações mensais – cartões de crédito e débito automático em conta corrente ou em contas de luz, telefone e água – e diversos canais de resposta. Cada doador prefere doar de uma forma: alguns respondem por carta – precisamos de uma caixa postal –, outros por telefone, e outros pelo site seguro. Precisamos estar sempre aptos a receber doações por diversos meios, e realizar a cobrança dessa doação de forma eficiente. Imagine conseguir milhares de doadores, mas não conseguir cobrá-los! Isso significa o fracasso do programa.

Na parte da infraestrutura encontramos as maiores barreiras para o desenvolvimento do programa. A infraestrutura necessária para o desenvolvimento de um programa de doação de pessoa física ainda está em construção. Isso não significa que não existam organizações que trabalhem de forma eficiente há décadas ou séculos, mas, para se tornarem mais acessíveis e competentes para todas as organizações, ainda há muito trabalho a ser feito.

Em grandes instituições, mesmo com o apoio de uma grande agência, as campanhas de captação com pessoa física às vezes são quase inteiramente criadas internamente. Ainda hoje, existem poucas agências especializadas nessa área, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e na Europa, onde as organizações podem escolher entre um grande número de fornecedores. A realização de convênios com os bancos para o recebimento das doações de forma automática se traduz em um processo difícil e, às vezes, impossível. Em muitos países, esse também é um processo simples. E, ainda, não existem sistemas para a gestão da base de dados prontos, focados nessa área, e as customizações em busca da eficiência são caras.

Outro grande desafio é encontrar as pessoas corretas para o desenvolvimento das atividades de mobilização de recursos com pessoas físicas. Para desenvolver um programa de marketing direto, tudo precisa ser mensurado. Devem ser pessoas criativas, que não têm medo de testar, analisar os resultados das campanhas e serem responsáveis pelo investimento realizado. São mais do que excelentes comunicadores; conseguem transmitir questões complexas de forma simples, inspirar e engajar centenas ou milhares de pessoas com a sua causa e, por isso, precisam ser apaixonadas pelo que fazem e estar 100% engajados. Fácil? Não muito. Não existe formação nessa área no Brasil, então, a busca por este profissional é um pouco diferente, baseada no perfil e nas habilidades, e não na formação.

Além disso, é necessário pensar no setor de mobilização de recursos como parte integrante do coração da organização, com estrutura e investimento exclusivos e dedicados

Na parte da infraestrutura encontramos as maiores barreiras para o desenvolvimento do programa. A infraestrutura necessária para o desenvolvimento de um programa de doação de pessoa física ainda está em construção. Isso não significa que não existam organizações que trabalhem de forma eficiente há décadas ou séculos, mas, para se tornarem mais acessíveis e competentes para todas as organizações, ainda há muito trabalho a ser feito.

ao crescimento para garantir o retorno financeiro sustentável. A incorporação da estratégia de mobilização de recursos como elemento estruturante da organização e a visão de longo prazo são essenciais para a construção da sustentabilidade financeira organizacional futura.

Desenvolver um programa sólido de mobilização de recursos de pessoa física é um processo que requer investimento e pessoas preparadas, mas tem grande potencial e garante, em longo prazo, a sustentabilidade e a independência das organizações.

Doações de pessoas físicas são a base dos doadores das organizações americanas. Eu pessoalmente acredito que esta seja a tendência para as organizações brasileiras. Sou apaixonada pelo desenvolvimento das organizações com base em programas de pessoas físicas: mais do que recursos, conseguimos o apoio e o engajamento de pessoas à nossa causa.

Nos próximos artigos, abordaremos comunicação e posicionamento institucional, canais de captação e relacionamento, retenção e desenvolvimento de doadores. 📌

MARKET



ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br



◀ **BELLOYANIS MONTEIRO** é coordenador de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica e coordenador da Rede de ONGs da Mata Atlântica. Além de ter coordenado o Voluntariado da Fundação, é representante da SOS Mata Atlântica na Diretoria Regional da Abong (Associação Brasileira de ONGs) e Membro do Colegiado da Rede Nossa São Paulo.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL FORTALECIDA

No Brasil, a história da participação social se mistura à história da democracia. Assim como nossa democracia, a participação social é uma construção recente. Foi durante o processo de abertura política da década de 80 que a sociedade civil organizada passou a ter papel protagonista nos processos de mudanças e conquistas de cidadania. Um exemplo foi a própria construção da Constituição de 1988, quando movimentos sociais participaram ativamente da elaboração do texto constitucional. E foi a partir da Constituição que a participação social se institucionalizou.

Recentemente, o tema voltou a ganhar força, e repercussão, com dois novos mecanismos que renovam a regulamentação da interação do Terceiro Setor com o Estado: o novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (Projeto de Lei 7.168/2014) e a Política Nacional de Participação Social – PNPS (decreto 8.243/2014). Vamos primeiro ao marco.

Um exemplo foi a própria construção da Constituição de 1988, quando movimentos sociais participaram ativamente da elaboração do texto constitucional. E foi a partir da Constituição que a participação social se institucionalizou

Em 1999, foi publicado o Marco Legal do Terceiro Setor (Lei 9.790/99), que instituiu a figura da OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e cria a possibilidade dessas organizações celebrarem termos de parceria com o poder público para a execução de projetos. Como observa Rubens Naves no capítulo “Novas possibilidades para o exercício da cidadania”, publicado no livro “A História da Cidadania”, “apesar dos avanços, as leis que disciplinam, fomentam e controlam a atuação das entidades do Terceiro Setor – seu marco legal – são ainda incipientes no Brasil e





Evento de lançamento da Política Nacional de Participação Social, em maio deste ano

Mais polêmico do que o novo marco e capaz de gerar uma discussão calorosa na imprensa, com pontos de vista de todos os tipos, foi o Decreto Presidencial 8.243, de 23 de maio, que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS)

há um trajeto a ser cumprido para o seu aperfeiçoamento, que passa pela reforma da legislação atual”. E é justamente a essa reforma que se dedica o novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que trata especificamente das relações entre Estado e OSCs.

O novo texto cria instrumentos jurídicos específicos para essas parcerias (entre OSCs e os órgãos da administração pública em níveis federal, estadual e municipal), trata da exigência de qualificação das organizações e garante maior segurança jurídica para as partes envolvidas, sobretudo em relação à prestação de contas. Ações fundamentais, principalmente se levarmos em conta as denúncias de corrupção envolvendo ONGs que, na última década, tomaram conta do noticiário, gerando na opinião pública desconfianças em relação a essa forma de parceria.

Ao passo que valorizam as OSCs e garantem transparência nas relações com poder público, as novas normas também

desburocratizam orçamentos – ao simplificar a prestação de contas para projetos de valores menores – e asseguram um acompanhamento mais próximo dos projetos que envolvem mais recursos.

Importante ressaltar que o conteúdo da nova legislação é resultado de diálogo e consultas que contaram com a participação de representantes das OSCs de todo o país e da “Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil”, aliança que reúne organizações que lutam há mais de dez anos pelo avanço da legislação que envolve as OSCs.

Para entender melhor o novo marco regulatório e como as regras sobre as parcerias entre sociedade civil e poder público trazem uma relação mais segura para os gestores públicos, vale a pena conferir a “Cartilha PL 7168/2014: Construindo uma sociedade civil autônoma e transparente”, publicada pela Abong – Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, disponível em <http://www.abong.org.br/noticias.php?id=7258/>.

Mais polêmico do que o novo marco e capaz de gerar uma discussão calorosa na imprensa, com pontos de vista de todos os tipos, foi o Decreto Presidencial 8.243, de 23 de maio, que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

De acordo com o decreto, fica instituída a PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Conforme o decreto, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta devem considerar as instâncias e os mecanismos de participação social “para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas públicas”.

As críticas, como observado, foram das mais variadas, incluindo classificações como “golpista” e “bolivariano”. Para os deputados que manifestaram desaprovação, trata-se de um ataque à Constituição e à democracia, já que a PNPS invadiria competências do Parlamento. No entanto, a análise do decreto demonstra que posições como essa, se não políticas, só se justificam pela desinformação.

Quando diz que a administração pública deve considerar mecanismos de participação social, o decreto refere-se a órgãos como os conselhos permanentes de políticas públicas, conferências nacionais temáticas e audiências públicas. Ou seja, não há a criação de novas instâncias, tampouco elas passam a ser controladas pelo governo.


Os conselhos surgiram no Brasil a partir da organização de demandas sociais. Além de abordar os mais variados assuntos, há conselhos que datam desde a década de 30 do século passado, como é o caso do CNE (Conselho Nacional de Educação), de 1931, o CNS (Conselho Nacional de Saúde), de 1937, e o CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), de 1964. Em sua maioria são consultivos, e apenas contribuem com o Executivo, ou seja, não decidem. Apenas o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), de 1981 e o Conanda (Conselho Nacional

dos Direitos da Criança e do Adolescente), de 1991, são normativos, portanto têm poder executivo.

Além de não criar novos conselhos, o decreto também não interfere nos já existentes. Tampouco o governo será obrigado a seguir decisões dos conselhos. A única obrigatoriedade é que os órgãos de administração, como os ministérios, deverão considerar essas instâncias na hora de formular ou executar políticas, o que em muitos casos já ocorre. Setores que não têm esta prática, agora serão estimulados a adotá-la.

A participação popular, representada por grupos organizados em conselhos, só tem a contribuir com a construção e implementação de políticas públicas. É assim em diversos países democráticos ao redor do mundo, que fortalecem a democracia representativa a partir da participação desses grupos.

A questão que deveria ser discutida é o enfraquecimento pelo qual tem passado alguns conselhos nos últimos anos, como é o caso do próprio Conama, que conta com a participação de variados setores sociais e já realizou contribuições relevantes para a política ambiental brasileira, o meio ambiente e a qualidade de vida. Hoje, passa por um momento de ostracismo, sendo deixado de fora de discussões importantes que têm resultado na fragilização de instrumento da gestão ambiental do país. Portanto, nesse contexto, se o debate sobre a PNPS ao menos servir para fortalecer esses conselhos, é mais do que válido e merece ser aprofundado.

Aprimorar os espaços de participação social, como propõe as regulamentações apresentadas, e valorizar instrumentos de diálogos com a sociedade civil, só pode trazer benefícios para nossa democracia. Nesse sentido, todo processo de fortalecimento é sempre bem-vindo. 

REFERÊNCIAS:

NAVES, Rubens. *Novas possibilidades para o exercício da cidadania*. In PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Historia da Cidadania*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2015. P. 560.
RIBEIRO, Vera Maria Masagão. *A luta por uma Marco Regulatório para as organizações da Sociedade Civil*. Disponível em <<http://www.gestaoemdebate.saeb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/082.pdf>>. Acesso em 5 de julho de 2014.
Cartilha PL 7168/2014: *Construindo uma sociedade civil autônoma e transparente*. Disponível em <<http://www.abong.org.br/noticias.php?id=7258>>. Acesso em 5 de julho de 2014.

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





◀ **MICHEL FRELLER** é empreendedor social, palestrante e consultor. É administrador público formado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e mestre em Administração pela PUC-SP, com aperfeiçoamento em gestão, formação de projetos e captação de recursos, tanto no Brasil, quanto no exterior. É professor na pós-graduação do SENAC, conselheiro-diretor no Instituto Filantropia, conselheiro fiscal da ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) e fundador da Criando Consultoria.

DIVERSIFICANDO AS FONTES DE RECURSOS

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PODEM CAPTAR RECURSOS DE DIVERSAS MANEIRAS, PROMOVENDO SUA SUSTENTABILIDADE*

Colaboração de Paula Craveiro

*Resumo adaptado da dissertação "Mobilização de recursos para Organizações sem Fins Lucrativos por meio de geração de renda própria", apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autor: Michel Freller



Segundo o estudo *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2010 – FASFIL*, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, existem no Terceiro Setor cerca de 290 mil organizações sem fins lucrativos. Isso significa que há forte concorrência na busca por recursos nesse setor – mesmo diante da diminuição de 14,2% no total de organizações em comparação ao estudo da FASFIL de 2005, que contabilizou 338 mil. É importante enfatizar que tal diminuição também ocorreu devido à modificação de critérios da pesquisa.

Ao tentarem dar prosseguimento às suas atividades, muitas organizações da sociedade civil recorrem a novos meios de captação de recursos, como a comercialização de produtos e de serviços. Mas é aí que vem a dúvida: essas associações podem exercer atividade de natureza econômica?

Encontramos na legislação vigente a expressão “sem fins lucrativos” ou “organizações para fins não econômicos”, conforme aparece no artigo 53 do Código Civil, que, na realidade, indicam a proibição da distribuição de lucros entre seus associados. A ocorrência de tal ação caracterizaria a organização como sendo de cunho empresarial, desviando-se, assim, de seus princípios.

Independentemente da caracterização de uma organização da sociedade civil (OSC), é fato que ela necessita de recursos para cumprir sua função social, preconizada por seus fundadores e na missão definida em seu estatuto. No entanto, muitas não conseguem sobreviver por desconhecerem os meios para acessar os recursos disponíveis nas diversas fontes.

RECURSOS FINANCEIROS LIVRES

O desafio que se impõe a essas OSCs é saber como mobilizar recursos financeiros livres para que elas sejam menos dependentes de doações de pessoas jurídicas e de apoios governamentais, que normalmente são recursos destinados a projetos específicos. Em outras palavras, as organizações precisam buscar, por meio do plano estratégico de longo prazo, meios próprios de obter os recursos necessários para atender aos seus objetivos e à sua sustentabilidade financeira. A venda de produtos e serviços, negócios sociais¹ e outras formas de geração de renda própria são algumas das possibilidades.

Segundo Luciano Antonio Prates Junqueira, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e coordenador do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (NEATS/PUC-SP), “a principal característica das organizações do Terceiro Setor é sua finalidade social” e que “a possibilidade de existir excedente financeiro somente obriga estas organizações a reinvestirem integralmente esses recursos, de modo a auxiliar em sua autossustentabilidade”. Junqueira ressalta ainda que são poucas as organizações que podem se orgulhar de utilizar os mecanismos de “autossustentação”, pois grande parte padece por falta de planejamento estratégico.

¹Neste artigo, considera-se negócio social quando mais de 50% da receita é obtida por meio da geração de renda própria.

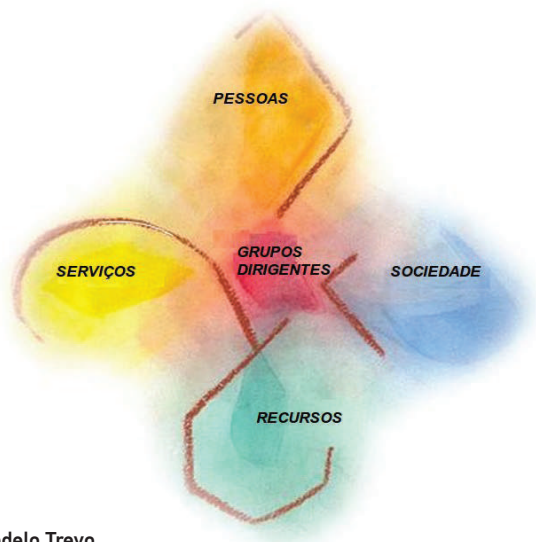
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para manterem-se em atividade, é preciso que as OSCs conscientizem-se de que não basta apenas ter boa vontade e bons projetos. É fundamental que elas contem com o respaldo de um planejamento estratégico, que norteará todos os seus passos para a realização de sua missão.

Um Plano Estratégico de Mobilização de Recursos (PEMR) tem como objetivos: organizar, de forma clara e objetiva, os atrativos de uma organização para solicitação e obtenção de recursos da sociedade (*case statement*); potencializar a atração de novas fontes de recursos, levando em consideração a necessidade da diversificação destas; apresentar novas estratégias para mobilização de recursos, de acordo com pesquisas e estudos de caso realizados para uma organização ou projeto; apontar desafios a serem enfrentados, definir prioridades e sugerir ações para implementação do plano; e recomendar práticas de comunicação de suporte para a mobilização de recursos.

O PEMR funciona como um guia para as atividades de captação e mobilização de recursos realizadas pela OSC, servindo tanto para esclarecer as questões estratégicas envolvidas, quanto para oferecer suporte às atividades de comunicação necessárias à obtenção de resultados nessas atividades. Esse plano é dividido em cinco partes: direcionamento, objetivos e metas, estratégias, comunicação de suporte e desenvolvimento institucional (DI), concluindo-se com um plano de ação para auxiliar na sua implementação.

Para a definição na necessidade social, área de atuação e serviços que serão oferecidos, bem como para a descrição dos *stakeholders*, costuma-se empregar o Modelo Trevo, elaborado por Antônio Luís de Paula e Silva, presidente do Instituto Fonte e consultor de OSCs. Os gestores devem estar seguros quanto aos recursos (financeiros ou não) necessários para a manutenção, o progresso da organização, os investimentos necessários, inclusive levando em conta o valor envolvido em questões operacionais e nos serviços que presta para seu público.



Modelo Trevo

Além do plano estratégico, é recomendável que as organizações desenvolvam campanhas e solicitações dirigidas a diferentes fontes com diversas estratégias. Isso permitirá a diversificação de meios de sustentação financeira e evitará que a dependência excessiva de poucas fontes de recursos, o que poderia vir a comprometer a continuidade do projeto, bem como contribuirá para expandir as possibilidades de arrecadação, para estabelecer contato com variados públicos e ampliar seu reconhecimento em diversos setores da sociedade, contribuindo para sua legitimidade social.

“Uma iniciativa social que obtém recursos de diferentes fontes nacionais e internacionais, privadas e públicas, é, seguramente, uma iniciativa representativa, legítima e útil à sociedade”, explica Danilo Brandani Tiisel, advogado especializado em Direito do Terceiro Setor e mobilização de recursos para fundações e associações, e coordenador da Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo (OAB-SP).

COMUNICAÇÃO COMO SUPORTE À CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A comunicação específica de apoio para a atividade de captação é outro aspecto fundamental para o sucesso da implementação do PEMR.

Dentre as principais características de uma peça de captação de recursos, destacam-se: ser impactante e capaz de causar envolvimento emocional, possuir textos sucintos e em formato prático, ser elaborada de acordo com cada uma das estratégias adotadas, as informações contidas devem ser facilmente compreendidas e criar identificação entre o possível investidor social e a OSC, e combinar diferentes mídias (impressa, CD, e-mail, vídeo, entre outras).

Quanto ao seu conteúdo, a comunicação deve privilegiar dados convincentes sobre o cenário (necessidade social) e justificativas para a atuação social da OSC; apresentar plano de benefícios ao investidor, ou seja, o que a organização pode oferecer ao investidor social (contrapartidas); descrever a missão institucional, suas metas e seus objetivos; destacar, em primeiro lugar, os resultados esperados e os alcançados, quando existirem; e ter as faixas de valores para contribuição bem definidas (cotas).

Dispor de um site moderno, com informações atualizadas e relevantes sobre a causa e a OSC, bem como uma área específica para captação de recursos, com múltiplas possibilidades de pagamento e de valores para serem escolhidos, também facilitam.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para o desenvolvimento das atividades de mobilização de recursos, muitas OSCs têm criado uma área de Desenvolvimento Institucional (DI) que, conforme descrita no livro *Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos*, de Célia Meirelles Cruz e Marcelo Estraviz, deve ser organizada de acordo com as características da organização e com as prioridades das estratégias definidas para a mobilização de recursos.

ESTRATÉGIA PRINCIPAL	ESTRATÉGIA SECUNDÁRIA	TÁTICA	FERRAMENTAS	
Grandes Doadores (<i>major donors</i>)	Legados	Com vínculo à organização ou a seus gestores, rede, cotas, incentivos fiscais, tijolo, contar histórias, selo, tirar da zona de conforto	Visitas pessoais, email e pesquisa	
	Entorno (da organização)			
	Campanha capital			
	Doação em dobro (<i>Matchfund</i>)			
	Para a causa	Sem vínculo, cotas, incentivos, selo, tijolo		
Edital	Sem incentivo	Pesquisa	SICONV, convênios, pesquisa, websites, emenda parlamentar	Escrever o projeto
	Incentivos Fiscais Federais, Estaduais e Municipais	Formatar o projeto	Cultura, Idoso, criança e adolescente, esporte, saúde	
		Funcionários	OSCIP, UPF, CEBAS	
	Financiamento coletivo (<i>crowdfunding</i>)	Filmes de 2 min	ProAC e outros estaduais e municipais	
	Prêmios	Pesquisa	Websites	
			Inscrição	
Geração de renda	Venda de produtos	Micro doação - arredondar, NFP	Divulgação, anúncios, cartão de crédito	
		Loja própria		
		Bazar / brinde		
	Venda de serviços	Pesquisar e formatar		
	Mantenedores	Adote	cara a cara, email, mala direta, clique e agende, telemarketing, redes sociais, jogos, torpedo - SMS, contar histórias, tijolo, voluntariado, embaixadores da causa, vídeos, comunicação permanente	
		Apadrinhamento		
		Solicitação		
	Licenciamento	criar personagem	Rede, pesquisa e reunião	
	MRC- Marketing relacionado a causas	Branding		
Eventos	Definir tema, pessoa famosa, funcionários			
Fundos patrimoniais	Regulamento, gestão e governança			
	Aluguéis	Anúncios	Contrato	
Captação de produtos	Bazar	—	Bens apreendidos	
	Leilão	—	Solicitação	
Catástrofe	Rede	Emoção e emergência	Redes sociais, anúncios, SMS, vídeos	
Voluntariado	Rede	Prestadores de serviços	Convidar, visitas	
		Diretoria		
Parcerias	Rede	Pesquisa / Nota fiscal (paulista)	Visitas, pesquisa, contratos	

CONCEITOS ESSENCIAIS

Sustentabilidade financeira: capacidade de uma organização não-governamental de manter-se viva e ativa e não depender muito de outras fontes de financiamento de recursos vinculados (carimbados), com risco de parar o fluxo de entradas.

Sustentabilidade: conceito sistêmico relacionado à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais para a atividade de uma iniciativa organizada, ou mesmo de toda atividade humana.

Mobilização de recursos: termo descreve diferentes atividades, planejadas e coordenadas, realizadas visando à geração de valores necessários à viabilização da missão de empreendimentos sem fins lucrativos. Ou seja, mobilizar recursos é atividade de apoio fundamental para toda atividade organizada do Terceiro Setor.

É importante observar que a busca por recursos a partir do comércio envolve riscos como em qualquer outra atividade econômica. Porém, as OSCs não podem fechar os olhos para as oportunidades em novos negócios sociais, principalmente nas áreas de saúde, direitos humanos e educação formal e não formal

Cabe à área de DI atividades como: participar da implementação do PEMR; criar e conservar o banco de relacionamentos; prospectar fontes de recursos e manter a comunicação de fidelização; coordenar campanhas para mobilização de recursos; elaborar projetos e orçamentos; criar relatórios de prestação de contas; elaborar textos de agradecimento e planos de contrapartida para doadores, patrocinadores, apoiadores e parceiros; participar de reuniões de solicitação de recursos; coordenar terceiros envolvidos nas campanhas de mobilização de recursos, como publicidade, assessoria de imprensa e agências de marketing e comunicação; coordenar eventos especiais para captação e mobilização de recursos; documentar e sistematizar os resultados das atividades e preparar relatórios; além de pensar em novas e inovadoras estratégias e participar das reuniões de Diretoria.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A Geração de Renda Própria (GRP), que engloba os negócios sociais, também é uma boa forma de diversificar estratégias e fontes, para que as OSCs alcancem sua sustentabilidade financeira.

É importante observar que a busca por recursos a partir do comércio envolve riscos como em qualquer outra atividade econômica. Porém, as OSCs não podem fechar os olhos para as oportunidades em novos negócios sociais, principalmente nas áreas de saúde, direitos humanos e educação formal e não formal.

Outra grande oportunidade dentro da GRP é a captação de recursos com pessoas físicas. Novas estratégias, táticas e ferramentas, tais como *face to face*, *click to call* e *crowdfunding*, devem ser empregadas para a conquista desse público. Segundo estudos do setor, essa é a única fonte que apresenta tendência de crescimento.

PONTOS DE ATENÇÃO

Para alcançarem a sustentabilidade financeira, as organizações devem atentar aos incentivos fiscais, que representam somente

20% do valor aportado pelas empresas. Para muitas OSCs, esse tema costuma a ser um empecilho em razão de sua complexidade. “As organizações têm sofrido com alterações constantes, duvidosas e arbitrárias nas regras para o setor”, comenta a procuradora e secretária adjunta da Câmara Municipal de São Paulo, Maria Nazaré Lins Barbosa, integrante da Comissão de Terceiro Setor da OAB/SP.

Para reduzir as dificuldades impostas às organizações na busca por recursos e estimular a diversificação de fontes, José Alberto Tozzi, especialista em gestão e em profissionalização de entidades do Terceiro Setor, sugere: “O marco regulatório para o Terceiro Setor poderia ser completamente revisado priorizando-se a visão de gestão, governança e transparência das entidades. Essa revisão poderia levar em consideração a reestruturação de toda a legislação do setor, criando o Estatuto do Terceiro Setor nos moldes do Estatuto da Pequena e Média Empresa, com definições claras sobre atividades, certificações, prestações de contas e gestão das entidades do Terceiro Setor”.

Enquanto não se define um novo marco regulatório mais amplo, percebe-se que o aprovado recentemente é apenas parte do marco necessário, que se preocupa com a relação do governo federal com as OSCs, representando pequena parcela do setor – cerca de 20% das OSCs têm verba do governo –, que, embora importante, ainda não é a solução desejada.

Compreendem-se as preocupações do governo federal com a transparência na transferência de recursos para o Terceiro Setor, porém não se pode esquecer que a minoria das OSCs (menos de 0,05%) foi responsável por escândalos veiculados pela imprensa e que a maioria das organizações é séria e presta contas com relativa qualidade.

O Terceiro Setor movimentava mais de R\$ 100 bilhões anualmente, representando cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), e merece mais atenção por parte das autoridades. 📌



VOLUNTARIADO PELO IDOSO E PARA O IDOSO

“A coisa mais moderna que existe no mundo é envelhecer”

Arnaldo Antunes

As pessoas idosas têm, cada vez mais, sido vistas como relevantes para o desenvolvimento da sociedade. Existe uma grande preocupação em melhorar e dar qualidade de vida aos idosos, por meio de políticas públicas e programas em todos os níveis.

Em relação ao voluntariado, dois aspectos devem ser considerados: o voluntariado realizado *para* o público idoso e o voluntariado realizado *pele* público idoso.

A oportunidade de realizar o trabalho voluntário para o público idoso acontece não só em programas com idosos dependentes, ou seja, asilos, casas de repouso ou

instituições de longa permanência, mas também em programas de qualidade de vida e apoio ao envelhecimento saudável, com projetos de recreação, atividades culturais e esportivas, em centros de convivência, associações e centros-dia, entre outros.

O outro aspecto é a reflexão sobre a atividade voluntária realizada pelo público idoso, no processo de aposentadoria. A aposentadoria é uma etapa importante da vida, que traz uma série de sentimentos e questionamentos. Se bem trabalhados, podem ser excelente oportunidade para um recomeço e encontro com uma nova razão e propósito. Se,

por um lado, é um momento de ruptura com a rotina de décadas, por outro é o momento de realização de desejos e sonhos. O afastamento do trabalho gera sentimentos ambíguos e antagônicos, pois, junto com a ideia de liberdade, de descanso, de prêmio, está a sensação de inutilidade, de inatividade, de vazio e até de recusa em aceitar a situação. No imaginário das pessoas, aposentado rima com desocupado, desatualizado, ocioso, improdutivo e outros adjetivos depreciativos.

No Brasil, a Lei nº 8.842/94 (Política Nacional do Idoso) e a Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) são fundamentais no apoio e amparo a essa população, e garantem um Programa Preparatório para a Aposentadoria (PPA). O investimento neste projeto, portanto, é uma ação de cidadania e responsabilidade social, uma vez que trata do justo reconhecimento a quem investiu valioso tempo de sua vida ao trabalho e à sociedade. Seu objetivo é preparar os colaboradores mais experientes, cidadãos ainda produtivos, para que possam encarar sua nova realidade e enfrentar o mundo fora do trabalho formal, com autoestima elevada e motivação necessárias para suas novas atividades. Assim, oferece ao empregado em condições de ou próximo à aposentadoria, assim como a seus familiares, preparação por meio de orientações e reflexões para sua nova realidade do ponto de vista jurídico, econômico-financeiro, biológico, psicológico e social.

Cada vez mais as empresas se dedicam a criar cursos, oficinas e palestras para o programa PPA. O envelhecimento

O envelhecimento e o engajamento do idoso em atividades voluntárias passaram a ser alvo de atenção e estudos, pois o idoso encontra no voluntariado uma forma de ocupar seu tempo de forma produtiva, de compartilhar talentos e habilidades adquiridos durante toda a vida

e o engajamento do idoso em atividades voluntárias passaram a ser alvo de atenção e estudos, pois o idoso encontra no voluntariado uma forma de ocupar seu tempo de forma produtiva, de compartilhar talentos e habilidades adquiridos durante toda a vida e, ainda, de construir novos relacionamentos. É, para a pessoa idosa, uma oportunidade de participação completa e efetiva na vida econômica, social e política de sua comunidade.

Se o cenário no início do século 20 apontava para uma expectativa de vida média de 45 anos, entramos no século 21 com uma expectativa perto dos 75 anos. Na Assembleia das Nações Unidas, em 2002, na cidade de Madri, foi elaborado um Plano de Ação Internacional sobre o

Envelhecimento: “Uma sociedade para todas as idades possui metas para dar aos idosos a oportunidade de continuar contribuindo com a sociedade. Para trabalhar nesse sentido, é necessário remover tudo o que representa exclusão e discriminação contra eles”.

Lembramos ainda que a escolha da atividade voluntária deve ser espontânea, e os idosos devem buscar ações que realizem com alegria, em situações apropriadas aos seus interesses, valores e capacidades. Como exemplo, nossa equipe de voluntários do Centro de Voluntariado de São Paulo conta hoje 34 voluntários, sendo que 38% deles têm mais 60 anos. Eles formam uma equipe ativa, atuante, comprometida e responsável, que muito contribui para o sucesso e impacto de nossas ações. 🇧🇷

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



SETECO: há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela **QUALIDADE** e pelo grau de **EXIGÊNCIA**, quanto à **COERÊNCIA** e **PRECISÃO** de um trabalho contábil. Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a SETECO, especializada nos segmentos:



Indústria



Comércio



Serviços



Terceiro Setor

Outsourcing: Terceirização contábil, fiscal e trabalhista
Compliance: Prevenção e mitigação de gastos
BPO: Automação, integração e administração de controles internos
Tax: Sistema Integrado de Gestão
Imposto de renda de pessoa física
Abertura de empresa e alterações contratuais





AUTONOMIA DO COLABORADOR NO VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Segundo a edição mais recente da pesquisa Perfil do Voluntariado Empresarial no Brasil, lançada em 2012 pelo Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial, 57% das empresas brasileiras fazem algum tipo de trabalho voluntário. A ampla disseminação da prática voluntária traz consigo novas reflexões sobre as experiências que têm sido implantadas. Uma delas é: qual é o lugar do voluntário nos momentos de decisão, na condução das ações voluntárias?

Em entrevista concedida ao boletim Notícias em Rede, da Fundação Itaú Social, a especialista em sustentabilidade empresarial, Inmaculada Rodriguez, afirma que a coordenação das ações pelos próprios voluntários ainda não é uma prática muito difundida em programas de voluntariado empresarial. Comumente as organizações determinam por si próprias as ações que farão parte do programa de voluntariado. Essas definições têm como base o foco do investimento social e, por vezes, são diretamente relacionadas ao negócio. É disponibilizado um “cardápio” de oportunidades de participação, com ações elaboradas e organizadas pela equipe responsável pela área de responsabilidade social da empresa. Organizar-se, porém, para trazer a coordenação das ações para os próprios voluntários pode exigir grande maturidade do programa. Escolhas de gestão inovadoras, que atribuam protagonismo ao voluntário, podem ser feitas desde o nascimento de um programa de voluntariado empresarial.

Uma estratégia que pode ser adotada para atribuir mais autonomia aos voluntários é a formação de comitês regionais que atuem como cogestores do voluntariado local, auxiliando na organização e difusão do programa junto aos colaboradores da região. Esses comitês devem ser preparados para tal função, com capacitações e amplo apoio da coordenação do programa de voluntariado empresarial. Reuniões periódicas nas quais possam compartilhar suas dificuldades e conquistas, por exemplo, acabam por se tornarem momentos importantes de formação guiada pela prática, momentos em que os voluntários se fortalecem para atuar com mais segurança. Outra estratégia possível é preparar o voluntário para que ele participe de uma consulta participativa na comunidade, onde se identificam as lideranças locais, as organizações sociais, outras empresas, buscando criar um grupo de trabalho que levante as necessidades

Uma estratégia que pode ser adotada para atribuir mais autonomia aos voluntários é a formação de comitês regionais que atuem como cogestores do voluntariado local, auxiliando na organização e difusão do programa junto aos colaboradores da região

e potencialidades locais e que elaborem um plano de atuação para responder as necessidades/potencialidades identificadas como prioritárias e passíveis de serem realizadas por meio do voluntariado. Uma terceira estratégia sugerida é que os voluntários elejam uma causa e apliquem um questionário na comunidade/ONG para estabelecer um pequeno diagnóstico social e levantar possibilidades de atuação. Com esses dados, é possível preparar um plano de ação com as atividades a serem desenvolvidas. Esse planejamento pode ser acompanhado pelo comitê, que contribui para o desenho do projeto, metas, resultados esperados e avaliação.

Quando os colaboradores assumem a posição de liderança nas ações voluntárias, a organização ganha um pessoal com mais iniciativa, criatividade, resiliência e capacidade de trabalho em equipe, entre outras habilidades. Ou seja: reforça-se o desenvolvimento pessoal e profissional que a prática voluntária possibilita. Pesquisas (CBVE, 2012; FALCONER & FISCHER, 2001; GARAY, 2001) comprovam que colaboradores que exercem o voluntariado dentro de suas empresas contribuem para um clima organizacional melhor e sentem mais orgulho de fazer parte da equipe. Quando o voluntário tem mais protagonismo em suas ações, acreditamos que esses ganhos sejam ainda mais significativos. Os beneficiados pelas ações voluntárias também são favorecidos, pois o voluntário que é mais autônomo apresenta potencial para ser ainda mais sensível à questão social que é abordada. Quando os funcionários são os protagonistas das ações de voluntariado, eles se tornam legítimos representantes do investimento social da empresa, e muitas vezes contagiam a comunidade para que também se fortaleça na busca das soluções conjuntas para os seus problemas. 📌

■ Referências bibliográficas:

Voluntários e protagonistas. Notícias em Rede Fundação Itaú Social. Edição 54. Disponível em: <<http://www.fundacaoitausocial.org.br/acontece/edicoes-antiores/>>. Acesso em: 04 de julho de 2014.
CBVE. Pesquisa Perfil do Voluntariado Empresarial no Brasil III. Disponível em: <<http://www.cbve.org.br/?p=2033>>. Acesso em: 03 de julho de 2014.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andres Pablo. Voluntariado empresarial – estratégias de empresas no Brasil. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=3>. Acesso: 02 de julho de 2014.
GARAY, Angela Beatriz Busato Scheffer. Programa de voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico para as organizações. Disponível em: http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=2. Acesso: 02 de julho de 2014.



A ÉTICA DO CUIDAR

Princípios para a atuação profissional

Este espaço de reflexão sobre a área social tem o objetivo de trazer considerações sobre a atuação de profissionais e voluntários que compõem as redes de serviços social e comunitária.

O fortalecimento da Cultura Organizacional e das Estratégias de Atuação facilita o relacionamento interpessoal e as práticas éticas, resolutivas e focadas na qualidade, assim como a resolutividade no atendimento ao usuário dos serviços das organizações sociais e afins. Estes são fatores

importantes para o bom desenvolvimento do trabalho. Alguns princípios, porém, são imprescindíveis para garantir direitos e transparência nas atividades de rotina, porque fazem parte da delicada trama que compõe as ações, práticas, discursos e olhares para a natureza humana, em situações de alta vulnerabilidade.

A palavra ética tem sua origem na palavra grega *ethos*, e significa caráter. Envolve os princípios que norteiam a ação e a reação das pessoas, com base em valores e crenças que

Diz-se que o sigilo profissional vai até o limite da transgressão de uma lei, ou seja, o profissional deve guardar todas as informações a que tiver acesso, ou vir a tomar conhecimento, em razão de sua atividade profissional, mas somente aquelas que não são criminosas, sob pena de ser enquadrado em algum crime contra a sociedade

fortalecem o relacionamento humano. É o conjunto de valores morais que orientam a conduta humana na sociedade.

A ética no trabalho, especificamente, envolve as tantas questões que permeiam a prática profissional e fazem parte dos Códigos de Ética das diversas profissões que atuam no campo do “Cuidado Humano”. Para além dos códigos, as equipes interdisciplinares possuem ocupações e profissões de nível médio que têm este compromisso ético, pois passam a conviver com as singularidades e especificidades de cada usuário atendido nos serviços.

Para executar as estratégias de atuação, certas posturas e comportamentos são esperados para garantir o direito ao sigilo e à confidencialidade do usuário.

SIGILO PROFISSIONAL

Trata da manutenção de segredo para informação valiosa, cujo domínio de divulgação deve ser fechado, ou seja, restrito a um cliente, a uma organização ou a um grupo, sobre a qual o profissional encarregado possui inteira responsabilidade, uma vez que a ele é confiada a manipulação da informação.

Diz-se que o sigilo profissional vai até o limite da transgressão de uma lei, ou seja, o profissional deve guardar todas as informações a que tiver acesso, ou vir a tomar conhecimento, em razão de sua atividade profissional, mas somente aquelas que não são criminosas, sob pena de ser enquadrado em algum crime contra a sociedade.

CONFIDENCIALIDADE

É a propriedade da informação que não estará disponível nem será divulgada a indivíduos, entidades ou processos sem autorização. Em outras palavras, confidencialidade é a garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada.

Estes aspectos levam os usuários dos serviços a terem sensação de confiança no grupo de pessoas de determinada Instituição. O trabalho do grupo, gerando confiança, forma e transforma instituições confiáveis, que se tornam referências em suas áreas

de atuação. Ousamos dizer que definem o seu caráter. Caráter é um conjunto de características e traços relativos à maneira de agir e de reagir de um indivíduo ou de um grupo. É um feito moral. É a firmeza e a coerência de atitudes.

PRINCÍPIOS E ATITUDES

Os conceitos trazidos até aqui nos levam a pensar em princípios, os quais determinam atitudes e facilitam ações inclusivas e de promoção social, utilizando como ferramentas:

Escuta sensível:

- Exercício que se aprimora com a prática para observar o verbal e o não verbal;
- Excelente ferramenta para os atendimentos individuais, familiares e em grupo com multifamílias;
- Tende a deixar as relações “horizontais”, ou seja, permite que o usuário e o profissional tenham uma sintonia maior;
- Coloca a entrevista inicial/acompanhamento para além da rotina institucional;
- Permite que o usuário seja visto na sua amplitude humana, para além de sua vulnerabilidade.
- Fatores que dificultam a comunicação, como não saber ouvir e linguagem de difícil entendimento;
- Fatores que dificultam a comunicação não-verbal, como não estar atendo para os sinais emitidos pelo outro e permanecer distraído, sem dar atenção para os detalhes.

Respeito à singularidade:

- Envolve o respeito às especificidades, características pessoais únicas e intransferíveis de cada pessoa;
- Envolve o respeito à história de vida, costumes e cultura de cada pessoa, família e comunidade;
- Envolve o respeito à autonomia e independência de cada pessoa;
- Envolve a garantia de direitos individuais e coletivos de cada pessoa.

Princípios da relação de acolhimento/apoio:

- Respeito mútuo;
- Tolerância;
- Empatia;
- Solidariedade;
- Compaixão;
- Capacidade de perdoar

É importante considerar que os princípios éticos permeiam toda a atividade e estão implícitos desde o início do processo de trabalho. Para a pessoa que vai atuar é muito importante conhecê-los.

Entendemos que o relacionamento interpessoal é uma das questões mais relevantes para o sucesso ou o fracasso de qualquer atividade. Quando se trata da prática do Cuidar, como fim, isto se torna mais delicado ainda

VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS

Trabalho Voluntário

- A Instituição tem o trabalho voluntário organizado ou não?
- Existe um processo estruturado de entrada do voluntário?
- São analisadas as habilidades e interesses / atividades propostas para o voluntário?
- É feita integração para conhecimento da filosofia e missão da instituição e da importância do voluntariado?
- Existe formalmente um grupo de voluntários, por meio de apresentação de documentação, assinatura de termo de compromisso com definição de horários de atuação e responsabilidades?

Se estiver organizado integralmente ou parcialmente, indica uma forma de tratar o colaborador de forma ética e planejada, com foco. Esta organização e clareza facilitará a atuação responsável e ética do voluntário.

Trabalho Remunerado

O trabalho remunerado nas instituições sociais apresenta algumas modalidades. Das mais comuns, citamos o trabalho com vínculo empregatício, “registro em carteira de trabalho”, de acordo com as regras da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Encontramos, também, profissionais autônomos e microempresários. Qualquer que seja a modalidade, contrato de trabalho por tempo indeterminado e determinado, como profissional para desenvolver oficinas (o oficinheiro), é importante que, desde o processo seletivo haja clareza para que o profissional conheça regras e funcionamento da instituição.

É comum que as instituições tenham programas e projetos descentralizados em determinados territórios de atuação, tendo uma sede como base administrativa e técnica e várias unidades, distribuídas pelas regiões da cidade, muitas vezes, em áreas de risco e vulnerabilidade social.

Cabe salientar que, nas questões colocadas para o grupo de voluntariado, aquelas que envolvem organização e clareza sobre a instituição e seus processos de seleção, integração e uniformidade de condutas darão o padrão ético e coerência

COMUNICAÇÃO / RELACIONAMENTOS

- Instituição – Profissional/Voluntário
- Relacionamento com o usuário do serviço
- Relacionamento com a família
- Relacionamento com os colegas de trabalho/rede de serviços
- Comunicação
 - > Usuário/Família
- Equipe de trabalho
 - > Orientação e supervisão
 - > Colegas de trabalho
 - > Outros profissionais
- Planejamento das ações
- Intervenção

das ações. Mesmo havendo várias frentes de trabalho, existe a necessidade primordial de manter os valores e princípios institucionais.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

Entendemos que o relacionamento interpessoal é uma das questões mais relevantes para o sucesso ou o fracasso de qualquer atividade. Quando se trata da prática do Cuidar, como fim, isto se torna mais delicado ainda. O quadro a seguir demonstra a complexa rede em que atuamos diariamente, considerando programas e ações que envolvem o profissional da Instituição, o usuário e sua família, os demais colegas de trabalho e a execução da tarefa:

PLANEJAMENTO / INTERVENÇÃO

É sempre bom lembrar que o planejamento das ações e a boa prática para uma intervenção exitosa envolvem o acompanhamento contínuo e a prontidão para alterar condutas, se necessário, visando o resultado previsto.

Estar aberto para novas perspectivas e revisão de procedimentos nos tira, muitas vezes, da zona de conforto, mas permite o realinhamento de ações, que não alteram a filosofia ou os objetivos previstos. 🏠

Treinamentos em Gestão Social



São Paulo-SP
13 de setembro

Planejar para Realizar

Marcio Zeppelini

São Paulo-SP
15 de setembro

Gerenciamento e Controle da execução de projetos sociais

Liziane Dranka e Morgana Krieger

São Paulo-SP
16 de setembro

Estatuto social: como e quando é necessário reformular?

Danilo Tiisel e Carol Carrenho

São Paulo-SP
16 de setembro

Relações Públicas no Terceiro Setor

Valdir Cimino

São Paulo-SP
17 de setembro

Gestão e formação de Conselhos Tutelares

Carol Zanoti

São Paulo-SP
19 de setembro

Acessibilidade digital: Tecnologias para a pessoa com deficiência

Lucy Gruenwald e Lucinda Leria

São Paulo-SP
22 de setembro

Certificação Internacional HAP/ PRH - Accountability e Compliance

Christina Winnischofer

São Paulo-SP
23 de setembro

Desenvolvimento comunitário e o trabalho com famílias

Maria Iannarelli

São Paulo-SP
25 de setembro

+ Atitude!

Marcio Zeppelini

São Paulo-SP
27 de setembro

Laboratório de criatividade

Patrícia Pantaleão

São Paulo-SP
27 de setembro

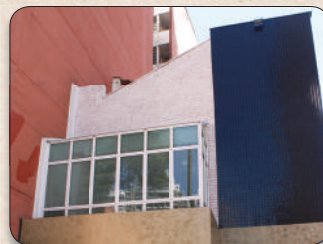
Oficina em Elaboração de Projetos - Intensivo de 32 horas

Michel Freller, Danilo Tiisel e Marcio Zeppelini

São Paulo-SP
1 de outubro

Dinâmicas de grupo e jogos de integração

Solange Matilde



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
FILANTROPIA

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2978-6686

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Acesse o site pelo seu smartphone



◀ **SERGIO ROBERTO MONELLO** é advogado, contabilista e professor Salesiano Cooperador. É diretor da Advocacia Sergio Monello, diretor da Empresa Monello Contadores (Escritório Contábil Dom Bosco), presidente nacional dos (as) Ex-Alunos (as) de Dom Bosco, conselheiro da Associação dos Salesianos Cooperadores de São Paulo, conselheiro do Conselho Consultivo do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.



O CONTROLE DOS MEMBROS E ASSOCIADOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E ASSOCIAÇÕES

O exercício do cargo de secretário em uma organização religiosa ou associação beneficente é de grande importância e relevância à sua organização jurídica.

Ao secretário, além de outras competências previstas no Estatuto, compete fazer o expediente da correspondência epistolar, avisos, circulares, lavrar a ata da Assembleia Geral, das reuniões da diretoria, entre outras; cuidar do Livro ou Fichas de Registro de Membros ou Associados e Listagens de Membros; e manter em ordem todos os serviços próprios e peculiares da secretaria.

Qualquer imprecisão na lavratura de atas pode ocasionar efetivos prejuízos, podendo causar penalidades, multas e outras consequências. Estas podem levar a entidade, por meio de seus dirigentes, a sofrer uma série de procedimentos administrativos e ações judiciais.

As organizações religiosas e as associações beneficentes devem ter efetivo controle sobre admissão, demissão e exclusão de membros e associados, as quais devem ser revestidas de ato jurídico perfeito. O ato jurídico perfeito será comprovado pelo atendimento de todas as normas legais vigentes à época da admissão, a demissão e a exclusão de associados.

A entidade deverá ser organizada e estruturada em conformidade com a Constituição Federal, com o Código Civil Brasileiro e com a legislação que for aplicável, enfim, ao estrito cumprimento de seu Estatuto organizacional ou associativo. O Estatuto é a constituição da organização religiosa ou da associação, e deverá ser analisado como a norma maior que disciplinará a admissão, demissão e exclusão de membros e de associados.

Para interpretar com maior precisão e rigorismo jurídico o espírito do Código Civil, basta uma leitura atenta ao art. 54, inciso II, do Código Civil Brasileiro. Este artigo estabelece, sob a pena de nulidade, que o Estatuto das associações deverá conter os requisitos quanto à admissão, demissão e exclusão de seus membros e de seus associados. Portanto, para se admitir, demitir e excluir associados e, conseqüentemente, os membros, tanto a associação como a organização deverão observar rigorosamente as normas estatutárias. E, para se comprovar juridicamente o cumprimento do Estatuto da organização religiosa ou da associação deverá ser realizada a ata de admissão, exclusão de membros de associado por meio de ata do órgão competente, ou seja, da Diretoria, do Conselho, da Assembleia Geral ou de outro órgão constante do Estatuto Organizacional ou Associativo.

A Ata desse órgão deverá ser levada para registro no competente Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no qual o Estatuto Organizacional ou Associativo está registrado.

Vale destacar que as Organizações Religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana deverão, quando da admissão ou exclusão de membros, observar os cânones do Código de Direito Canônico e do direito próprio do Instituto de Vida Consagrada, se tratar de Ordem, ou Congregação ou Companhia. Também, as Organizações Religiosas integrantes de outras Igrejas deverão observar o seu próprio direito religioso.


As organizações religiosas e as associações beneficentes devem ter efetivo controle sobre admissão, demissão e exclusão de membros e associados, as quais devem ser revestidas de ato jurídico perfeito. O ato jurídico perfeito será comprovado pelo atendimento de todas as normas legais vigentes à época da admissão, demissão e exclusão de associados

O art. 57 do Código Civil Brasileiro dispõe que a exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, e se assim for reconhecida em procedimento que lhe assegure o direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no Estatuto. As provas do procedimento de exclusão de associados e de membros devem ser comprovadas de forma inequívoca. O princípio que norteia esta disposição tem como suporte constitucional o art. 5º. LV da Constituição Federal. Ainda, em havendo falecimento de membro ou associado, a Entidade deverá consignar em ata o seu falecimento, dando assim “baixa” em seu número componente de organização religiosa ou associação. O número de membros e associados é sumamente importante para a apuração e determinação do “quórum” legal em Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Geral ou qualquer outro órgão. Este número será comprovado através de auditoria em Livro ou Registro de Membros ou Associados e por meio das atas de admissão, demissão e exclusão de membros e associados.

Qualquer decisão da Assembleia Geral, do Conselho Geral ou qualquer outro órgão previsto no Estatuto exigirá a comprovação de “quórum”, previsto em Estatuto e comprovado pelo número de membros ou associados. Portanto, qualquer entidade deverá ter controle adequado e eficiente de seus membros ou associados, a fim de atender a validade de seus atos jurídicos praticados e referendados pela Assembleia Geral ou por órgão equivalente.

O controle de membros ou associados é de suma importância tendo em vista a comprovação do “quórum” de seus membros à realização e aprovação de atos praticados de gestão administrativa da Entidade Beneficente pela sua Assembleia Geral ou órgão equivalente.

A Entidade deverá possuir o “Livro ou Ficha de Registro de Membros ou Associados”. Este “Livro ou Ficha” deverá ser previamente registrado e rubricado pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca onde a Entidade Beneficente tiver sua sede e no mesmo Cartório onde o Estatuto Social foi registrado. Nesse “Livro ou Ficha de Associados” deverá ser anotado o ato jurídico de admissão, demissão e exclusão de membros ou associados.

Em conclusão, a Entidade para não ter qualquer aborrecimento e questionamento jurídico futuro, inclusive quanto ações judiciais sob o argumento de nulidade de atos administrativos praticados, deverá ter a prudência em ter uma efetiva organização jurídica e administrativa, em especial quanto aos seus membros e associados. 



AVANÇOS POR DECRETO

Após cinco anos de espera, Decreto regulamenta legislação que estabelece as regras para a obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, documento essencial para a imunidade tributária das organizações sociais

Por Luciano Guimarães

Assinado pela Presidência da República em 23 de maio de 2014, o Decreto nº 8.242, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009 (Lei da Filantropia) – alterada pela Lei nº 12.868/2013 –, que trata do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), trouxe diversos avanços para o Terceiro Setor, embora ainda necessite de alguns ajustes.

Positivamente, o texto põe os “pingos nos is” em relação a aspectos que sempre geraram controvérsias entre os profissionais de organizações sociais das áreas da saúde, educação e assistência social. O Decreto trata desde a renovação da validade do certificado e a remuneração dos gestores até a apresentação de balanços contábeis e o registro nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS).

“A regulamentação é uma conquista e seu objetivo é melhorar a análise dos processos de concessão e renovação das certificações, além de reforçar a importância das entidades para a rede socioassistencial. O Decreto vai agilizar a concessão da certificação”, avalia Denise Colin, secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nesta mesma linha de pensamento, o advogado Antônio Jacinto Caleiro Palma, sócio do escritório Palma e Alonso

O Decreto trata desde a renovação da validade do certificado e a remuneração dos gestores até a apresentação de balanços contábeis e o registro nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS)

Sociedade de Advogados, entende que as entidades sérias e organizadas do Brasil – a maioria – receberam a regulamentação da Lei nº 12.868/2013 de maneira positiva.

“Sem dúvidas, isso confere a elas maior credibilidade, sendo que as chamadas ‘pilantrópicas’ – a minoria – tenderão a desaparecer. Além de fixar normas e requisitos para o funcionamento das entidades e a obtenção do certificado para fazerem jus à ‘isenção’, o Decreto disciplinou a forma de fiscalização pela Receita Federal do Brasil, para coibir desvios de recursos públicos”, argumenta o especialista, que também é presidente da Comissão de Estudos de Terceiro Setor do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Agora, a validade do certificado vai até a data de seu vencimento. Anteriormente, a ONG precisava protocolar

a renovação seis meses antes da data-limite de seu vencimento. Também aumentou o número de documentos que devem ser anexados ao requerimento de concessão ou de renovação do certificado.

Além dos documentos já previstos no antigo Decreto nº 7.237/2010, as entidades deverão juntar ao pedido as demonstrações do balanço patrimonial e das mutações do patrimônio líquido; as demonstrações dos fluxos de caixa; e do resultado do exercício e notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade.

Outra novidade é que as entidades com receita bruta anual superior a R\$ 3,6 milhões deverão ainda submeter sua escrituração contábil e financeira à auditoria independente. Antes, somente as organizações sociais que atuavam em mais de uma área deveriam atender a esta exigência.

“As entidades que atuam exclusivamente na área de assistência social e aquelas que prestam serviços socioassistenciais, sem exigência de contraprestação dos usuários, com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção da sua inclusão à vida comunitária, estão dispensadas da apresentação dos documentos citados”, destaca o memorando enviado pelo escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados aos seus clientes.

O documento lembra ainda que, “de acordo com o Decreto nº 8.242/2014, os requerimentos de renovação ou concessão deverão ser realizados por meio da Internet. No entanto, até que os ministérios implementem os seus sistemas, permanecem sendo aceitos os protocolos encaminhados via postal.”

O Decreto nº 8.242/2014 manteve a validade de três anos para as certificações concedidas a partir da publicação da Lei nº 12.868/2013 e estabeleceu prazo diferenciado de cinco anos para as certificações das entidades cuja receita bruta anual – incluídas as doações e contribuições – seja igual ou inferior a R\$ 1 milhão. Além disso, reafirmou a validade de cinco anos para as certificações referentes aos pedidos de renovação protocolados entre 30 de novembro de 2009 e 31 de dezembro de 2011, segundo já havia determinado a Lei nº 12.868/2013.

Entretanto, “as entidades que se beneficiarem dessa previsão devem realizar o protocolo nos 360 dias que antecedem o termo final de validade do certificado”, lembra o memorando do escritório. A Lei nº 12.868 trouxe novidades nos requisitos para a concessão ou renovação do certificado, em especial aos limites mínimos de gratuidade e de oferta dos serviços aos sistemas públicos de saúde e de assistência social.

SAÚDE

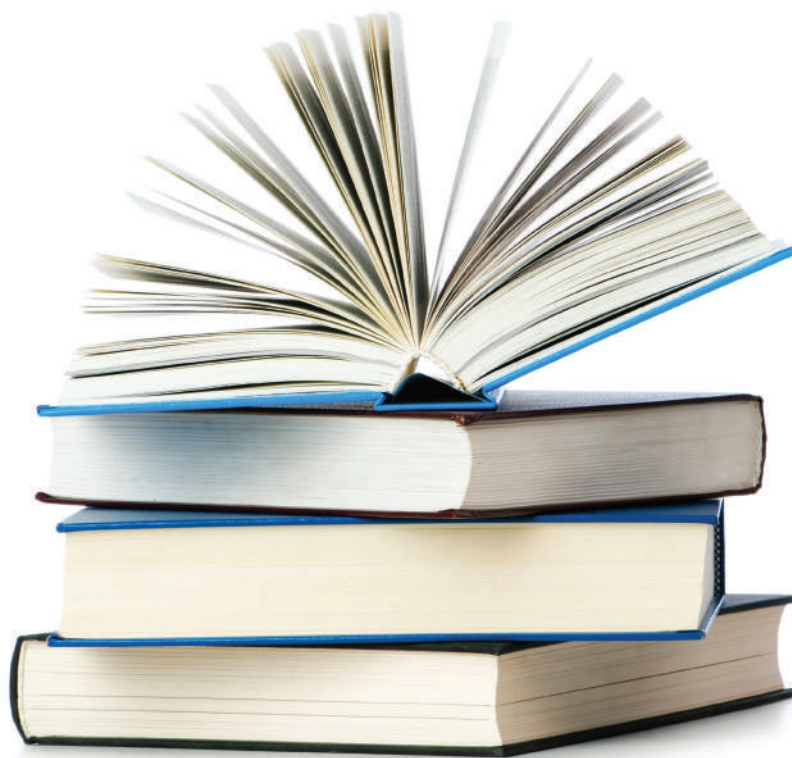
Nesta área, a Lei também trouxe mudanças, passando a admitir, no cálculo do atendimento ao SUS, a participação da

Além dos documentos já previstos no antigo Decreto nº 7.237/2010, as entidades deverão juntar ao pedido as demonstrações do balanço patrimonial e das mutações do patrimônio líquido; as demonstrações dos fluxos de caixa; e do resultado do exercício e notas explicativas, com receitas e despesas segregadas por área de atuação da entidade

instituição em programas e estratégias prioritárias definidas pelo Ministério da Saúde, que passou a ficar encarregado de regulamentar essa participação e calcular quanto isso pesará em seu orçamento.

“A Lei nº 12.101 permitiu que instituições de saúde de reconhecida excelência trabalhassem em projetos de apoio de desenvolvimento institucional do SUS, em substituição ao atendimento ao SUS. Isto foi um benefício trazido pela legislação, pois admitiu que as instituições de saúde de excelência transferissem para o setor público parte do





avanço que conseguem desenvolver com a força da iniciativa privada”, explica a advogada Priscila Pasqualin Afonso de Souza, sócia do escritório PLKC – Pompeu, Longo, Kignel e Cipullo Advogados.

Responsável por atuar nas áreas de filantropia, Terceiro Setor e responsabilidade socioambiental, a advogada argumenta que o Decreto passou a exigir a avaliação do SUS e do Ministério da Saúde dos resultados desses projetos. “Se essa avaliação for bem feita, com seriedade e profundidade, ela pode representar um avanço na área da saúde. Todavia, se não for bem feita, pode acabar virando um retrocesso ao objetivo primário da Lei nº 12.101, de melhoria do sistema público de saúde.”

De acordo com Priscila Pasqualin, que também é diretora jurídica e social do Instituto de Reciclagem do Adolescente (Reciclar) e uma das elaboradoras do Projeto de Lei de isenção de IPTU para entidades culturais sem fins lucrativos, a legislação passou também a permitir que os 60% de atendimento ao SUS sejam apurados por uma média anual durante o período da certificação, ao invés de exigir 60% ao ano.

“O Decreto, por sua vez, determinou que o mínimo de atendimento anual ao SUS deve ser de 50%. Já para os projetos de apoio ao desenvolvimento do SUS, o Decreto aumentou para 70% do valor usufruído anualmente com o benefício fiscal como valor mínimo anual para esses projetos”, frisa.

EDUCAÇÃO

Segundo o memorando produzido pelo escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados, “o Decreto também estabeleceu que o plano de atendimento, um dos documentos exigidos para a certificação das entidades de educação, deve abranger o número total de bolsas de estudos, eventuais benefícios complementares e projetos e atividades para a garantia da educação básica em tempo integral.”

“Uma das inovações promovidas pela Lei nº 12.868/2013 foi à possibilidade das entidades firmarem Termo de Ajuste de Gratuidade quando não ofertarem o número de bolsas necessário. O Decreto nº 8.242/2014 reiterou algumas das disposições da lei sobre o assunto, prevendo, por exemplo, que bolsas de pós-graduação *stricto sensu* podem ser contabilizadas para fins do atendimento do percentual de acréscimo decorrente do Termo de Ajuste.”

Entretanto, pondera o documento, “o Decreto nº 8.242/2014 se omitiu em relação a algumas matérias previstas na Lei nº 12.101/2009 e que ainda precisavam de regulamentação. A norma não tratou da concessão de bolsas parciais de 50%, nem dos benefícios complementares, que podem ser usados para complementar o número mínimo exigido de bolsas de estudos. Deixou também de se manifestar sobre a questão dos alunos inadimplentes por período superior a 90 dias, cujas matrículas tenham sido recusadas

no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento, necessária também para o cálculo da gratuidade das bolsas.”

Por outro lado, a proporção das bolsas de estudo concedidas, que era de um bolsista para cada nove pagantes, passou para cada cinco pagantes. A alteração não somente beneficiará a quem não tem recursos suficientes, mas deixou claro quais benefícios complementares que a instituição de educação pode oferecer ao aluno para cumprir parte dessa meta de gratuidade – entre os quais, transporte, uniforme, material, moradia, alimentação.

“Além disso, as bolsas concedidas a deficientes ou a alunos em período integral passaram a ter um peso diferente no cálculo da proporção das bolsas concedidas”, ressalta a advogada Priscila.

Ela lembra ainda que não há nada na legislação atual, nem mesmo no Decreto, que reconheça como instituição de educação aquelas instituições que se dedicam à melhoria do ensino público, à formação de professores ou que ofereçam cursos não regulamentados pelo Ministério da Educação, voltados para a inserção e qualificação para o trabalho.

Deixadas de fora pela legislação, essas instituições – entre as quais algumas do setor de saúde – não podem dar entrada no pedido do CEBAS, perdendo o benefício de isenção de contribuições para a seguridade social. “Estas últimas poderiam ser classificadas como atividades de assistência social, mas, para isso, devem ser 100% gratuitas. Há muito que avançar ainda nesta seara”, entende.

De acordo com a advogada, houve alteração também na proporção de bolsas voltadas para as instituições de educação superior, com critérios mais rigorosos e restritivos para as instituições que não aderiram ao Programa Universidade para Todos (Prouni). “Na área de educação as novas regras serão utilizadas na análise dos pedidos protocolados a partir de 1º de janeiro de 2016, podendo ser aplicável anteriormente se os novos critérios forem mais benéficos para as instituições”, explica.

REMUNERAÇÃO

O Decreto nº 8.242/2014 ajustou outra questão essencial para o Terceiro Setor – a remuneração dos gestores estatutários das organizações sociais. Embora abra brecha para este tipo de pagamento, a legislação bate de frente com normas regionais. Em São Paulo, por exemplo, é vedado aos administradores receber salário.

“A Constituição Federal e o Código Tributário Nacional proibiam o pagamento de remuneração, vantagens ou benefícios para dirigentes estatutários, conselheiros, instituidores ou benfeitores de entidades sem fins lucrativos”, frisa o advogado Antônio Jacinto Caleiro Palma.

O especialista pondera que agora o artigo 46 do Decreto permite remunerar os dirigentes não estatutários que tenham vínculo empregatício, e também os dirigentes

O Decreto nº 8.242/2014 ajustou outra questão essencial para o Terceiro Setor – a remuneração dos gestores estatutários das organizações sociais. Embora abra brecha para este tipo de pagamento, a legislação bate de frente com normas regionais

estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

“Da mesma forma, não há impedimento que se pague remuneração de dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho”, diferencia.

O advogado reforça o conceito de que não pode uma lei ordinária ou um decreto alterar (ou infringir) quaisquer dispositivos legais constantes da Constituição Federal e das Leis Complementares, para reduzir ou excluir a imunidade tributária (impostos e contribuições sociais) que as entidades sem fins lucrativos possuem. “Enfim, se as entidades tiverem de pagar tributos e não conseguir o CEBAS, com certeza a grande maioria deixará de funcionar e prestar os relevantes serviços ao país.”

De acordo com Priscila Pasqualin, a nova Lei não alterou a remuneração dos dirigentes apenas para as instituições imunes das contribuições previdenciárias. Ela também modificou a legislação do Imposto de Renda aplicável para as instituições de educação e assistência social e para as organizações sem fins lucrativos em geral.

TRIBUTAÇÃO

A advogada afirma que até esta lei, para fins de imunidade ou isenção do Imposto de Renda, a remuneração de dirigentes era permitida apenas para as instituições que tinham a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organização Social (OS), as quais não poderiam obter o CEBAS.

Segundo ela, a legislação tributária aplicável às instituições sem fins lucrativos é bastante esparsa e fragmentada, e ainda utiliza de expressões diversas para situações semelhantes, o que faz com que restem ainda algumas discussões que a nova lei não resolveu. Entretanto, argumenta, a nova legislação acabou com muito da insegurança jurídica que havia na questão da remuneração dos dirigentes.

“Hoje, as instituições de educação e assistência social que têm o CEBAS podem remunerar seus dirigentes e usufruir da imunidade do Imposto de Renda, da Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da quota patronal da contribuição previdenciária e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, (Cofins). As instituições de educação e assistência social que não tenham o CEBAS também podem remunerar seus dirigentes e, ainda, usufruir da imunidade do Imposto de Renda. Resta a discussão quanto a esse efeito para os outros tributos”, lembra a advogada Priscila Pasqualin

“A discussão agora é se permanece a isenção da Cofins, da CSLL e o PIS especial sobre a folha de salários para as instituições que não têm o CEBAS, sejam ou não de educação e assistência social. A discussão se estende também para a isenção do Imposto de Renda para as instituições sem fins lucrativos em geral que não tenham CEBAS, nem qualificação de OSCIP ou OS”, entende.

O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a imunidade ao PIS de 1% sobre a folha é direito das instituições de assistência social portadoras do CEBAS, incluindo a de educação, saúde. “Delas se exige que atendam às normas do Código Tributário Nacional para gozo da imunidade: não distribuir lucros ou parcela do patrimônio; aplicar os seus recursos no objetivo social estatutário, no Brasil; e manter a contabilidade rigorosamente em ordem e de lei ordinária que regulamente essa imunidade”, argumenta o advogado Ricardo Pasqualin, sócio sênior do escritório PLKC Advogados.

O especialista afirma que esta decisão sem dúvida abordou questões que há tempos estavam pendentes de análise e decisão no Judiciário. “Ela vem trazer um pouco mais de segurança jurídica para as instituições que aqui tratamos, as quais prestam serviços tão relevantes à nossa população. A partir dessa decisão do STF, as instituições que possuam o CEBAS têm o direito de não pagar o PIS de 1% sobre a folha de salários. Elas também têm o direito de pedir a restituição do que tenha sido pago no passado”, pondera.

CONSELHOS MUNICIPAIS

Problema complexo a ser resolvido são os conflitos envolvendo os parâmetros para a inscrição das organizações sociais nos conselhos municipais, procedimento fundamental para a certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social, item imprescindível para a conquista do CEBAS.

Para conseguir o CEBAS, as organizações sociais terão de ser registradas nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) no município onde está a sua sede. “Em princípio foi boa medida, pois o município tem condições melhores de acompanhar de perto as atividades de uma entidade. Porém, o problema é que alguns municípios – quase sempre os pequenos – são

inoperantes, e isso poderá atrasar a obtenção do CEBAS”, argumenta Palma.

As transformações trazidas pelo Decreto nº 8.242/2014 certamente serão implementadas gradualmente, e os ajustes virão com o tempo, inclusive com o surgimento de debates pertinentes. Entretanto, muitas barreiras surgirão neste caminho, como a atuação morosa e insuficiente de diversos conselhos municipais Brasil afora, que infelizmente ainda tornam o andamento para a obtenção do CEBAS uma verdadeira odisséia. 📌

Problema complexo a ser resolvido são os conflitos envolvendo os parâmetros para a inscrição das organizações sociais nos conselhos municipais, procedimento fundamental para a certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social, item imprescindível para a conquista do CEBAS





UM MARCO PARA O TERCEIRO SETOR

FINALMENTE O PAÍS CONSEGUE APROVAR O ESPERADO PROJETO DE LEI Nº 13.019/2014, QUE CRIA REGRAS MAIS RÍGIDAS PARA OS CONVÊNIOS ENTRE O GOVERNO E ONGS

Por Luciano Guimarães

Aguardado ansiosamente pelas organizações sociais sérias e engajadas – principalmente após a CPI que investigaria as organizações não governamentais suspeitas de irregularidades em contratos mantidos com o governo federal ter sido barrada, em 2011, no Senado –, o novo marco regulatório das ONGs finalmente saiu do papel.

Sancionado pela presidente Dilma Rousseff no dia 31 de julho, o Projeto de Lei nº 13.019/2014 estabelece normas para as parcerias voluntárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

municípios com as organizações e institui regras para evitar o favorecimento de grupos específicos e a escolha de entidades sem preparo técnico ou estrutura para o cumprimento dos projetos.

A partir de agora, as relações entre governos e ONGs serão mais bem monitoradas, minimizando ao máximo a possibilidade de desvios de verbas ou aplicação de recursos públicos sem a devida justificativa. Desta forma, a nova legislação obriga as entidades a participar de processo seletivo – chamada pública – inscrevendo projetos para seleção, desde que cumpram todas as regras determinadas.

MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Parcerias entre Poder Público e organizações da sociedade civil com mais eficiência e transparência nos contratos



FONTE: PLANALTO.GOV.BR

O QUE MUDA COM O MARCO REGULATÓRIO

- Os órgãos do governo terão que selecionar ONGs para parcerias por meio de chamadas públicas;
- Os valores dos projetos a serem desenvolvidos por ONGs terão de ser publicados anualmente;
- Em vez de convênios, haverá dois tipos de contrato: “termo de colaboração” e “termo de fomento”;
- As organizações poderão cobrir despesas como remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação e a aquisição de equipamentos e materiais permanentes com recursos da parceria com o governo;
- Parcerias do governo com organizações civis dirigidas por ocupantes de cargos em órgãos ou entidades da administração pública serão proibidas, assim como as dirigidas por pessoas com contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos ou consideradas responsáveis por atos de improbidade.

FONTE: PORTAL BRASIL

De acordo com a nova lei, as organizações sociais terão de obedecer a diversos critérios para poder firmar contratos com o poder público, entre os quais, existir há, no mínimo, três anos; ter experiência prévia na realização do objeto do convênio; e ter capacidade técnica e operacional para desenvolver as atividades propostas.

As novas normas vêm em bom momento, pois o Brasil tem atualmente em torno de 300 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre 2011 e 2013, por exemplo, levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), período de transição do Terceiro Setor após o escândalo das ONGs, mostrou que parte deste contingente (cerca de 10 mil entidades sem fins lucrativos) recebeu repasses de aproximadamente R\$ 29 bilhões – 15% do total das transferências feitas pelo governo federal no período.

Uma das grandes demandas do Terceiro Setor, a obrigatoriedade da chamada “ficha limpa” para ONGs e seus gestores, também foi contemplada pela legislação. Ou seja, organizações e dirigentes que comprovadamente tenham cometido crimes e atos de violação aos princípios e diretrizes não poderão firmar novas parcerias.

“A aprovação dessa lei representa, sem dúvida, um ganho para todos nós, garante alicerces muito mais fortes para a atuação conjunta e complementar do Estado e da sociedade civil para a superação das nossas carências e garantia de direitos a oportunidades”, afirmou a presidente Dilma Rousseff, durante a cerimônia de sanção do PL nº 13.019/2014, que entrará em vigor 90 dias após a publicação no Diário Oficial da União, isto é, em 1º de novembro.

Segundo a chefe do Poder Executivo, a legislação cria um ambiente muito mais adequado para a atuação das organizações da sociedade civil e reconhece nelas parceiras fundamentais do Estado na implementação de políticas em favor dos cidadãos.

O projeto aprovado traz ainda em seu bojo a incorporação de regras mais rigorosas para o planejamento prévio dos órgãos públicos, o monitoramento e na avaliação de projetos e a criação de um sistema de prestação de contas diferenciado por volume de recursos.

“O marco regulatório ajudará na constituição de um Estado mais forte e com capacidade de implementar políticas públicas, com diálogo permanente com a sociedade e suas organizações”, pondera a presidente da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), Vera Masagão.

Há mais de 20 anos lutando por um marco regulatório como este, a diretora da Abong argumenta que o projeto é também um ponto de partida para muitas outras lutas, entre elas, “a criação de mecanismos de incentivo a doações de pessoas físicas e jurídicas, um sistema tributário mais justo, representado pela proposta do Simples Social, e avançar na certificação das entidades, além da regulamentação da própria lei sancionada”, ressalta a gestora (Com informações da Agência Brasil). 🇧🇷



GUARDA DE RECÉM-NASCIDO

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a Lei Complementar nº 146/14 garante a estabilidade provisória no emprego para quem obtiver a guarda de criança recém-nascida que ficou órfã de mãe. De acordo com o texto, o titular da guarda terá direito à mesma estabilidade garantida às mães, que é de cinco meses após o nascimento do bebê. A regra vale, inclusive, se a guarda ficar com o pai ou outro familiar da criança. O presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Rodrigo da Cunha Pereira, afirma que a ampliação da proteção à criança é uma tendência mundial. “Eu acredito inclusive que outras leis virão, ampliando esta proteção à criança, no sentido de que os cuidadores possam não só ter mais estabilidade no emprego, mas ter mais flexibilidade e [serem] liberados no horário de trabalho para que possam cuidar de seus filhos, sejam eles biológicos, adotados ou para quem detiver a guarda”.

www.camara.gov.br

COOPERATIVAS SOCIAIS

Em breve, as cooperativas sociais poderão ter as mesmas características das cooperativas estabelecidas na Política Nacional de Cooperativismo (Lei nº 5.764/71), além do direito aos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas, Lei nº 8.742/93), entre as quais o controle democrático dos cooperados. Este é o objetivo do Projeto de Lei 6358/13, do deputado federal Giovani Cherini (PDT-RS), que tramita na Câmara. Segundo a proposta, as cooperativas sociais, assim como seus associados, também ficarão isentos do pagamento de contribuições previdenciárias. O autor afirma que as cooperativas sociais hoje têm dificuldade para realizar suas atividades. “Elas precisam possibilitar aos desfavorecidos uma possível inserção no mercado de trabalho”. O texto inclui as novas regras na Lei nº 9.867/99, que criou as cooperativas sociais para oferecer trabalho aos cidadãos em desvantagem no mercado econômico, integrando-os socialmente. São eles: pessoas com deficiência física e sensorial; psíquica e mental, com acompanhamento psiquiátrico permanente e ex-interno de hospital psiquiátrico; dependentes químicos; ex-presidiários; condenados a penas alternativas; e os adolescentes a partir de 16 anos com situação familiar, econômica, social ou afetiva difícil. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

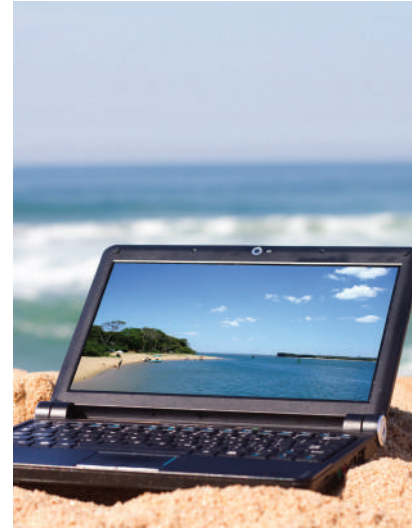
www.camara.gov.br

COTAS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA

As empresas de segurança privada poderão ser autorizadas a considerar apenas os empregados da área administrativa para fins de atendimento dos percentuais mínimos de cotas para pessoas com deficiência. Este é o teor do Projeto de Lei nº 6.144, do deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que altera a Lei nº 8.213/91, a qual obriga empresas com 100 empregados ou mais a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. Segundo o autor, isso se deve à natureza das atividades desenvolvidas por esse tipo de empresa, em que uma parcela dos empregados trabalha para inibir ações criminosas, sendo inclusive facultado o uso de armas de fogo e armas brancas. Recentemente aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, o PL ainda será analisado conclusivamente pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br





TRABALHO TEMPORÁRIO

Começou a valer em 1º de julho a Portaria 789/2014, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que amplia para nove meses o limite máximo para a contratação de profissionais admitidos temporariamente. Segundo a Lei nº 6.019/74, há somente dois casos em que este tipo de trabalho é permitido: o acréscimo extraordinário de serviços (ocorre na indústria e no varejo, em períodos específicos, como o Natal) e a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente (acontece quando surgem afastamentos por gestação, acidente ou doença). O trabalho temporário é menos oneroso para as empresas do que as modalidades previstas na CLT. Nos casos de horas extras, por exemplo, o empregador deve elevar em 20% o valor pago pelas horas trabalhadas, enquanto a regra geral é de aumentos de 50%. O trabalho temporário tem como característica a participação obrigatória de um intermediário.

📌 www.estadao.com.br

PAGAMENTO DO PIS

O cronograma para o pagamento do PIS dos trabalhadores brasileiros com carteira assinada e que ganharam até R\$ 1.448,00 (dois salários mínimos) no ano passado e estejam cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos começou em julho. As pessoas que aniversariam em outubro, novembro e dezembro, receberão o abono (R\$ 724,00) nos dias 14, 21 e 28 de agosto. Nascidos em janeiro, fevereiro e março receberão nos dias 16, 23 e 30 de setembro. Quem celebra aniversário em abril, maio e junho terão acesso ao dinheiro nos dias 14, 21 e 31 de outubro. Segundo a Caixa, os trabalhadores que não retirarem o dinheiro até 30 de junho de 2015 perderão o benefício. Para sacar, deve-se apresentar identidade, carteira de trabalho ou o cartão do PIS. Quem tem o abono depositado em conta corrente receberá de acordo com o mês de aniversário.

📌 www.caixa.gov.br

FÉRIAS EM TRÊS PERÍODOS

A concessão de férias coletivas em três períodos, desde que nenhum deles seja inferior a dez dias corridos, poderá virar realidade em breve. A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei nº 6.070, da deputada Aline Corrêa (PP-SP), que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Hoje, a divisão das férias coletivas é de, no máximo, dois períodos anuais.

De acordo com a proposta, o empregador deverá comunicar por escrito aos empregados, com a antecedência mínima de 30 dias, as datas de início e fim de cada período de férias, especificando os setores que serão abrangidos pela medida. Atualmente, essa antecedência deve ser de 15 dias. A matéria tramita em caráter conclusivo e deverá ser analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

📌 www.camara.gov.br

AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO

A demissão de trabalhador que tenha entrado em gozo de auxílio-doença acidentário durante o período de aviso prévio poderá gerar indenização, de acordo com a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Segundo a Orientação Jurisprudencial 82 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST, o período do aviso prévio indenizado integra o contrato de trabalho, e a ocorrência de auxílio-doença faz com que os efeitos da dispensa apenas se concretizem depois do término do benefício previdenciário, pois o contrato de trabalho é considerado suspenso até essa data. O trabalhador estava em período de aviso prévio quando lhe foi concedido auxílio-doença acidentário por LER/DORT adquirida em decorrência das atividades exercidas para seu empregador.

📌 www.tst.jus.br



PENSÃO ALIMENTÍCIA

O saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser usado para pagar dívida de pensão alimentícia. A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei nº 7.340, do deputado Márcio França (PSB-SP). De acordo com a legislação atual, o devedor que não pagar por mais de três meses pode ser preso até que salde a dívida. A proposta baseia-se em dois aspectos: o primeiro seguiu a decisão recente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, a qual se apoiou nos princípios constitucionais da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana. O segundo argumento é a grande quantidade de prisões por não pagamento de pensão alimentícia, que aumentou em quase 30% este ano, no estado de Minas Gerais. Segundo o autor da proposta, apenas nos primeiros 56 dias de 2014, houve 923 detenções, média de 16,5 por dia, segundo a Secretaria de Estado de Defesa Social. Atualmente, a legislação permite o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) após demissão sem justa causa, aposentadoria, extinção de empresa, pagamento de financiamento habitacional, morte ou quando o trabalhador completa três anos ininterruptos fora do sistema do FGTS. O texto tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br

MUDANÇAS NO FGTS

A Caixa Econômica Federal colocou à disposição novos serviços do FGTS no Conectividade Social – ICP, denominados “Regularidade FGTS” e “Solicitar Parcelamento via CNS”, este último, desenvolvido para que o empregador possa visualizar e imprimir o seu contrato. Segundo a instituição, o serviço “Regularidade FGTS”, disponível aos empregadores e seus outorgados, permite a visualização on-line de impedimentos ao CRF. Já o serviço “Solicitar Parcelamento FGTS”, acessado somente pelo certificado digital do próprio empregador e não prevendo a outorga de procuração, permite a contratação do parcelamento de débitos FGTS em qualquer fase de cobrança, o qual passa a vigorar na mesma data da contratação pelo empregador. Complementando, foi disponibilizado o serviço de “Parcelamento Contratado via CNS” para que o empregador possa visualizar e imprimir o seu contrato.

www.caixa.gov.br

ISENÇÃO DE TARIFA

A cobrança de tarifa de energia elétrica usada para bombear água de poços artesianos utilizados para a irrigação, abastecimento humano e matar a sede de animais poderá em breve ser isenta de tributos. Este tipo de trabalho tem sido desenvolvido por diversas ONGs, que atuam geralmente em regiões áridas do Nordeste, onde a população que necessita de água tem muitas dificuldades financeiras. De acordo com o Projeto de Lei nº 6.362, do deputado Wilson Filho (PTB-PB), o Poder Executivo deverá regulamentar a isenção por meio de um decreto. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br

1 Para fins de demonstrar a aplicação de 20% da receita efetivamente recebida em gratuidade e cumprimento do critério quantitativo, ou seja, a concessão de uma bolsa integral para cada 9 alunos bolsistas, os valores relacionados à inadimplência podem ser considerados para atingimento dos critérios legais?

R: Sim, estes valores podem ser abatidos na receita efetivamente recebida, fato que consequentemente impactará no percentual de 20% a ser aplicado em gratuidade, já que os inadimplentes por período superior a 90 dias, cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo subsequente, não serão considerados alunos pagantes.

2 Qual é a melhor forma de utilizar as bolsas de 50%? Caso a demanda não tenha mais casos de 100%, podemos utilizar as bolsas de 50% para completar o 9 x 1?

R: De acordo com a nova lei (nº 12.868/2013), para conceder bolsas parciais a entidade precisa, primeiramente, conceder pelo menos uma bolsa de estudo integral para cada 9 alunos pagantes. No caso da Lei anterior (12.101/2009), era permitido que a entidade utilizasse as bolsas parciais para complementar o montante que faltava para atingir o critério do 1 para 9.

3 O nosso CEBAS tem validade até 31/12/2012. No triênio de 2013 a 2015, teremos que encaminhar o pedido de renovação em 06/2015, e o ano em análise será 2014. Caso não tenhamos contemplado todas as bolsas de 9 x 1, como fica a questão da multa de 20% estipulada pelo MEC, para o triênio seguinte (2016 a 2019)?

R: O prazo para remessa da renovação de forma tempestiva é no decorrer dos 360 dias que antecedem o termo final de validade do CEBAS. No caso da entidade, ela tem o CEBAS válido até o dia 31/12/2012. Imagino que, em 2012, foi protocolizada outra renovação, que, caso for deferida, será válida até o dia 31/12/2015. Assim, com base nos 360 dias que antecedem o termo final, a entidade poderá formalizar a renovação a partir do dia 05/01/2015 até o dia 30/12/2015. Tal pedido será formalizado com base no exercício de 2014. O acréscimo de 20% será validado por um Termo de Ajuste de Gratuidade, o qual deverá ser formalizado pela entidade no prazo de 30 dias, caso o pedido de renovação seja indeferido, sendo que os 20% deverão que ser compensados nos três exercícios subsequentes.

4 Se realizarmos o 9 x 1 e deixarmos de praticar os 20% do efetivamente recebido como gratuidade, o que pode acontecer?

R: O critério do 9 para 1 mais 20% da gratuidade pode ser utilizado para pedidos formalizados até o dia 31 de dezembro de 2015. Para tanto, a entidade deve atender a dois critérios: o critério quantitativo (9 para 1) e o econômico (20% gratuidade). Caso qualquer um deles não seja atingido, a entidade correrá o risco de ter a concessão/renovação indeferida.

5 A Mantenedora (departamento contábil, RH, Jurídico, de Assistência Social, compras, manutenção) trabalha para todas as áreas. Assim, fazemos o rateio das despesas para a área educacional e assistencial, já que são custos indiretos de cada projeto. Este procedimento pode gerar problemas?

R: Não há vedação para a adoção deste procedimento, contudo, a entidade deve ficar atenta com os custos com manutenção, pois são considerados conservação de patrimônio, e não podem ser inseridos no referido rateio. Ademais, é importante mencionar que, com a publicação da Lei nº 12.868/2014, a entidade não precisa mais se preocupar com o critério econômico, na medida em que, para fins de obter a qualificação como entidade beneficente, basta que a entidade atenda ao critério quantitativo, ou seja, conceder uma bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes.

6 Nossa entidade possui alguns voluntários que recebem ajuda de custo. Como podemos evitar que ocorra alguma demanda trabalhista com pedidos de vínculo empregatício?

R: O vínculo empregatício se caracteriza pelo preenchimento dos requisitos da relação de emprego detalhados nos artigos 2º e 3º da CLT. Já a Lei que regulamenta o trabalho voluntário é a nº 9.608, de 1998, cujo artigo 3º considera a possibilidade do ressarcimento. Entretanto, a questão deve ser observada atentamente, pois o trabalho voluntário ainda exige o enquadramento de algumas outras regras, como o preenchimento do Termo de Voluntariado, para que não se configure o vínculo.



RELIGIÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O ACORDO DA SANTA SÉ E A QUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS QUE REALIZAM ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ENTIDADES BENEFICENTES

Historicamente, desde a Constituição de 1891, o Brasil é considerado como um Estado laico, o que possibilitou o desenvolvimento de diversos cultos religiosos, os quais, na maioria das vezes, sempre vinculavam seu

carisma vocacional com a assistência social, na medida em que tais entidades possuem como missão não apenas o auxílio espiritual aos indivíduos, mas, além disso, a promoção dos mínimos sociais para que essas pessoas tenham condições de se reintegrar à sociedade. ▶

A importância desse trabalho pode ser mais bem traduzida ante a inserção do Princípio da Dignidade Humana, que constituiu um dos pilares para o Estado Democrático, disposto no artigo 1º da Constituição Brasileira com *status* de Direito Fundamental, bem como por meio da criação de um dispositivo para tratar da assistência social, ora expresso no artigo 206. Além disso, como forma de proteger as organizações religiosas, a Carta Magna, no Título que trata dos direitos e das garantias individuais, aduz pela liberdade no exercício dos cultos religiosos e que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, e, ainda, no dispositivo que regula a organização do Estado, é expressamente vedado que a União, os Estados e os municípios embarquem seu funcionamento.

Com base nessa importância, de modo a incentivar o desenvolvimento dessas atividades, foi disposto que esses entes possuem direito a imunidades e isenções tributárias, uma vez que sua atuação é de grande valia para construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ocorre que, com relação à imunidade dos impostos, o legislador constituinte tratou de fazer uma separação entre os templos de qualquer culto e as entidades de assistência social, sendo em ambos os casos os requisitos necessários dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Todavia, no tocante à isenção das contribuições sociais, os templos de qualquer culto não são contemplados na redação do § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, sendo dispostos apenas as entidades beneficentes de assistência social, cujos critérios estão elencados na lei nº 12.101/2009, em especial no artigo 29.

Tendo essas nuances como pano de fundo, diante da notável conexão existente entre as atividades religiosas e aquelas de assistência social, implicaria afirmar que uma pessoa jurídica com natureza de organização religiosa, mas que também desenvolve atividades de assistência social, não poderá usufruir a isenção das contribuições sociais?

Em um passado não tão distante, diversas organizações religiosas que possuíam atividades beneficentes, baseadas no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CNAS nº 191, de 10 de novembro de 2005, cujo teor especificava que as entidades religiosas e os templos não se caracterizam como entidades e organizações de assistência social, estavam realizando processos de cisão parcial para segregar o carisma religioso do carisma assistencial, na medida em que, não obstante as duas atividades estarem diretamente conectadas, essa mistura poderia causar grandes vulnerações quanto ao deferimento da qualificação como entidade beneficente e, conseqüentemente, no direito de usufruir a isenção das contribuições sociais.

Em ato contínuo, no dia 12 de fevereiro de 2012, as tratativas finalmente surtiram o efeito desejado, pois restou promulgado o acordo entre o governo do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no País

Assim, buscando uma tutela do Legislativo, as organizações religiosas, em especial a Igreja Católica, realizou determinadas tratativas para que esse imbróglgio fosse resolvido, em especial para que o acordo firmado com o Vaticano em 13 de novembro de 2008 fosse devidamente promulgado e, diante disso, passasse a efetivamente fazer parte do sistema normativo pátrio.

Em ato contínuo, no dia 12 de fevereiro de 2012, as tratativas finalmente surtiram o efeito desejado, pois restou promulgado o acordo entre o governo do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no País, cujo teor, dentre outras matérias, especificou em seu artigo 5º que as pessoas jurídicas eclesásticas que,

(...) além de fins religiosos, persigam fins de assistência e solidariedade social gozarão de todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios atribuídos às entidades com fins de natureza semelhante previstos no ordenamento jurídico, desde que observados os requisitos exigidos pela legislação brasileira.

Evidente que esse normativo pode ser considerado como um grande avanço em comparação com a legislação anterior, haja vista que as organizações religiosas católicas que desenvolvem atividades de assistência e solidariedade social, além de usufruírem a imunidade dos impostos, poderão formalizar pedido de qualificação como entidade beneficente e, após seu peculiar deferimento, fazer jus a isenção das contribuições sociais.

Ressaltamos que esse decreto pode ser considerado a tábua da salvação para essas organizações católicas, pois um processo de cisão parcial envolve muito planejamento e diversas outras burocracias que consomem tempo dos dirigentes, fato esse que, se não for muito bem realizado, pode gerar eventuais questionamentos por parte da administração pública, os quais são aptos a corroborar para um cancelamento do Certificação

Isto posto, a principal questão que envolve esta matéria reside na necessidade de que, para fins de usufruir esta isenção, a entidade beneficente, na forma do artigo 3º da referida lei, precisa ser certificada como beneficente de assistência social a partir da demonstração de que cumpriu todos os regramentos legais específicos para sua área de atuação

de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) e, até mesmo, a perda da isenção das contribuições sociais.

Conforme mencionado anteriormente, desde a Constituição de 1891 o Brasil é considerado como um Estado laico, tendo, inclusive, garantida, em seu artigo 5º, a liberdade quanto ao exercício dos cultos religiosos. Assim, com relação às demais religiões, como essa situação pode ser resolvida? O mencionado Decreto pode ser aplicado para as organizações religiosas não católicas?

Para resolver esse impasse, partindo para o campo exclusivamente jurídico, deixando de lado qualquer intervenção filosófica, é importante, neste primeiro momento, mencionarmos o Princípio da Legalidade que, ao ser aplicado iniciativa privada, permite que ela faça tudo aquilo que a lei expressamente não proíba. Tendo isso como parâmetro, ao analisarmos a legislação vigente que rege a isenção das contribuições sociais, ora disciplinada no artigo 29 da lei nº 12.101/2009, pode-se notar que em nenhum momento ela veda expressamente que as organizações religiosas que também desenvolvem atividades beneficentes usufruam a isenção das contribuições sociais.

Isto posto, a principal questão que envolve esta matéria reside na necessidade de que, para fins de usufruir esta isenção, a entidade beneficente, na forma do artigo 3º da referida lei, precisa ser certificada como beneficente de assistência social a partir da demonstração de que cumpriu todos os regramentos legais específicos para sua área de atuação. Assim, ao verificar esses requisitos, também não encontramos nenhuma vedação de que essas organizações religiosas que desenvolvem atividades beneficentes possam formalizar o pedido de qualificação e, após o deferimento, fazer jus a isenção das contribuições sociais.

Não obstante a inexistência de qualquer vedação, note-se que o mencionado artigo 3º aduz que a certificação ou a renovação será concedida às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, com finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação. Traçando um paralelo entre


essa informação e o Código Civil, o artigo 44 especifica quem são as pessoas jurídicas de direito privado, sendo assim elencados:

1. as associações;
2. as sociedades;
3. as fundações;
4. as organizações religiosas;
5. os partidos políticos;
6. as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Como pode ser observado, temos que, no caso específico das organizações religiosas, elas são consideradas pessoas jurídicas de direito privado e, sendo elas sem fins lucrativos, por prestarem serviços nas áreas de saúde, educação ou assistência social e atenderem todos os demais critérios legais, salutar aduzir que elas poderão ser certificadas como entidades beneficentes e, em ato contínuo, usufruírem a isenção das contribuições sociais.

Ademais, outro fator importante a ser mencionado que corrobora com as considerações acima, está disposto no teor do artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, cujo conteúdo aduz que “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, (...)”, a qual pode ser definida como a utilização da lógica para aplicar uma norma existente no ordenamento jurídico a um caso não previsto, desde que existam semelhanças entre eles.

Vejam que esse princípio pode ser perfeitamente utilizado para o caso das demais organizações religiosas não católicas que almejam obter a qualificação como entidade beneficente dada a inexistência de dispositivo legal específico para elas, combinado com a semelhança entre essas organizações religiosas e aquelas que possuem vocação católica, fato esse que possibilita a aplicação do artigo 5º do Decreto nº 7.107/2010, cujo teor estendeu as imunidades, isenções e benefícios às pessoas jurídicas “que, além de possuírem fins religiosos, persigam fins de assistência e solidariedade social”.

Com base no exposto, as organizações religiosas, dada a sua vocação espiritual, *s.m.j.*, possuem as atividades assistenciais como parte de sua finalidade institucional, as quais, independentemente de sua crença, podem almejar o reconhecimento como entidade beneficente e fazer jus a isenção das contribuições sociais, desde que obedeça aos critérios legais vigentes, ora disciplinados na lei nº 12.101/2009, cujos fundamentos permissivos estão alicerçados na Constituição Federal, na Lei de Introdução ao Código Civil, no Código Civil, na lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 7.107/2010, pois essas atividades corroboram com o interesse do legislador constituinte no fortalecimento da dignidade humana e na consecução dos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivas. 

MULTIPLICANDO O SUAS



AVANÇOS NO ASSESSORAMENTO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

Dez elementos essenciais para desenvolver a qualificação das ofertas de assessoramento, defesa e garantia de direitos no Brasil

Militantes da Política Pública de Assistência Social têm acompanhado os problemas e debates em torno da temática das ofertas de assessoramento, defesa e garantia de direitos no país.

Na condição de então presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), participei de perto da construção

da Resolução n.º 27, de 2011, que regulamentou o assunto. Contudo, três anos depois, ainda existe um enorme clima de incertezas sobre o tema.

Diante disso, com base em minha experiência de militância, atuação enquanto formador em cursos relacionados à Política Pública de Assistência Social e vivência acadêmica com mestrado



em Administração, identifiquei dez elementos fundamentais para avançarmos.

O primeiro elemento trata da necessidade de buscarmos uma compreensão efetiva, por parte da sociedade civil, quanto a aspectos históricos, políticos e legais relacionados à Assistência Social. Ainda convivemos com muitos “achismos” e com uma confusão crônica muito bem abordada pelo Prof. Dr. Renato de Paula, da Universidade Federal de Goiás. Segundo ele, ainda não se entende a Assistência Social por suas ofertas, mas sim por seu público destinatário. Assim, o senso comum acaba desconsiderando serviços tipificados, instrumentos normativos consolidados e um sistema único legalmente reconhecido. Há quem possa dizer: *“mas esse é o ponto a ser observado por conta de toda a política, e não apenas em virtude das questões relacionadas ao assessoramento e à defesa e garantia de direitos”*. De fato concordo com essas ponderações, porém, a falta de entendimento, ou pior, a compreensão errônea, prejudica ainda mais o debate.

O segundo ponto é a constatação ratificada, em todos os espaços que participo, do fato concreto que nos aponta a ausência de estratégias efetivas para a promoção do diálogo entre gestores estatais e sociedade civil no âmbito do SUAS. É impressionante, pois trata-se de um problema que atinge as três esferas de governo. Assim, quando se cria uma estrutura para tal, o que acaba sendo verificado é uma postura com forte viés cartorial. Algo diferente disso é sinônimo de exceção, bem distante da regra vigente na gestão do SUAS.

Vamos ao terceiro? Aqui, quero abordar a criação de uma falsa ideia de subjetividade em torno das questões relacionadas ao assessoramento, defesa e garantia de direitos, que acaba se traduzindo em gargalos ou mesmo em grandes buracos para dificultar ou facilitar a inscrição de entidades em conselhos municipais. Temos uma lei orgânica, uma política nacional; temos Norma Operacional Básica, resoluções específicas e ofertas concretas sendo desenvolvidas a pleno vapor. Não dá para aceitar mais a análise subjetiva e as decisões equivocadas quando o assunto é o que estamos trabalhando aqui.

Chego ao quarto ponto, afirmando, sem medo de errar, que ainda vivemos um tempo de total desarticulação das ofertas de assessoramento, defesa e garantia de direitos. O resultado disso é retrabalho, ou, na outra ponta, desequilíbrio na difusão das ações pelo Brasil. Precisamos nos organizar em rede, criar propostas que se complementem, pensando na sinergia como um norte a ser perseguido.

O quinto elemento refere-se a uma percepção muito pesada sobre um entrave que vários acreditam não existir. Entendo como um problema termos conquistado reconhecimento legal antes mesmo dos próprios atores envolvidos com as atividades. A LOAS já tratava, mesmo que de forma tímida, do assessoramento, da defesa e da garantia de direitos, desde 1993. Porém, as pessoas que estavam fazendo algo nesta linha não tinham ideia de que o que faziam era o que estava na legislação.

O sexto ponto que tenho utilizado para ‘botar fogo’ nessa conversa traz a necessidade de adotarmos, com urgência, modelos de oferta publicamente reconhecidos. Como já disse anteriormente, muitas coisas interessantes estão sendo feitas, contudo, não existe

Há muitos anos, nós, pessoas com deficiência, temos nos pautado pelo seguinte lema: “Nada sobre nós sem nós”. Creio que esta pode também ser a bandeira de todos os usuários do SUAS e demais sistemas universais públicos brasileiros

ainda, nem por parte da sociedade civil, nem tampouco por parte do Estado brasileiro, qualquer desenho que aponte formas criativas e concretas para valorizar e dar visibilidade a grandes referências.

Seguindo em frente, vamos tratar de uma questão macro, que, em minha avaliação, acabou sendo deixada em segundo plano. Refiro-me à construção de estratégias que aproximem o tema aqui tratado de um debate maior, que tem sido feito para elaboração de um novo marco regulatório das organizações da sociedade civil. Precisamos esclarecer que muitas entidades que hoje ainda se identificam como de Assistência Social, apenas por “atender pobre”, acabarão tendo de se reinventar, começando por repensar sua identidade dentro de determinada política pública. Com isso, quero afirmar que nosso sétimo ponto configura-se em um grande desafio que nos convida a atuar muito além de nossas conversas cotidianas sobre o SUAS.

Perto de terminar, trago como oitavo elemento a necessidade de firmarmos um compromisso com a inovação, para podermos construir um contexto sólido para entidades que ofertam assessoramento e/ou atuam na defesa e garantia de direitos. Temos um campo fértil totalmente inexplorado, que nos permite pensar em ações focadas: por exemplo, no *cyberativismo*, na estruturação e no apoio de novas redes de movimentos institucionalizados ou não, elaboração e viabilização de conteúdos, dentre outras.

Meu penúltimo elemento para reflexão é um convite. Precisamos investir de maneira sistemática e planejada para que se possa verdadeiramente alcançar um novo paradigma alicerçado pelo protagonismo dos usuários em todos os espaços do SUAS. Há muitos anos, nós, pessoas com deficiência, temos nos pautado pelo seguinte lema: *“Nada sobre nós sem nós”*. Creio que esta pode também ser a bandeira de todos os usuários do SUAS e demais sistemas universais públicos brasileiros. O assessoramento e a defesa de direitos que estamos ofertando não podem ser concebidos a partir de qualquer leitura diferente desta perspectiva.

Por fim, despeço-me com um pedido. Não deixemos de celebrar e valorizar tudo o que já conquistamos. Se discordarmos de determinadas situações, podemos nos mobilizar para propor e efetuar as modificações legislativas ou regulatórias necessárias. Dizer que não temos nada, ou que tudo o que temos não serve, é chutar contra o próprio gol, aliás, é negar todo acúmulo político conquistado por nós e por tantos que vieram antes de nós. 🇧🇷

ABRIGO

Por Aurimar Pacheco Ferreira

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é um serviço que exige competência técnica, compromisso político e financiamento adequado.

Esse equipamento tipificado na Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social dedica-se a proteger com brevidade e provisoriamente crianças e adolescentes que, por motivações extremas e imediatamente não resolvíveis, precisem de proteção integral de sua vida física e psíquica fora de seu domicílio afetivo regular.

Esse serviço ao longo dos anos, especialmente nas grandes cidades, tem sido pauta de diversos debates, com diferentes focos sobre como garantir direitos aos que deles precisam. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, entre outros documentos e legislações relativamente recentes e que orientam o atendimento na Assistência Social a essa população demandária do abrigo, tratam dos caminhos a serem percorridos. Neles são estabelecidos prazos, delimitados espaços públicos e estabelecimento de relacionamentos em rede, determinação de fluxos etc.

De certa maneira, os elementos teórico-procedimentais do abrigo estão hoje encaminhados, com definição objetiva, estabelecidos e balizados por legislações, planos nacionais e específicos aos acolhidos. Ainda que seja necessário fazer muito, identifica-se uma pressão forte das bases desse serviço para reordenar a estrutura de funcionamento teórico-prático do abrigo. Se os resultados não fluem na dimensão do investimento de tempo despendido a isso, pelo menos as veredas já estão abertas.

Contudo, ainda paira sob esta modalidade de atendimento uma inesgotável complexidade só vista a partir de leitura aproximada, exame minucioso e, sobretudo, interesse localizado para compreender, a partir de um paradigma humanista modulado no estado de direito constituído, os escaninhos de uma existência semi-interrompida. Abandono, rejeição, indiferença, violência, entre tantos outros motivos, são matrizes de anticidadania que conduzem uma criança a ser encaminhada ao acolhimento institucional. Somente esse passivo afetivo e material justifica a entrada de uma vida emergente na chamada alta complexidade da Assistência Social.

Entre tantas discussões sobre a operação do abrigo, está no perfil do pessoal técnico para atendimento dessa demanda um dos temas preferenciais no debate público. A alta complexidade constatada anteriormente apresenta-se como dificuldade de operação do abrigo por pessoal contratado sem critérios atinentes à referida complexidade. Como principal responsável pela criação e manutenção dessa cidadela de direitos para público tão específico, fica o poder público autor de sua própria contradição. Principalmente

À criança viva, em ebulição, destinatária de cuidados e atenção plena, é negado o direito inerente porque recursos foram cortados, contratos não foram cumpridos ou aquilo que se prometia como parceria transformou-se em fiscalização por parte do poder público, com verve inquisitória, legalista.

quando arregimenta pessoal técnico academicamente até qualificado, mas envolto em suas atitudes pelas interpretações e tomadas de decisão ortodoxas, burocráticas e até mesmo refrigeradas pela baixa sensibilidade do funcionário à natureza do serviço.

Uma das formas de superação desse fenômeno imobilizador é a contratação conveniada das entidades socioassistenciais para desempenhar esse papel na sociedade, realizando a gestão direta dos serviços de acolhimento, com supervisão do poder público.

A aparente solução do problema faz com que este se agrave no compartilhamento de metas quando a gestão cotidiana desses convênios continua a se desencontrar dos interesses das contratadas ante seus supervisores, penalizando mais uma vez o usuário do serviço, aquele descrito acima como aliado do bem-estar de uma família. Essa ocorrência reiterada em diversos municípios brasileiros é a excrescência técnica e administrativa da atual Política de Assistência Social.

À criança viva, em ebulição, destinatária de cuidados e atenção plena, é negado o direito inerente porque recursos foram cortados, contratos não foram cumpridos ou aquilo que se prometia como parceria transformou-se em fiscalização por parte do poder público, com verve inquisitória, legalista.

A plenitude do atendido é preterida por uma prestação de contas atrasada ou vítima da rotatividade de pessoal ou imperícia organizacional de alguma entidade socioassistencial, contribuindo para aplicativos administrativos obtusos do poder público, que faz valer sua lógica aritmética e seca.

Nessas situações, os termos de convênios vigentes tornam-se letra morta, estranhamente inválida, diante da perspectiva pulsante do abrigo e claro de seus habitantes, agora submetidos à trágica farsa de um cumprimento de cláusulas interrompido.

Esse imbróglio paralisante precisa de reparos. O acolhimento institucional, talvez a mais complexa das medidas de proteção previstas em lei, ganha ares de impossibilidade quando operado sob esse domínio da insanidade lógico-formal. Há de se esperar que as entidades atentem mais para seus procedimentos e compromissos cotidianos e a devida liturgia dos convênios. Ao poder público, como principal financiador, espera-se melhor habilitação de pessoal mais preparado para cogerir os abrigos. Caso contrário, a desatenção com os abrigos continuará chegando aos atendidos, como segunda e sórdida negação de oportunidades, desta feita com a crueza oficial de especialistas em garantia de direitos. 📌



COACHING DE TALENTOS COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Por Carolina Gadelha Borges



Política de Assistência Social no Brasil mostra muito claramente a necessidade de se considerar a importância das informações socioculturais, ambientais e familiares nas ações dos cidadãos, dentre outras.

Porém, percebe-se como é fundamental conjecturar todo o histórico de vida que existe em cada um, com o propósito de fomentar sua vinculação a atitudes que demonstrem uma autonomia peculiar e segurança em seus quocientes. Toda e qualquer atividade desenvolvida com essa finalidade tem um longo e difícil caminho a ser percorrido por todos os envolvidos.

Atualmente, vê-se uma preocupação saudável pela sociedade para que os principais beneficiados dessa reação em cadeia sejam realmente atores de suas vidas, capazes de gerenciar suas conquistas e conflitos. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem garantir legalmente o acolhimento de pessoas e famílias em estados de vulnerabilidade social, tanto na prevenção de riscos como no cuidado de quem já teve seus direitos violados, por exemplo, os casos de maus tratos, abuso sexual etc. Além disso, organizações do Terceiro Setor, em parceria com o poder público, cada vez mais se empenham em se articular de modo a oferecer serviços que incentivem o protagonismo social, multiplicando a ideia de que seja necessária a liberdade de cada indivíduo em criar, projetar e realizar seus sonhos pessoais e profissionais, desde que tenham clareza disso mentalmente.

Para tanto, é primordial que esses sujeitos procurem o autoconhecimento a fim de que possam realizar benfeitorias às suas vidas de forma assertiva. Assim, o coaching de talentos apresenta-se como uma ferramenta que, na teoria, pretende apoiar o indivíduo em sua existência, para que o mesmo atinja de modo satisfatório seus objetivos, fortalecendo prioritariamente suas competências, com base no presente e foco no futuro. *Coach* (Treinador) e *Coachee* (Treinado) estabelecem uma relação de confiança com comprometimento e responsabilidade no sentido de identificar habilidades e debilidades: respectivamente as primeiras são potencializadas, e as segundas, neutralizadas.

O conceito do coaching nasceu nas universidades norte-americanas para caracterizar um conselheiro particular, treinador que tem a função imprescindível de motivar e provocar o seu treinado através da arte de fazer perguntas, escutando sem julgamentos prévios e se certificando de que entendeu pontualmente o contexto das respostas. Enfatiza-se a importância de suas aptidões na realização de metas devidamente traçadas, levando em conta todo o histórico do indivíduo, fazendo-o reconhecer e agradecer o que herdou de melhor de seus antepassados familiares e gestores profissionais.

Basicamente, o treinado determina tarefas palpáveis para sua melhor qualidade de vida, gerando engajamento em realizá-las pois ele mesmo reconhece seu desprovimento. O sujeito é parabenizado pelos bons frutos conquistados e comemora-se cada etapa vencida porque cada resultado é reflexo de crescimento. Desenvolve-se então uma consciência pessoal de transformação, com *feedbacks* motivacionais e questionadores no intuito da

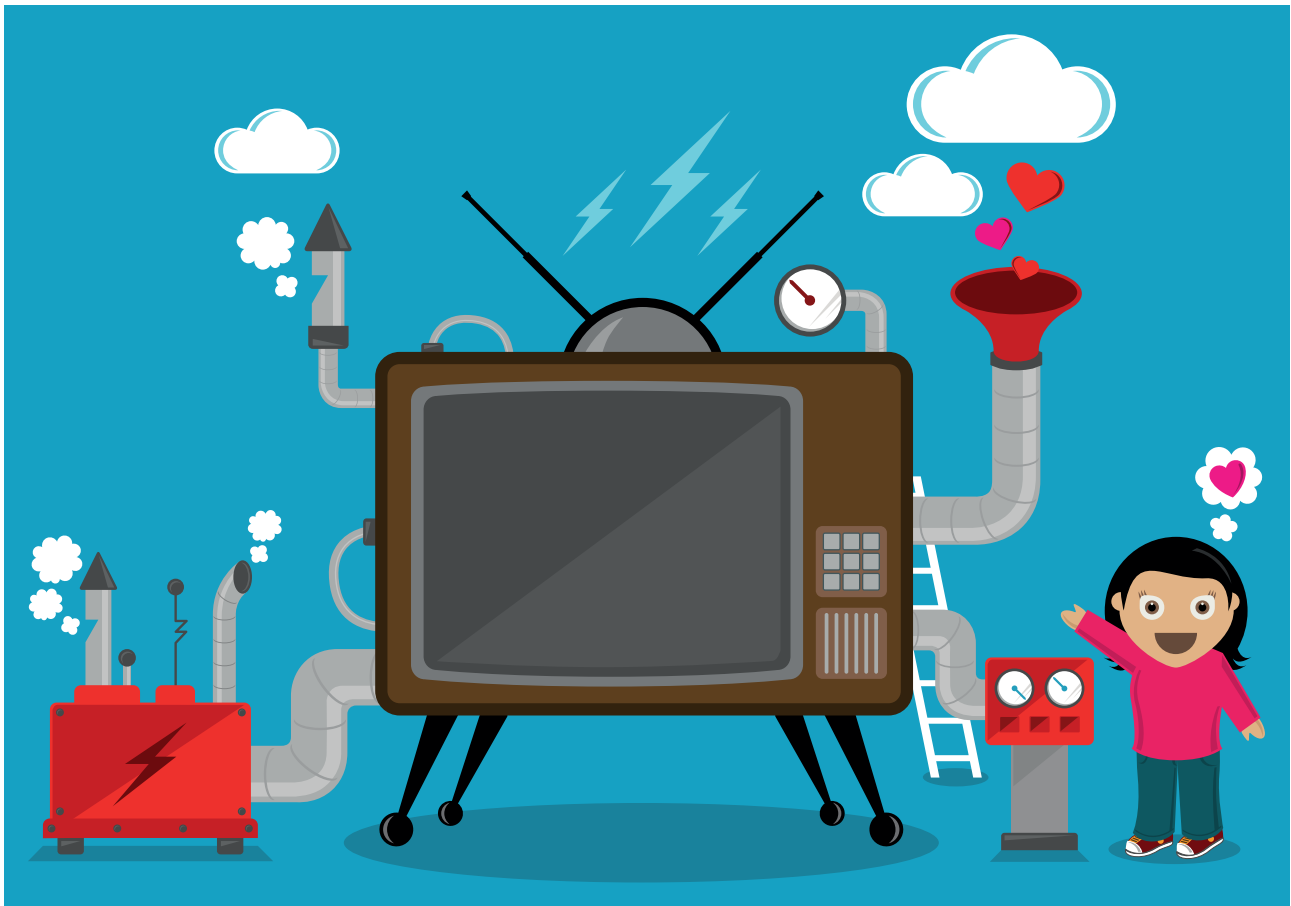
Usualmente, homens e mulheres são instruídos a reconhecer e transformar seus pontos fracos em pontos fortes, muitas vezes com grandes sacrifícios. Passam anos se martirizando porque não conseguem realizar tal tarefa e ficam presos à armadilha da autossabotagem, que não permite o passo seguinte em direção à realização de seus propósitos

mudança de atitudes, fortalecimento da autoestima, cuja estratégia norteadora é a construção de uma declaração de missão e visão do indivíduo, nos campos pessoal e profissional.

Usualmente, homens e mulheres são instruídos a reconhecer e transformar seus pontos fracos em pontos fortes, muitas vezes com grandes sacrifícios. Passam anos se martirizando porque não conseguem realizar tal tarefa e ficam presos à armadilha da autossabotagem, que não permite o passo seguinte em direção à realização de seus propósitos, a sentimentos negativos que impedem a efetivação de mudanças concretas em suas trajetórias. Na história infantil *O Patinho Feio*, como vítima do destino o personagem principal passou um longo tempo se lamentando que era mal-apegoado e desajeitado. Sua mãe não se mobilizou para fazer algo por ele, e ele ficou perturbado, até que um belo dia cresceu e descobriu a verdade sobre si mesmo: “o coitadinho” não era um pato esquisito e diferente dos outros, genuinamente era um cisne, um lindo cisne. Desde então, todos passaram a admirá-lo e a se curvar diante de tamanha beleza, inclusive o mesmo.

Contudo, busca-se prioritariamente consolidar o conceito de integralidade planetária, segundo o qual o ser humano precisa estar conectado de forma harmônica com ele mesmo, com o outro e com o meio ambiente, a fim de que atinja a felicidade plena em todos os seguimentos de sua vivência, percebendo qual sua contribuição para a melhoria do universo. Sabe-se da complexidade que o termo apresenta, porém, quando se busca o desenvolvimento de uma sociedade é substancial que todas as suas esferas estejam em congruência: pessoas, poderes público e privado, direitos e deveres sendo cumpridos por todas as partes.

Enfim, quando se fala em coaching de talentos como ferramenta de transformação social, defende-se a ideia de lapidar os diamantes perdidos em nossa coletividade. Identificar dons e virtudes em cada cidadão, no significado mais legítimo do termo, que possam auxiliá-los na realização de seus mais íntimos desejos, priorizando o que cada um tem de mais rico e executa com excelência, de forma prazerosa. Sem dúvida, dessa forma teremos um corpo social mais justo, ético e conhecedor de suas maiores fortalezas.



O MASS MEDIA E O INDIVÍDUO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Por Alberto Nascimento Filho**

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) inaugura formalmente a superação das ações sociais como mero assistencialismo praticado pelo poder público ou por organizações não governamentais. Como expressado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), um novo paradigma classifica a assistência como elemento de Seguridade Social, vinculando-a então ao tripé formado pela saúde e a previdência. Assim, todo indivíduo passa a ter como direito a proteção à sua segurança de acolhida (provisão de necessidades básicas, como vestimenta, alimentação e abrigo), de sobrevivência (de

rendimento e autonomia, visando à própria subsistência) e de convívio (vivência familiar e contato social). Tais garantias sintetizam a prerrogativa da assistência social: integrar o indivíduo à sociedade, munindo-o da capacidade de conquistar sua própria autonomia.

A ideia de fornecer ao sujeito meios de participar ativamente do mundo ao seu redor encontra um paralelo na comunicação social. É através dos meios de comunicação de massa (*mass media*) que o indivíduo se localiza no mundo, pois ali está a principal fonte de informações sobre sua comunidade. Além de notícias os *mass media* também

*Aluno do 4º semestre de Jornalismo da FAPCOM – Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação

Igualmente, o usuário dos serviços assistenciais carece de um manejo informativo que lhe garanta uma integração não só financeira, mas também intelectual. O encontro dessas duas necessidades concede ao comunicador o campo fértil que precisa para produzir textos que gerem reflexões capazes de reestruturar um cenário

fornecem - através de seus diversos manejos e programas - vários recortes que ilustram a estrutura do cotidiano.

Entretanto, os meios de comunicação tendem a se direcionar para um sujeito amórfico; o homem médio. Sua estrutura mira esse componente da massa, que, sem detalhes que o definam nem aspirações próprias, tem a informação ao mesmo tempo como imposição e presente. Surge aqui outra semelhança entre a comunicação e a assistência social; o contato desse homem médio com o comunicador emula o que se pensa da relação entre o assistente social e o usuário dos serviços.

Mesmo que a política atual preveja um sujeito ativo e participativo, a figura que identifica o usuário no imaginário ainda é a de desvalido. Sob essa perspectiva a assistência social deixa de ser um meio de integração para resumir-se a uma dádiva; ajuda o indivíduo incapacitado, afastando-o de sua fraqueza através de um simples encaixe em um novo cenário.

A própria LOAS, inadvertidamente, corrobora esse pensar. A leitura dos incisos do artigo 2º polariza duas preocupações básicas; empregar aqueles sem trabalho e subsidiar aqueles que não têm como o conseguir.

No artigo “Comunicação Pública e Assistência Social” Kênia Figueiredo indica que *O primado liberal do trabalho, mais precisamente do assalariado, de que o homem deve manter a si e a sua família com os ganhos de seu trabalho, ou com a venda da sua força de trabalho, não considera que o salário não atende todas as necessidades do homem e que não há trabalho para todos. e As políticas efetivadas tem uma restrita relação com o atendimento aos mínimos sociais.*

Essa atitude reducionista gera um problema estrutural pois, conforme dito, simplesmente realoca o sujeito para outro plano sem de fato se preocupar com seu contexto. A concepção é de que essa transição será o suficiente para garantir ao indivíduo acesso a outras políticas públicas que sanem suas novas carências, mas ignora que o cenário para o qual este se encaminha é o mesmo que gerou a necessidade de uma política assistencial. O corolário é que mesmo negando o papel de assistencialismo, a assistência social aceita como algo além do seu poder mudar o cenário e que deve reduzir-se

a propulsionar o usuário para um mundo que, em primeira instância, o derrubou.

O preceito de saciar a demanda sem se preocupar com seu nascedouro ou repercussões é outro elemento correlato da assistência social com o presente paradigma da comunicação, que se preocupa em divulgar informação sem contextualizá-la. Se lidar apenas com a questão econômica é ignorar o que colocou o sujeito na posição de alienado, informar passivamente é criar uma casca oca de conhecimento.

As semelhanças indicadas até aqui servem ao mesmo propósito; assimilar o sujeito ao meio social sem que esse compreenda os detalhes estruturais que o cercam. Enquanto a assistência o faz ao encarar um sujeito bidimensional, a comunicação usa de arranjos que dotam toda informação de um hermetismo que impede seu completo entendimento.

Em seu *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*, Perseu Abramo propõe a existência de certas estruturas de manipulação utilizadas pelos veículos midiáticos. Servindo-se desses conceitos ilustra como a comunicação é feita de forma a ocultar do receptor detalhes e questões acerca das informações que recebe. Fica evidente o quanto a comunicação para o grande público está engessada, precisando de novas formas de se construir e uma audiência que lhe permita utilizar diferentes manejos informativos.

Igualmente, o usuário dos serviços assistenciais carece de um manejo informativo que lhe garanta uma integração não só financeira, mas também intelectual. O encontro dessas duas necessidades concede ao comunicador o campo fértil que precisa para produzir textos que gerem reflexões capazes de reestruturar um cenário.

O anseio por alterar as fórmulas de comunicação não é novo. As mídias digitais trouxeram consigo a possibilidade de novas angulações e de produção de conteúdo independente. Esses ambientes são ideais para construção de um novo paradigma comunicativo, que vá além de simplesmente retratar acontecimentos, mas também os esmiúce com cuidado, concedendo-lhes um recorte crítico e reflexivo.

Uma mídia argumentativa seria de grande auxílio contra nódoas da estrutura assistencial aqui ilustradas. São necessários artigos que se preocupem em desconstruir a falácia da caridade, assim como textos que falem diretamente para o usuário de serviços assistenciais. Aceitando que integrar o indivíduo vai além do aspecto econômico, surge a demanda por esse discurso que o permita compreender toda a complexidade do ambiente em que vive.

Esse inexplorado filo da comunicação é tão rico e complexo quanto política e economia, e seu êxito depende de profissionais metuculosos e, como reza a teoria, imparciais. A reflexão analítica é intrínseca a proposta para que haja resultado, e o cuidado a ser tomado - tal qual o risco a ser observado - é saber onde termina a crítica e começa a opinião. 📖

COMUNICAÇÃO: O NOVO DESAFIO DO TERCEIRO SETOR

*Por Tayane Salatiel Araújo**

O Terceiro Setor, ainda que relativamente recente no Brasil e sem todo o apoio e reconhecimento pleno e necessário por parte da sociedade e do poder público, tem se mostrado de importância fundamental para o reordenamento, inventividade e geração de indicadores para as Políticas Públicas atuais. Através dele, milhares de pessoas, direta ou indiretamente, são beneficiadas, tanto como trabalhadores ou como usuários dos projetos que visam à melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento individual da população. Tudo graças a essas ações desenvolvidas no setor, que é composto por associações e fundações, com razão de existência a promoção bens e serviços públicos à sociedade.

Apesar de o Terceiro Setor ter uma atuação cada vez maior e mais ativa, promovendo e disseminando a solidariedade social em todo o país, contraditoriamente estas instituições acabam limitando seu espaço midiático e poder de ação, fazendo com que sua mobilização sofra por conta desse déficit nos departamentos de comunicação institucional e a dificuldade de contextualizar os temas de forma correta nas grandes mídias.

UM PROBLEMA HISTÓRICO

A dificuldade primária do Terceiro Setor diz respeito à forma com que a imprensa pauta e noticia os temas pertinentes às instituições sociais. A falta de conhecimento



*Aluna do 4º semestre de Relações Públicas da FAPCOM – Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação

Esta necessidade de implantar uma comunicação capaz de promover a integração dos diversos públicos nos quais o terceiro setor está interagindo de forma mais atuante já é perceptível. Apesar disso, obstáculos como profissionais especializados e recursos financeiros limitados, tornam este desafio ainda maior

acerca do trabalho assistencial dificulta os profissionais das grandes mídias a reportar os temas com o zelo e contextualização necessários. Essa falta de clareza na cobertura da imprensa desencadeia muitas incompreensões na população em geral sobre o trabalho assistencial desenvolvido nas organizações.

A NECESSIDADE DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Esta necessidade de implantar uma comunicação capaz de promover a integração dos diversos públicos nos quais o terceiro setor está interagindo de forma mais atuante já é perceptível. Apesar disso, obstáculos como profissionais especializados e recursos financeiros limitados, tornam este desafio ainda maior.

MAS AFINAL, COMO VENCER ESTE DESAFIO?

A ideia de Terceiro Setor sempre nos faz lembrar de organizações bem estruturadas e equipadas com os recursos necessários ao funcionamento básico e operacional a seu público. Essa imagem projetada pelas grandes corporações, sobretudo aquelas que conseguem sistematizar na prática o conceito de Governança Social, perde-se quando observamos o perfil majoritário das organizações de pequeno porte, que constituem a massa maior a serviço do social no país.

Essas instituições se ressentem dos mínimos modais em comunicação, instrumentos e recursos humanos, aspirando sempre um devir de serviços aos seus *stakeholders*, muito além de sua capacidade instalada. Esse dilema, em fase de transição da precariedade, passando à subsistência e culminando com a suficiência, é uma das Mecas do setor.

O pontapé inicial para vencer este desafio da comunicação é atrair os novos profissionais para este setor. Ainda hoje os estudantes mantêm uma visão limitada sobre o campo de atuação profissional, acreditando só terem espaço no Primeiro e Segundo setores.

Logo após, é preciso aprender a “driblar” a falta de recursos financeiros destinados para o desenvolvimento de projetos de comunicação e a própria formação do profissional, que necessitará ter uma visão mais humanística e menos mercadológica da comunicação.

É imprescindível também que o comunicador esteja aberto ao diálogo e a novas ideias, que seja criativo de forma

a desenvolver projetos inovadores, mesmo com a falta de recursos, capaz de perceber as necessidades deste mercado e suas demandas, desenvolvendo assim um bom trabalho na instituição.

A COMUNICAÇÃO VIVA

Para promover esta comunicação viva, com uma imagem bem trabalhada e difundida que atrairá novos parceiros, voluntários, captações de recursos, entre outros, é preciso se voltar, primeiramente, para o público interno, perceber como ela é vista por seus colaboradores, quais seus pontos fortes e suas fraquezas e redesenhar as estratégias internas. Levar em consideração o público beneficiado como parceiros e usuários da instituição e reforçar seus vínculos, proporcionando não só a continuidade como a possível expansão das ações da instituição.

Além disso, é necessário estabelecer uma relação contínua com os principais veículos midiáticos (rádio, TV e mídia impressa), gerando assim o interesse do grande público. Este relacionamento que será criado pelo profissional de comunicação fará fomentar as discussões atuais do Terceiro Setor nas grandes mídias e a divulgação de notícias de interesse da opinião pública.

Outra ferramenta importante e muito utilizada atualmente são os meios digitais, e que não devem ficar de fora das organizações. A criação de sites e redes sociais são importantes canais que ajudam na troca e divulgação de informações, promovendo a interação dos públicos em tempo real e estreitando suas relações.

A FÓRMULA MÁGICA?

Não existe, contudo, uma fórmula única ou mágica para a comunicação. É possível desenvolver diferentes maneiras de se pensar e fazer este processo de comunicação. É necessário analisar de forma minuciosa o ambiente no qual está atuando e desenvolver as ferramentas de comunicação adequadas e viáveis.

Pois somente com o desenvolvimento de uma comunicação eficaz estas instituições promoverão a divulgação de seus projetos e trabalhos realizados com credibilidade, consolidando uma marca forte que mobilize toda a sociedade a interagir e participar em nome desta causa tão nobre. 📌



A RUA TÁ NERVOSA HOJE?

Por Gabriella Fanelli

Não que minha mãe fosse alguém arrogante, mas foi com ela que aprendi a ignorar quem vive na rua. Ora por medo, ora por asco, não importava. A regra era desviar deles, fugir, ou, na pior das hipóteses, fingir que não existiam. Acho que todo mundo aprende a tratar a população em situação de rua como seres desprezíveis e perigosos. Eu mesmo só comecei a pensar diferente quando a rua deixou de ser passagem e virou lugar de estada. Aí eu é que fui ficando invisível.

Aprendi que a rua tem suas regras não escritas. Regras duras e implacáveis. Se não reparar no chão, vai cair nas armadilhas urbanas dos pisos irregulares. Quando não se presta atenção nos que passam, pode-se levar um nocaute por esbarrão. Se tiver algo de valor, pode ser surrupiado em segundos, sem tempo de reação. Atravessá-la sem reparar nos dois sentidos do tráfego, pode e será sentença de morte.

Numa casa tudo é mais fácil. Mesmo quando é ruim, você ainda é o centro de um mundo. Lá, todos reparavam

em mim, até eu. Quando é assim, com tudo notando você, é fácil esquecer que tem outras coisas ao seu redor. Esse tipo de existência pública nas ruas parece ser inversamente importante pela transfiguração da ideia de caos que a rua tem. Se for verdade que a via é de todos, também é minha, mas essa propriedade, quanto mais exercida, mais exco-mungada de direitos, é pelos que de direito falam e defendem a república.

Por isso constato como aqui na rua é diferente. É tanta gente te ignorando que você começa a duvidar da própria existência. Eu me sinto menos que uma sombra. As sombras engrandecem, dão graça e vida. Eu, muitas vezes, sinto-me como um chiclete incrustado na calçada, que ninguém se atreve a passar perto pra não correr o risco de estragar o sapato.

Muitas vezes, na falta de ter com o que me ocupar, eu presto atenção no pessoal que anda por aqui. De uns tempos para cá reparei que, além de me distrair, eu acabo aprendendo.

Eu costumo dormir perto de uma estação do metrô, e vejo que a maioria das pessoas que passa por ali já perdeu a fé em ter um bom dia e está com a cara fechada antes mesmo das oito da manhã. Parece que o dia já cheira a estragado. É uma expressão engraçada pra quem tem aonde ir.

Têm gente que só parece precisar ouvir um “bom dia” de alguém, mas se eu me arrisco a dizer, acabam me olhando feio.

Teve uma vez que na porta de um mercado eu notei duas velhinhas conversando, reclamando em bom e alto som do estado ruim das frutas. Será que elas sabem pelo que a fruta passa? Primeiro derrubam ela da árvore, jogam no chão, do chão a colocam na caixa, que jogam de qualquer jeito no caminhão, que vem balançando, quando chega jogam no chão outra vez e depois despejam sem cuidado na bancada. E você pensa que acaba por aí? Não, alguém vem e aperta, cutuca a fruta e reclama que ela deveria estar assim ou assado e a joga de lado pra dali a pouco outro alguém fazer a mesma coisa. Depois disso tudo, como é que ela vai ser doce?

Tem uma garota bonitinha que, mesmo sem saber, transforma meu dia. Acho que ela nem sabe que eu existo, mas quando dá bom dia para o jornalista, ele fica um cara bem mais simpático. Conversa, e às vezes até me dá algo para ler. Mas, se a moça teve um dia ruim, passa sem nem falar com o coitado da banca, e aí o dia vai ladeira abaixo, porque ele, sem seu “bom dia”, costuma ficar azedo e me expulsa de lá.

Se assim acontece, a minha próxima parada é na praçinha ali ao lado. Evito ir às quartas, não quero encontrar com

Percebo que, como a rua não tem rosto, ela usa o nosso para se expressar

a policial metida a besta que tira esse dia da semana, toda semana, todo mês, durante o ano todo, para fazer truculência com a gente. Tem gente que parece ser treinada para multiplicar os problemas dos outros, e só consegue olhar o lado ruim de tudo. Se for investida de alguma autoridade então, aí que se realiza tripudiando os mais vulneráveis. Isso pode? Nesse mundo da rua parece poder.

Nesta mesma praça, nos outros dias, a pirralhada que estuda ali perto cabula aula para conversar comigo. É errado eles faltarem, mas me faz bem, já que quando eu me esqueço de mim, eles lembram. Eles veem nas minhas histórias uma graça que eu mesmo não vejo. As brigas que tenho, as pessoas que encontro, as baboseiras que escuto, e eles prestam atenção como se eu estivesse dando uma aula.

Um dos garotos me diz que eu faço com que todas as histórias diferentes que eu conto pareçam ser uma só. E aí eu percebo que, mesmo sendo um monte de personagens e lugares diferentes, o palco é um só. As histórias parecem estranhas umas às outras, mas a trama, no fim, é a mesma. É que nem a gente; tem braço, perna, sangue, coração, estômago, cérebro. Todo mundo tem dias bons e dias ruins.

Sendo eles bons ou ruins, eu sempre passo a noite no mesmo lugar. Tem um pessoal que conheço ali. Costumamos nos reunir para comer juntos o que conseguimos desde o nascer até o pôr do sol e então falamos sobre o que aconteceu com a gente naquele dia. Somos uma família, ali é nossa casa. Percebo que, como a rua não tem rosto, ela usa o nosso para se expressar. Basta que eu fale ou sorria menos pra que alguém pergunte: a rua tá nervosa hoje?

A resposta não está em nós. Talvez esteja na poluição, no trânsito ou “nos corre” que alguns estão fazendo para sobreviver. Pode estar inclusive na sinaleira quebrada, um buraco novo no asfalto, ou na fila da lotérica. Nem podemos descartar que o nervoso da rua não esteja no desperdício que aquela respeitável senhora provoca ao lavar a calçada com sua mangueira d’água em profusão, espalhando as folhas no meio fio.

Mas desconfio que esse nervoso da rua está mesmo, tantas vezes, na falta do bom dia daquela menina para o jornalista. Quando a gente fala a linguagem dos afetos, tudo fica mais calmo, terno e sereno. Menos nervoso.

Repara só! Bom dia pra você e sua rua. 🍷

#

CAPA


E NÃO É

QUE

#TEVE COPA?

Por Paula Craveiro

APÓS MESES DE ESPECULAÇÃO E UMA BOA DOSE DE APREENSÃO, ENFIM, OCORREU A COPA DO MUNDO DO BRASIL, QUE DEIXOU LEGADOS POSITIVOS E NEGATIVOS, TANTO FORA QUANTO DENTRO DE CAMPO



Foram sete anos de espera desde que o Brasil foi confirmado como país-sede da Copa do Mundo de 2014. A notícia, a princípio recebida com festa, tornou-se motivo de preocupação nos últimos meses em razão de inúmeras informações sobre desvio de verbas, superfaturamento de obras, segurança e saúde precárias, entre outros temas, que ocupavam grande parte dos meios de comunicação e das redes sociais.

Desde o início da onda de protestos que tomou as ruas das principais cidades do país, em junho de 2013, a Copa vinha sendo um dos principais motivos de revolta e indignação. O movimento contrário à sua realização contou com a adesão de milhares de manifestantes, que saíram às ruas das cidades-sede para pedir o cancelamento do evento e exigir justificativas quanto aos gastos excessivos. Houve também um enorme número de pessoas que fez questão de deixar registrado seu descontentamento por meio das redes sociais. Críticas, piadas, montagens de imagens e *hashtags* como *#naovaitercopa* e *#imaginacopa* lotaram as linhas do tempo em sites como Facebook e Twitter.

Mas, se por um lado havia um grupo de descontentes, havia também aqueles que acreditavam se tratar de uma excelente oportunidade para o Brasil mostrar que tem, sim, condições de sediar eventos de grande porte, com qualidade, segurança e infraestrutura adequadas. ▶



Segundo o secretário executivo do Ministério do Esporte, Luis Fernandes, pesquisas de opinião mostraram que a ampla maioria da população era favorável à realização do Mundial. “Foi angustiante saber que um terço das pessoas tinha dúvidas sobre a importância que o evento teria ao país”, disse. Para ele, um dos fatores que prejudicou a compreensão correta da importância do evento foi o entendimento incorreto de que a Copa geraria gastos, e não investimentos.

Realizada em 12 de junho, Dia dos Namorados, a abertura da competição foi um momento bastante especial para os apaixonados por futebol, sobretudo para aqueles que vivem em São Paulo, cidade que recebeu de braços abertos milhares de turistas que acompanharam o pontapé inicial diretamente da Arena Corinthians, no bairro de Itaquera, zona leste da capital.

PARA POUCOS BRASILEIROS

Apesar de toda a expectativa gerada com a aproximação dos jogos, ingressos caros e passagens de avião e diárias de hotéis com preços exorbitantes tornaram a Copa do Mundo inacessível à maioria dos brasileiros. Afinal, em um país cujo salário-mínimo fica em torno de R\$ 700, são poucos aqueles que podem dispor de R\$ 1 mil, R\$ 2 mil, R\$ 10 mil para assistir a um jogo de futebol sem sentir o impacto disso no final do mês. Mesmo assim, o Mundial fez a alegria dos torcedores com a grande quantidade de gols por partida e com o entrosamento de todas as torcidas, que deram ainda mais brilho ao espetáculo.

Em pontos estratégicos das cidades-sede, a Fifa Fan Fest, festas de rua organizadas pelo governo federal em parceria com a Federação Internacional de Futebol (Fifa), garantiu a diversão de milhares de torcedores, de diversas nacionalidades, que se reuniram para assistir às transmissões dos jogos locais e para curtir o melhor da música brasileira.

No entanto, apesar de o evento ter sido um sucesso do ponto de vista organizacional, é preciso parar para analisar outros aspectos ainda mais importantes. Depois de tudo o que foi investido para a sua realização, o que, de fato, a Copa do Mundo de 2014 deixou para os brasileiros? Quais foram os seus legados?



PARA ONDE FOI O DINHEIRO INVESTIDO

Segundo dados do Portal da Transparência, os investimentos feitos pelo governo brasileiro para a Copa totalizaram R\$ 25,6 bilhões. O montante foi destinado a obras como construção e reforma de estádios e infraestrutura. Deste valor, 83,6% saíram dos cofres públicos, sendo que apenas R\$ 4,2 bilhões eram provenientes da iniciativa privada.

A maior parte dos gastos foi destinada a transporte e a aeroportos. Juntas, as obras de transporte público, vias e aeroportos representaram 60,1% dos investimentos, sendo R\$ 8,6 bilhões (33,6%) com transporte terrestre e R\$ 6,8 bilhões (26,5%) com transporte aéreo. Os portos somaram 2,6% do total dos investimentos, enquanto a infraestrutura das telecomunicações receberam 1,4% dos investimentos.

O segundo maior gasto foi com os estádios – 27,7% dos R\$ 25,6 bilhões foram investidos em reformas e construção dos 12 estádios utilizados no torneio, totalizando R\$ 7,09 bilhões. Outros 7,3% foram direcionados à segurança pública, enquanto o turismo recebeu 0,8%.

EXPECTATIVA ERA DE LEGADO NEGATIVO

Encomendada pela TNS Brasil, empresa global de pesquisa de mercado e opinião, em parceria com Lightspeed Research, pesquisa constatou que 52% dos brasileiros acreditavam que o legado da Copa seria negativo para o país, e 53% afirmaram que a escolha do Brasil como país-sede foi uma decisão errada. Ao todo, foram entrevistadas 968 pessoas em nove capitais entre os meses de maio e junho



O LEGADO DA COPA

Sem dúvida, muita coisa foi feita durante o período que antecedeu o tão esperado evento. Dizer que não houve melhorias – quaisquer que sejam elas – seria negar o óbvio. Contudo, o legado deixado pela Copa do Mundo não foi tão satisfatório quanto o esperado pela população.

Em maio deste ano, o jornal paulista *Folha de S.Paulo* realizou um levantamento sobre as obras previstas e constatou que somente 41% do planejado foi efetivamente concluído.

Das 167 intervenções anunciadas pelo governo, 68 foram concluídas e outras 88 (mais de 50%) ainda estavam incompletas (à época





do levantamento) ou serão finalizadas após a competição. Além disso, 11 obras foram descartadas e não sairão do papel.

Entre as principais obras concluídas estão: criação do Terminal 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), que ajudou a aliviar a lotação nos terminais 1 e 2; reforma do Maracanã, estádio que sediou a final; reforma da rodoviária de Curitiba (PR), que ampliou de 40 mil para 50 mil a capacidade diária do terminal; conclusão do terminal marítimo de passageiros do Recife (PE), que atende a navios de cruzeiro, com estrutura similar a de um aeroporto; e duplicação da Avenida Beira-Rio, em Porto Alegre (RS), que conferiu fluidez ao entorno do estádio.

Já entre as ações que tiveram seu prazo de entrega adiado para depois do Mundial estão as ampliações dos aeroportos de Salvador (BA) e de Fortaleza (CE); a implantação do corredor aeroporto-rodoviária de Curitiba; e as reformas dos aeroportos de Manaus (AM) e Confins (MG).

BALANÇO DAS OBRAS PREVISTAS PARA A COPA

R\$ 25,6 bilhões investidos

167 obras previstas

88 concluídas a tempo

45 incompletas

23 serão inauguradas após o Mundial

11 abandonadas

12 estádios reformados ou construídos



Fonte: adaptado de Folha de S.Paulo – maio de 2014.

Em pronunciamento oficial realizado em 10 de junho, às vésperas da abertura do Mundial, a presidenta Dilma Rousseff comentou os investimentos. “Construímos, ampliamos ou reformamos aeroportos, portos, avenidas, viadutos, pontes, vias de trânsito rápido e avançados sistemas de transporte público. Fizemos isso, em primeiro lugar, para os brasileiros. Tenho repetido que os aeroportos, os metrô, os BRTs (*Bus Rapid Transit*, em português, Transporte Rápido por Ônibus) e os estádios não voltarão na mala dos turistas. Ficarão aqui, beneficiando a todos nós. Uma Copa dura apenas um mês, os benefícios ficam para toda vida”, afirmou.

Segundo Luis Fernandes, do Ministério do Esporte, os principais legados abrangem as áreas de esporte, infraestrutura e serviços, turismo, geração de empregos, consumo e tributos. “Esses foram os investimentos mais relevantes do ponto de vista social e que são as principais heranças do evento, além de serem necessárias para o desenvolvimento do país, independentemente da Copa do Mundo”.

A seguir, a Revista Filantropia apresenta os principais legados deixados pela “Copa das Copas” ao povo brasileiro.



ESTÁDIOS

Principal “necessidade” em uma competição de futebol, o Mundial contou com 12 estádios, número recorde em uma competição desse porte. Os estádios foram um dos pontos mais criticados pelos brasileiros em razão do montante investido – as obras, de construção e de reforma, demandaram investimentos de cerca de R\$ 8 bilhões. Alguns, como a Arena da Amazônia, em Manaus (AM); a Arena das Dunas, em Natal (RN); e a Arena Pantanal, em Cuiabá (MT), foram considerados verdadeiros “elefantes brancos”, sendo economicamente inviáveis dada a quantidade de público nessas regiões.

A Arena Corinthians também foi alvo de severas críticas, mas não por seu porte ou mesmo por sua construção, mas pela suspeita de utilização de verbas públicas para sua realização.

INVESTIMENTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO SUPERAM

EM 212 VEZES O TOTAL DESTINADO AOS ESTÁDIOS

Contrários à realização do torneio, muitos criticaram o governo por desviar verba de áreas primordiais, como saúde e educação, para investir em estádios e obras voltadas à Copa. Segundo Dilma Rousseff, esse tipo de acusação se trata de um “falso dilema”. Em coletiva de imprensa, realizada em junho, em Brasília, a presidenta apresentou a somatória dos orçamentos nas duas áreas, no mesmo período em que tiveram início as obras dos estádios. Entre 2010 e 2013, os recursos para as arenas chegaram a R\$ 8 bilhões, enquanto R\$ 1,7 trilhão foram investidos em educação e saúde: um valor 212 vezes maior.



MOBILIDADE URBANA

A maior parcela dos investimentos feitos pelo governo federal foi destinada a projetos de mobilidade urbana. Ao todo, R\$ 12 bilhões foram utilizados na construção de corredores de ônibus, novos acessos a aeroportos e ampliação de vias, obras imprescindíveis de mobilidade que melhorarão a infraestrutura e reduzirão o custo de locomoção e transporte de cargas.

O transporte público foi o meio mais utilizado pelos torcedores para acessar os estádios em, pelo menos, três das maiores metrópoles do país. Por exemplo, em dias de jogos, mais de 80% das pessoas chegaram à Arena Corinthians, em São Paulo, utilizando o metrô. O modal também foi escolhido por 65% dos espectadores no Rio de Janeiro. Em Recife, 63% do público optou pelo metrô ou pelo BRT.

AEROPORTOS

Contrariando as perspectivas negativas que acreditavam em atrasos e caos aéreo durante o período, os aeroportos brasileiros – que receberam R\$ 7,3 bilhões em investimentos para reforma e ampliação – funcionaram





muito bem, registrando, inclusive, índices de atraso abaixo da média mundial. Balanço da Secretaria de Aviação Civil (SAC) revelou que o índice médio de atrasos acima de 30 minutos foi de 7,03%.

Ainda de acordo com a SAC, a movimentação nos 21 aeroportos que atenderam demandas da Copa do Mundo foi de 16,7 milhões de passageiros, entre os dias 10 de junho e 13 de julho. O aeroporto que mais recebeu passageiros foi o de Guarulhos, em São Paulo, que registrou 3,81 milhões de pessoas. Já o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, computou no período 1,8 milhão de passageiros. A lista apresentada pela Secretaria segue com Brasília (1,66 milhão), Congonhas (1,31 milhão) e Confins (1,1 milhão).

O Aeroporto Internacional de Guarulhos, por exemplo, teve algumas pistas revitalizadas e ganhou um terceiro terminal, cuja capacidade plena será atingida pouco a pouco. No Rio de Janeiro, o terminal 2 do Aeroporto Antonio Carlos Jobim, no Galeão, passou por processo de ampliação, assim como o Aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá, recebeu novos terminais.

SEGURANÇA

Por meio da integração das forças policiais dos Estados, da União e das Forças Armadas, o Brasil empregou o maior efetivo de profissionais já contabilizados em um evento esportivo. Foram aproximadamente 177 mil agentes e investimento da ordem de R\$ 1,19 bilhão para aquisição de equipamentos e realização de capacitações.

Os Estados receberam 27 Centros de Comando e Controle Móveis (caminhões equipados para atividades de monitoramento), além de 12 imageadores aéreos (equipamentos instalados em helicópteros, capazes de captar e transmitir imagens em tempo real para os centros de controle),

robôs para detonação de explosivos e 36 plataformas de observação elevadas (com 12 câmeras de alta resolução capazes de captar, tratar e transmitir imagens).

Também foram criados 15 Centros Integrados de Comando e Controle, sendo 12 regionais, dois nacionais e um Centro de Cooperação Policial Internacional. Durante todo o período do Mundial, os 15 Centros Integrados funcionaram 24 horas. Toda a estrutura ficará, a partir de agora, para as sedes.

TELECOMUNICAÇÕES

A Copa de 2014 também ficou marcada pelo intenso uso da tecnologia da informação. Os investimentos públicos e privados de mais de R\$ 1,7 bilhão em telecomunicações permitiram o envio de mais de 45 milhões de fotos até as semifinais do campeonato e mais de 11,2 milhões de chamadas completadas nos estádios durante os jogos até as quartas de final. “Essa é a primeira Copa realizada sob a égide da convergência tecnológica”, resumiu Fernandes.

Além do serviço de internet móvel 2G, 3G e 4G, os investimentos também garantiram a alta capacidade para a transmissão das partidas. A Copa do Mundo bateu recordes de audiências em diversos países, a ponto de superar a final da NBA e do beisebol nos EUA.

LEGADO AMBIENTAL

A Copa do Mundo também deixou seu legado para o meio ambiente. “O Brasil compensou em mais de nove vezes a quantidade estimada de emissões de carbono geradas diretamente pela realização dos jogos”, garantiu a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em entrevista coletiva em 11 de julho, no Rio de Janeiro.

Segundo a ministra, o país parte agora em busca de um recorde: ser o primeiro do mundo a compensar 100% das

CABRÁLIA HERDA LEGADO DA SELEÇÃO ALEMÃ

Em 13 de julho, no centro do gramado do Maracanã, os jogadores da Alemanha comemoraram a conquista do título mundial fazendo, ao redor da taça, uma dança que aprenderam com os índios pataxós de uma aldeia de Santa Cruz da Cabrália, na Bahia. Tudo bem que a dança não foi nenhuma maravilha, mas isso é que o menos importa; o fato é que ela representou a integração dos alemães com a cidade em que ficaram concentrados durante o Mundial.

A Federação Alemã de Futebol tem a política de ajudar instituições das cidades em que se concentra nas grandes competições. Foi assim na Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, e na Eurocopa de 2012, na Ucrânia e na Polônia. Em 2014, eles decidiram dar apoio financeiro a um projeto social chamado Sonhos de Crianças, que promove melhorias na única escola de Vila de Santo André (BA). Antes do início do Mundial, seis jogadores (Podolski, Schweinsteiger, Özil, Draxler, Ginter e Grosskreutz) visitaram o projeto. A federação também investiu em obras de infraestrutura, além de custear a reforma do campo do time amador da Vila.

Outra contribuição feita pelos alemães foi a entrega aos índios pataxós de um cheque simbólico de € 10 mil (cerca de R\$ 30,1 mil), dinheiro que será usado para aquisição de uma ambulância para a aldeia.





emissões, diretas e indiretas, de gases de efeito estufa emitidos durante o Mundial. Até agora foram neutralizadas 545,5 mil toneladas de carbono equivalente (tCO₂eq – unidade de medição de gases que interferem no aquecimento global). Trata-se de um volume significativamente superior às 59,2 mil tCO₂eq previstas para obras, energia gasta nos estádios, deslocamento de veículos oficiais e outras atividades ligadas diretamente à organização da Copa.

Além de compensar as emissões diretas da Copa, o Brasil buscará mitigar também 100% das emissões totais do evento – estimadas em 1,4 milhão tCO₂eq. “As emissões indiretas decorrem principalmente do transporte aéreo internacional para o evento. O Brasil é o primeiro país do mundo a buscar, de forma voluntária, compensação de tudo o que foi emitido por uma Copa do Mundo da FIFA”, disse a ministra.

ECONOMIA EM MOVIMENTO

O impacto econômico do evento é inquestionável. Um dos saldos positivos da Copa foi o montante de R\$ 142 bilhões injetados na economia entre 2010 e 2014. E a escolha das 12 cidades-sede não foi à toa: o objetivo foi distribuir a riqueza gerada pelo evento para todas as regiões, com desenvolvimento para comércio, indústria e serviços.

Estudo da Fundação de Estudos e Pesquisas Econômicas (Fipe), instituição ligada à Universidade de São Paulo (USP), indicou que o torneio movimentou R\$ 30 bilhões durante seus 30 dias de realização. “É o triplo gerado pela Copa das Confederações, que ficou em torno de R\$ 9,5 bilhões”, aponta o economista Wilson Rabahy, responsável pelo estudo.

A parte mais relevante, 88% do valor gerado, veio dos investimentos em infraestrutura, que envolveram R\$ 25 bilhões.

EMPREGOS GERADOS

O mercado de trabalho também se beneficiou. “Considerando a contratação de temporários e as horas extras pagas, gerou-se o equivalente a 900 mil empregos durante a Copa”, diz Rabahy.

Já dados oficiais do governo brasileiro indicam que as obras da Copa geraram um total de 3,6 milhões de empregos diretos em todas as cidades-sede.

MORTES EM OBRAS

Desde o início das obras de construção e reforma dos estádios que sediarão os jogos do Mundial foram registradas oito mortes de funcionários, número quatro vezes maior do que o registrado na Copa da África do Sul.

2012

1 morte – Estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF).

2013

4 mortes – Arena da Amazônia, em Manaus (AM).

1 morte – Arena Corinthians, em São Paulo (SP).

2014

2 mortes – Arena Corinthians.

TURISMO EM ALTA

A Copa do Mundo impulsionou o turismo brasileiro. Balanço do Ministério do Turismo divulgado na primeira quinzena de julho mostrou que aproximadamente 1 milhão de turistas estrangeiros de 203 nacionalidades visitaram o país durante o evento. A maioria deles (61%) nunca havia estado no Brasil e 95% declararam intenção de voltar.

O tempo médio de permanência dos estrangeiros que vieram para o Mundial foi de 13 dias. Além deles, outros 3 milhões de brasileiros viajaram entre as 12 cidades-sede.

Uma média diária de 485 mil passageiros passou pelos 21 aeroportos nas 12 cidades-sede, com fluxo total de 16,7 milhões de passageiros. A média de passageiros registrada foi superior à do Carnaval deste ano, de 365 mil passageiros por dia, e maior que o período do último Natal, que mobilizou 404 mil passageiros por dia. “Um importante legado foi como combinamos o ambiente organizativo com o ambiente de festa. Para isso, tínhamos que garantir a qualidade dos serviços necessários, o que passou por um minucioso processo de cooperação. Esta é a chave para que neste balanço final, do ponto de vista operacional, possamos dizer que a Copa foi coroada de sucesso”, avaliou Luis Fernandes.

Do ponto de vista econômico, em junho, segundo dados do Banco Central, as despesas dos estrangeiros somaram US\$ 797 milhões, indicando crescimento recorde de 76% sobre o mesmo mês de 2013. No primeiro semestre, os gastos também foram recorde – US\$ 3,6 bilhões contra US\$ 3,4 bilhões do ano passado.

UM BRASIL BONITO DE SE VER

Se antes do início da competição o clima era de pessimismo e desconfiança em relação à Copa no Brasil – tanto por parte dos brasileiros quanto da imprensa internacional –, após o término do evento podemos dizer, sem medo, que tivemos a Copa das Copas.

“O Brasil pode ficar muito orgulhoso da organização da Copa do Mundo e temos certeza de que, durante os Jogos Olímpicos de 2016, o mundo verá o que o Brasil representa: paixão e eficiência”, disse o presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach, que esteve no Brasil no início de julho.

Em coletiva de imprensa, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, afirmou que sempre teve uma visão otimista das potencialidades brasileiras. “Isso não se baseava apenas na fé e na confiança no país. Nós tínhamos um rigoroso acompanhamento das obras nos estádios. Controlávamos todos os momentos da execução de cada estádio. A cada três meses desde a Copa das Confederações eu visitava cada uma das cidades-sede, depois as visitas passaram a ser mensais. Com tudo isso, nós tínhamos uma margem de segurança do que estava sendo feito”, afirmou. “A Copa do Mundo foi um sucesso. Recebeu elogios de todos os técnicos, desde o vitorioso da seleção da Alemanha até técnicos de seleções que não se classificaram na primeira fase”, completou.

A visão positiva sobre o Mundial também foi sentida por parte dos turistas, locais e estrangeiros, que aprovaram a experiência não apenas dentro dos estádios, mas também nas 12 cidades-sede.

A festa realizada por mais de um milhão de turistas estrangeiros e a receptividade dos brasileiros também foram lembradas pelo ministro como uma das marcas do torneio. “Acredito que todos os jornalistas, visitantes e delegações foram tratados com carinho, respeito e tolerância, com a marca do nosso país e do nosso povo de tratar bem os estrangeiros. Somos um país mestiço no sangue e na alma e nos sentimos assim. Para nós, ninguém é estranho. Creio que todos partirão com essa lembrança e emoção e espero que sintam vontade de retornar”, disse Rebelo.

Para o norte-americano Ryan Mercy, que esteve pela segunda visita ao Brasil, e acompanhou os jogos das seleções norte-americana e brasileira, as palavras de Rebelo fazendo sentido. “O Brasil foi uma ótima sede. Tudo foi bem organizado para os turistas e o povo brasileiro ajudou muito”, elogiou. Para ele, “tudo foi muito fácil. Fui de ônibus e de táxi para os estádios e, sempre que precisei, recebi ajuda. Todos foram muito legais.”

Mercy completou dizendo: “De certa forma fiquei um pouco triste por ter ficado tão preocupado com o futebol, porque gostaria de ter conhecido mais o país. Espero voltar aqui no verão”, projetou.

O evento também caiu nas graças da imprensa internacional. Jornais como Mirror (Reino Unido), AlJazeera e Die Welt (Alemanha) teceram uma série de elogios. O maior destaque? O povo brasileiro.

O jornalista Oliver Holt, do Mirror, disse que os brasileiros fizeram uma Copa do Mundo “magnífica e inebriante”, tanto dentro quanto fora de campo. Holt acompanhou, em Belo Horizonte, a partida entre Brasil e Chile pela disputa da vaga para as quartas-de-final nos pênaltis, e disse que o barulho da torcida após a primeira defesa do goleiro Júlio César supera qualquer coisa que ele já presenciou no mundo. “Quando acabou o jogo, eu estava em pé observando os torcedores saindo do estádio. Dois torcedores do Chile lutavam para deixar o local, em meio a uma multidão amarela eufórica no saguão. Um grupo de crianças zombava deles, mas como eles continuaram o trajeto, mão após mão, cada brasileiro deu um tapinha nas costas dos chilenos, num gesto de admiração e de consolação” (matéria em inglês – http://j.mp/RF_Mirror).

“O mundo está descobrindo que a arma secreta do Brasil não é Neymar ou os 170 mil agentes de segurança que se espalharam por todo o país. São os próprios brasileiros, que, com a experiência que tenho, já ganharam este torneio tão gracioso e elegante”, escreveu Gabriel Elizondo, jornalista da AlJazeera (o artigo, em inglês, está disponível no link http://j.mp/RF_AlJazeera).

O jornal alemão Die Welt foi outro veículo de comunicação a publicar reportagem sobre o Brasil. Assinado por Von Kai Behrmann e Michael Althaus, o texto diz que “onde quer que vão, os torcedores alemães se sentem em casa no Brasil”. Os jornalistas conversaram com diversos turistas alemães que vieram ao Brasil para a Copa e ouviu deles elogios em massa sobre os brasileiros. Eles narraram que nem mesmo a barreira da língua atrapalhou a boa relação com os brasileiros, que se esforçam para entender e serem entendidos pelos turistas (matéria em alemão no link: http://j.mp/RF_DieWelt).

BALANÇO DA COPA

Em 14 de julho, o governo federal apresentou balanço das ações para a Copa do Mundo. A seguir estão os principais resultados.

- ★ 1 milhão de turistas estrangeiros;
- ★ 95% dos estrangeiros pretendem retornar ao país;
- ★ 3 milhões de turistas nacionais;
- ★ Fluxo de 16,7 milhões de passageiros nos aeroportos;
- ★ Voos com taxas de atrasos abaixo das médias internacionais;
- ★ Contingente de 3,4 milhões de pessoas no estádios;
- ★ Cerca de 5 milhões de pessoas nas Fifa Fan Fest;
- ★ Efetivo de 177 mil profissionais de segurança pública, defesa e inteligência.

AH, TAMBÉM TEVE FUTEBOL!

Considerada a Copa das Copas, o Mundial do Brasil foi um sucesso dentro de campo. Ao todo, foram 32 seleções participantes, 64 jogos, muitos (muitos!) gols e mais de 3,4 milhões de pessoas nos estádios.

Durante o evento, os torcedores tiveram diversas surpresas – algumas boas, outras nem tanto. As seleções da Costa Rica, com muita garra e carisma, e da Colômbia chegaram às quartas de final, um ótimo resultado para ambas; para os costa-riquenhos, o melhor resultado em Copas. Já a Espanha, campeã de 2010, surpreendeu ao ser eliminada logo na primeira fase, assim como a Inglaterra e a Itália.

Por falar em resultados negativos, não podemos deixar de lado o jogo entre Brasil e Alemanha na semifinal. Em uma partida que, no mínimo, assustou a todos os torcedores brasileiros – e de outras seleções também, inclusive os próprios adversários –, a seleção canarinho perdeu por (vergonhosos) 7 gols a 1 no Mineirão, estádio de Belo Horizonte.

A final, disputada por Alemanha e Argentina no Maracanã, no Rio de Janeiro, foi o evento esportivo mais comentado nas redes sociais nos últimos anos. Em uma partida bastante disputada, a seleção argentina foi derrotada por 1 a 0 na prorrogação, dando aos alemães o tetracampeonato mundial. A comemoração da seleção alemã foi um show a parte: em agradecimento à receptividade que tiveram na Bahia, estado escolhido para a concentração da equipe, os jogadores fizeram, ao redor do troféu, uma dança pataxó, aprendida com os índios da tribo pataxó que vivem na região de Santa Cruz da Cabralia.

“Nós vivemos, nesses dias, uma festa fantástica. Mais uma vez, o povo brasileiro revelou toda a sua capacidade de bem receber. Mais uma vez, os brasileiros, aí incluídos o governo federal, os governos estaduais nas 12 cidades-sede, os prefeitos das 12 cidades-sede e, sem sombra de dúvida, os torcedores e todos os amantes do futebol, asseguraram uma festa que eu tenho certeza é, sem dúvida, uma das mais bonitas do mundo”, destacou, em coletiva, a presidenta Dilma.

“Se a gente fizer uma análise um pouco mais sóbria, perdemos a taça, mas o Brasil ganhou a Copa. O Brasil soube ganhar, soube perder, soube receber, soube celebrar com paz, com respeito, um clima altamente receptivo que encantou o mundo. Essa celebração do futebol mundial ficará para sempre na memória e imagem do que nós somos enquanto povo e sociedade”, disse o ministro chefe da Casa Civil, Aloísio Mercadante. ⚽

DO MARACANAÇO AO MINEIRAÇO

Havia 64 anos que o Brasil esperava pela oportunidade de superar seu trauma do Maracanaço, ocasião em que a Seleção Brasileira, na final da Copa de 1950, perdeu o título para o Uruguai por 2 a 1 no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, construído especialmente para aquele jogo.

A partir da confirmação do Brasil como sede da Copa de 2014, a expectativa era grande. A possibilidade do hexacampeonato falava alto, fazendo com que os brasileiros sonhassem com essa conquista “em casa”. Contudo, a história se repetiu e o título não veio. Aliás, o trauma apenas aumentou.

Na semifinal, jogando contra a Alemanha no Mineirão, em Belo Horizonte, o Brasil viu o sonho do hexa cair por terra durante a maior derrota da Seleção desde 1920. Durante 90 minutos, os brasileiros assistiram, atônitos, ao “apagão” que tomou conta da Seleção. Apenas nos primeiros 25 minutos de jogo a Alemanha marcou cinco gols. Até o final da partida, foram sete.



AGIF / SHUTTERSTOCK.COM

A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Por Felipe William

Mais do que uma característica essencial de uma sociedade, a cultura pode ser considerada como o elemento principal que difere uma nação de outra. Os costumes, a música, a arte e, principalmente, o modo de pensar e agir, fazem parte da cultura de um povo e devem ser preservados para que nunca se perca a singularidade do coletivo em questão. A palavra cultura deriva do latim, *colere*, que tem como significado literal “cultivar”. Partindo desse princípio, percebemos que se trata de uma herança acumulada ao longo dos anos, e que deve ser preservada.

Cada pessoa pertencente a uma determinada nação agrega valores culturais, os quais a levarão a fazer ou expressar-se de forma específica. Esse mecanismo de adaptação é um dos principais elementos da cultura, e torna-se ainda mais importante quando se alia ao fator cumulativo. As modificações que se desenvolveram e que foram trazidas por uma geração passam para a geração seguinte, e se implementam ao melhorar aspectos para futuras gerações.

Durante muito tempo, o termo cultura foi estudado e acabou sendo dividido em algumas categorias:

■ **Cultura segundo a Filosofia:** trata-se de um conjunto de manifestações humanas, de interpretação pessoal, e que condizem com a realidade.

■ **Cultura segundo a Antropologia:** o termo deve ser compreendido como uma soma dos padrões aprendidos, e que foram desenvolvidos pelo ser humano.

■ **Cultura Popular:** associa-se a algo criado por um determinado grupo de pessoas que possuem participação ativa nessa criação. Música, arte e literatura são exemplos que podem ser utilizados.

Por ser um agente forte de identificação pessoal e social, a cultura de um povo se caracteriza como um modelo comportamental, integrando segmentos sociais e gerações à medida que o indivíduo se realiza como pessoa e expande suas potencialidades. Entretanto, é necessário lembrar que essa percepção individual tem grande influência por parte do grupo. As escolhas selecionadas ou valorizadas pelo grupo tendem a ser selecionadas na percepção pessoal.

Além disso, a cultura possui quatro processos que têm participação ativa na influência do indivíduo:

■ **O Agente Cultural:** Seja qual for a forma de expressão artística que ele promove, trata-se de alguém que se sente valorizado pelo que é capaz de fazer e, mesmo na velhice, é muitas vezes procurado para transmitir seus conhecimentos aos mais jovens.

■ **O Propagador Cultural:** É aquele que não cria, mas que valoriza e ajuda a difundir determinados tipos de arte. Muitas



vezes, dedica sua vida a esse propósito. Dentro desse grupo, estão incluídos os indivíduos que compram e comercializam produtos culturais.

- **O Espectador Cultural:** Grupo formado por pessoas que não criam e nem difundem a arte, mas que são apreciadores do gênero e que se identificam com outros de pensamento semelhante. Um exemplo do gênero e que pode ser citado é a formação dos fãs-clubes, que interagem entre si promovendo o ídolo de diversas maneiras.
- **O Alienado Cultural:** Trata-se de alguém ou determinado grupo que denuncia as formas de expressão cultural. Presente muitas vezes em regimes ditatoriais, evidencia a exclusão social e oprime movimentos artísticos menos poderosos mas, nem por isso, com menos influência na sociedade.

A identidade cultural, em níveis diferentes, constrói a consciência do povo. Isso ocorre devido à necessidade de comunicação, e aquele que se comunica o faz por meio de certos meios e formas. Um dos objetivos de democratizar a cultura é aumentar o acesso aos bens culturais que já existem, possibilitando que as pessoas possam desenvolver o seu próprio modo de ser e participar da comunidade como um todo. O acesso à cultura depende de alguns aspectos específicos: o acesso físico permite a melhor distribuição dos equipamentos culturais, e também possibilita o transporte de todas as pessoas, independente de onde residam (periferia, subúrbio, centro); o acesso econômico está relacionado aos custos de participar dos eventos culturais de uma cidade ou comunidade, portanto, deve-se pensar na relação custo-benefício entre a criação e o consumo artístico; e o acesso intelectual, que é responsável pela compreensão do produto artístico, formando público e agentes culturais.

O Brasil possui uma vasta herança cultural, e um exemplo disso se encontra nas artes visuais. Na pintura, desde o estilo barroco foi desenvolvida uma tradição relacionada à decoração de igrejas, e muito pode ser visualizado nos centros nordestinos e no Estado de Minas Gerais. Com a ascensão do Modernismo no século 20, o país acompanhou uma onda de renovação trazida por artistas como Di Cavalcanti,

Portinari e Tarsila do Amaral. Já no campo da escultura, o país também possui referências importantes, como Rodolfo Bernardelli e Amilcar de Castro, muito influenciados pelas obras de Aleijadinho. Toda essa diversidade histórica do país, aliada a obras musicais e literárias, nem sempre é direcionada à população como deveria. Entretanto, algumas entidades existentes facilitam o acesso das pessoas à cultura.

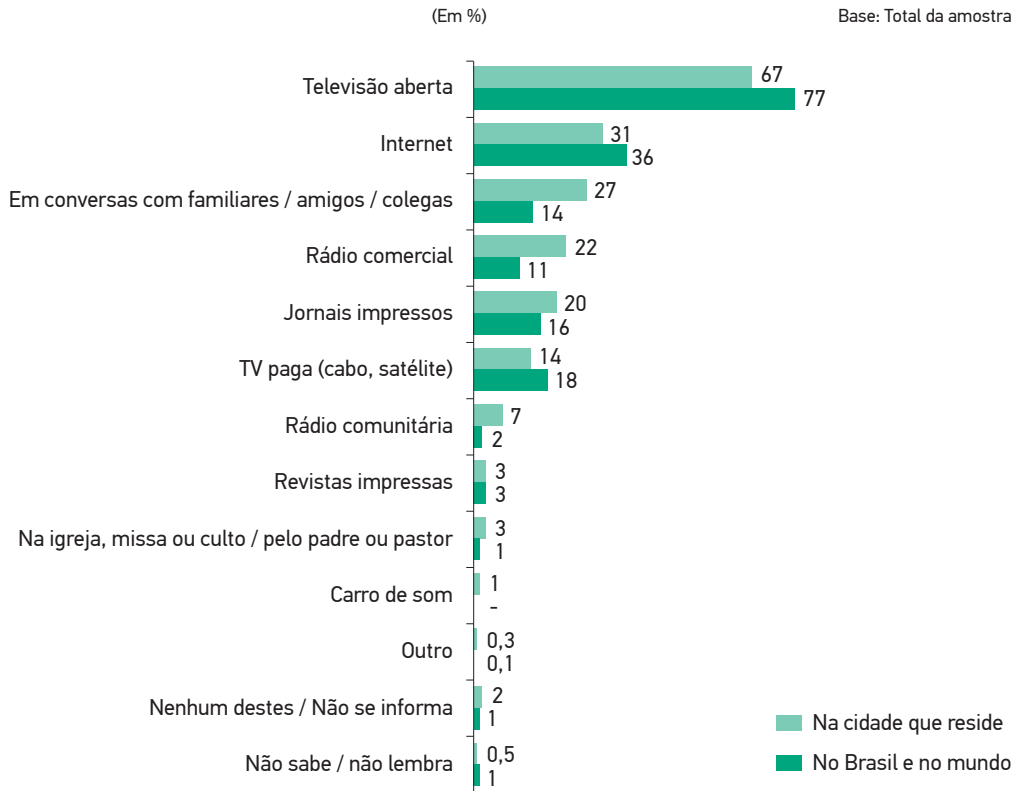
Em 1940 foi concebido o Sistema S, conjunto de instituições criadas por empresários as quais são alimentadas com recursos dos setores correspondentes, revertidos para o bem-estar e a formação do trabalhador. Em 1946 foi desenvolvido o Serviço Social do Comércio (SESC), empresa privada sem fins lucrativos mantida por empresários de bens, comércio e serviços. O SESC se caracteriza por ser uma das maiores empresas a investir em áreas como educação, esporte, lazer e, principalmente, cultura. Sua abrangência também tem grande contribuição para que isso ocorra, visto que várias unidades estão espalhadas por todo o território nacional. A instituição prioriza locais próximos a terminais de ônibus ou a estações de metrô, viabilizando e facilitando o acesso dos visitantes. Diversos eventos, como peças de teatro, exibição de filmes e shows, também fazem parte das atividades culturais, sendo muitas vezes gratuitas para os associados ou com preço acessível.

Devido à dificuldade na coleta de dados concretos sobre a produção e consumo cultural, o SESC desenvolveu recentemente uma pesquisa visando a ampliar a investigação acerca dos hábitos e práticas culturais do povo brasileiro. Segundo o portal, a pesquisa “Públicos de Cultura” foi realizada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Fundação Perseu Abramo por meio de 2.400 entrevistas em 139 municípios.

A pesquisa retrata hábitos e gostos culturais dos indivíduos entrevistados. Dentre os *hábitos culturais* são analisados comportamento, disponibilidade e constância com a qual os abordados produzem ou consomem cultura. De acordo com os dados da pesquisa, de segunda a sexta-feira 58% dos entrevistados ocupam seu tempo ocioso com atividades caseiras. Aos finais de semana, 34% afirmam realizar atividades em casa, 34% procuram por atividades de lazer e 9% se dedicam a



MEIOS QUE COSTUMA SE INFORMAR SOBRE O QUE ACONTECE NA CIDADE QUE RESIDE, NO BRASIL E NO MUNDO



práticas religiosas. Com relação à produção cultural, os resultados mostram que uma pequena parcela da população mostra-se comprometida com a ampliação cultural. Somente 15% alegam cantar individualmente ou em grupo, 13% se dedicam a dança e 10% tocam algum instrumento. Ainda há atividades menos realizadas, como o teatro e a expressão corporal, contando com apenas 1% dos entrevistados. Muitas das pessoas em questão dizem se informar sobre as atividades que costumam participar por meio de amigos ou pela mídia. A escolha por expressões culturais como música, leitura, dança e artes cênicas mostram o que é valorizado pelos brasileiros e onde buscam entretenimento.

Durante a coleta de dados, pessoas de todos os gêneros, idades, escolaridade e região do país foram ouvidas, e foram tomadas como base para a percepção dos hábitos e preferências culturais. Muitas das pessoas abordadas são casadas e acreditam em algum tipo de religião, dentre as quais o catolicismo abrange 57%, e a religião evangélica, 28%. Como

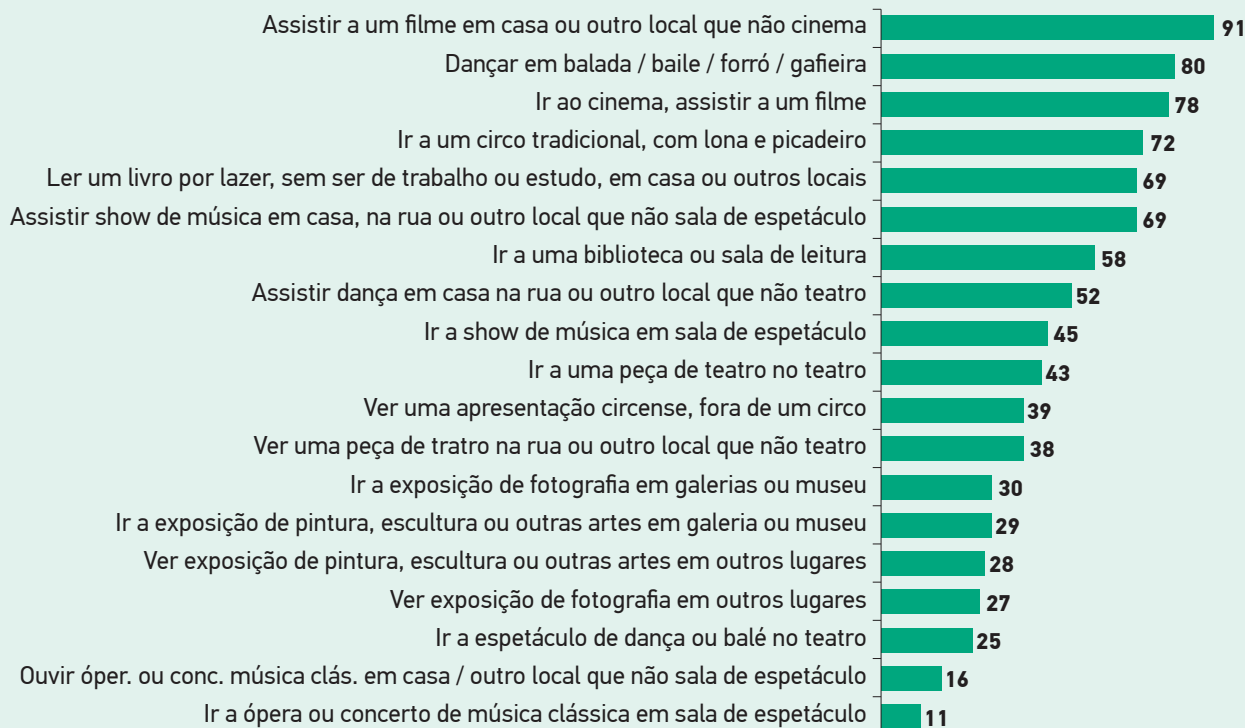


A identidade cultural, em níveis diferentes, constrói a consciência do povo. Isso ocorre devido à necessidade de comunicação, e aquele que se comunica o faz por meio de certos meios e formas. Um dos objetivos de democratizar a cultura é aumentar o acesso aos bens culturais que já existem, possibilitando que as pessoas possam desenvolver o seu próprio modo de ser e participar da comunidade como um todo

fonte de busca por informações acerca de sua região, do Brasil ou do mundo, a televisão destaca-se como o principal meio de acesso. Já com relação à utilização do aparelho celular, 87% dos entrevistados possuem pelo menos um celular e o utilizam principalmente para realizar ligações. Em seguida, destacam-se as demais funções, como mensagens de texto, acesso à internet, fotografias etc.

FREQUÊNCIA A ATIVIDADES CULTURAIS

(Estimulada e única, em %)



A pesquisa realizada pelo SESC ainda afirma que as pessoas estabelecem a influência de determinados gêneros na formação do seu gosto cultural de acordo com as características de cada região do país. Dos indivíduos abordados, 63% assistem somente à televisão aberta, e 28% assistem tanto a programação da televisão aberta como da TV fechada. Novelas, filmes e jornais figuram entre as preferências na programação dos entrevistados. Com relação aos filmes assistidos, 39% optam por filmes de aventura ou ação, 38% preferem comédias e 20% assistem romances. Apenas 2% assistem filmes com temática social ou musical. Acerca dos gêneros de teatro, 33% preferem comédia, ao passo que 28% não sabem ou nunca foram ao teatro. Exposições e manifestações culturais artísticas são menos procuradas pelo público. Dos indivíduos abordados, somente 14% vão a exposições de arte, 26% nunca foram e 26% não têm preferência por nenhum tipo de exposição. Dentre os gostos musicais, 40% apontam o sertanejo como ritmo favorito, enquanto em segundo lugar

está ranqueada a MPB, com 23%. Já entre as danças, o forró é a favorita, com 22%, seguida pela dança de salão e o samba, com 11% cada um. Quando abordados a respeito da quantidade de livros lidos nos últimos 6 meses, o resultado não é dos mais animadores. Dos entrevistados, 58% não leram nenhum livro no período descrito, e, dentre os temas de preferência estão romance ou ficção, assim como a Bíblia e outros livros de cunho religioso.

Esta pesquisa realizada pelo SESC demonstra a carência de grande parte da população por mais projetos associados à cultura e que consigam inserir o cidadão nesse ambiente. Uma pessoa sem acesso à cultura corre o risco de se alienar em relação às questões acerca do ambiente no qual está inserida. Investir em educação é o primeiro passo, afinal, é preciso despertar o interesse para descobrir sobre si e sobre o ambiente em que se vive. Mais do que parte da identidade de uma nação, a cultura é essencial para que o próprio indivíduo construa a sua individualidade e exerça seu papel na sociedade. 📖

PROJETO PRETENDE LIMPAR METADE DO PACÍFICO EM ATÉ DEZ ANOS

Por Paula Craveiro



Boyan Slat, holandês de 19 anos, responsável pela tecnologia The Cleanup Ocean

Tecnologia funciona como uma barreira flutuante, que aproveita as correntes oceânicas para bloquear a passagem de resíduos encontrados no mar

Realizado em 2012 com o objetivo de retirar o lixo dos oceanos, o projeto *The Cleanup Ocean* foi criado pelo estudante de Engenharia Aeronáutica Boyan Slat, um holandês de 19 anos, e consiste na utilização de correntes oceânicas naturais e dos ventos para transportar passivamente o plástico e demais resíduos para uma plataforma de coleta.

Em vez de usar redes e embarcações para a remoção do material, barreiras flutuantes sólidas em forma de V, ancoradas ao fundo mar, serão utilizadas para esse fim. “Como não há redes neste processo, a limpeza é inofensiva ao ecossistema marinho”, destaca Slat.

A ideia surgiu quando o jovem, aos 16 anos, fez um mergulho durante suas férias na Grécia e viu que havia mais garrafas de plástico do que peixes na água. “Infelizmente, o plástico não desaparece sozinho do meio ambiente. É preciso que haja a ação humana para que ele saia da água. Então, pensei, o que podemos fazer para limpar isso?”, lembra o criador da iniciativa.

A principal vantagem do método proposto está em permitir que os mares sigam seu fluxo normal, sem prejuízos à vida marinha e, ainda assim, juntar o material indesejável em um único local para permitir sua retirada. Em vez de ir até o plástico, as barreiras deixam que o plástico vá até elas e, a partir dali, esse material receberá o destino adequado. Com esse método, porém, só é possível reunir o material que fica mais próximo da superfície, nos primeiros três metros de profundidade.

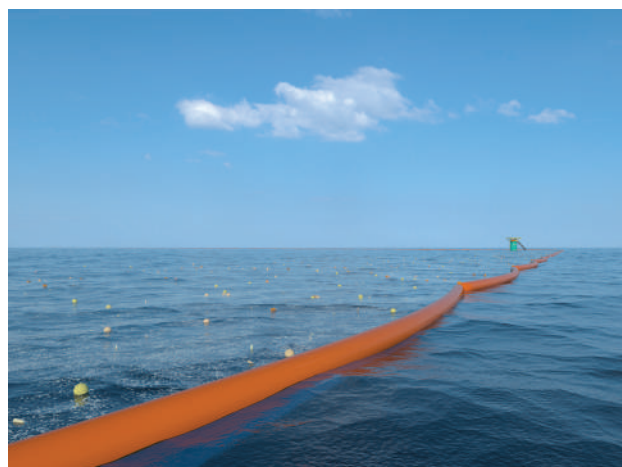
Após ser colocado em prática, a estimativa é de que a taxa de recolhimento seja de 65 metros cúbicos de lixo por dia, e que ele seja pego por navio a cada 45 dias. A expectativa dos pesquisadores envolvidos na ação é de que metade do Oceano Pacífico seja limpo em até 10 anos.

Slat espera compensar os custos da operação a partir da reciclagem do plástico coletado para outros usos.

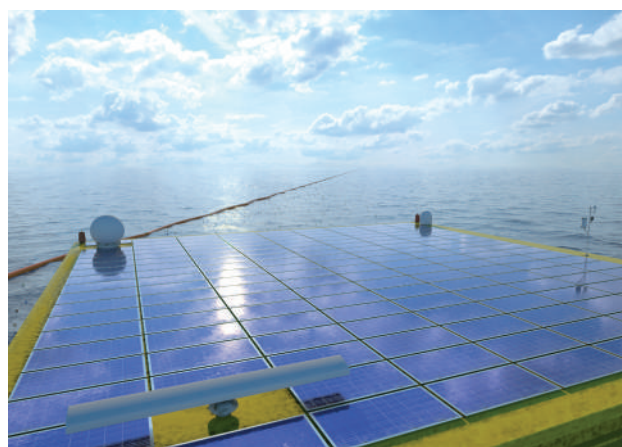
ETAPAS INICIAIS

Durante a primeira fase do projeto, iniciada no segundo trimestre de 2013, foi realizada extensa pesquisa científica de oceanografia, engenharia, ecologia, direito marítimo, finanças e reciclagem, que contou com o envolvimento de mais de cem especialistas.

O estudo resultou em um relatório de 530 páginas, que procurou demonstrar que o conceito consiste em um



DIVULGAÇÃO



Protótipo em fase de teste

Após ser colocado em prática, a estimativa é de que a taxa de recolhimento seja de 65 metros cúbicos de lixo por dia, e que ele seja pego por navio a cada 45 dias

método viável para remoção de detritos da mancha de lixo existente entre o Havá e a Califórnia, na qual as correntes marinhas se encontram, concentrando toneladas de plástico e outras substâncias poluentes.

Para confirmar a eficácia do projeto, foram realizados testes com um protótipo, que mediu a capacidade de captura e a concentração da barreira, que atinge até três metros de profundidade, onde normalmente esses resíduos são encontrados.



Boyan Slat e croqui do projeto *The Cleanup Ocean*

CAPTAÇÃO

As primeiras doações, recebidas em abril de 2013, viabilizaram a criação da Fundação The Cleanup Ocean e os estudos iniciais sobre o experimento, que contaram com contribuições voluntárias de pesquisadores.

O próximo passo é colocar em funcionamento uma plataforma-piloto para a realização de testes por um período de até quatro anos, antes de sua implantação total. A arrecadação para essa nova etapa começou em 3 de junho de 2014 e tem o objetivo de captar US\$ 2 milhões em cem dias.

PRÓXIMOS PASSOS

A fim de preencher a lacuna entre o resultado do estudo e a plena implantação do conceito, será necessária a realização de uma série de testes de escalas, que resultará em um piloto operacional de grande porte, com início previsto tão logo seja concluída a captação de recursos para financiamento.

“Pela frente, há ainda outros desafios, como descobrir se a estrutura suporta tempestades e como mantê-las no mesmo lugar. Esse tem sido nosso foco desde o ano passado”, explica Boyan Slat.

Pela frente, há ainda outros desafios, como descobrir se a estrutura suporta tempestades e como mantê-las no mesmo lugar. Esse tem sido nosso foco desde o ano passado

A equipe de pesquisadores também está preocupada com a logística e o transporte, por exemplo, se o navio precisa ser registrado em algum país e se o equipamento não interferirá no tráfego marítimo. “Investigamos ainda se o projeto não causaria algum tipo de mal ao ambiente. O destino dado ao plástico foi outro ponto de preocupação, e descobrimos que o material pode ser transformado em óleo ou aproveitado em outros produtos”, completa.

Embora a iniciativa apresente boas perspectivas para os oceanos e, conseqüentemente, ao meio ambiente, Slat ressalta que não se trata de uma solução definitiva. “Embora a limpeza tenha um efeito profundo, ela é apenas parte da solução. Precisamos também de nos conscientizar e evitar que qualquer plástico chegue aos oceanos”, enfatiza. 🌱

Link: www.theoceancleanup.com

DEZ PONTOS QUE VOCÊ PRECISA SABER QUANDO ESTIVER DIANTE DE UM CÃO-GUIA



O cão-guia é selecionado e treinado por quase dois anos para poder desempenhar, com segurança, a sua função: conduzir o cego pela cidade. O cão e o seu dono se comunicam a todo instante, por movimentos na guia ou comandos verbais. Essa interação é fundamental para a segurança, a mobilidade e a agilidade de ambos.

No entanto, o instrutor internacional do Iris Cão-Guia, Moisés Vieira Júnior, revela que é muito comum as pessoas confundirem o cão-guia com um bicho de estimação, atrapalhando o trabalho de condução do cão. “No Brasil, a cultura do cão-guia é muito incipiente, existem poucos cães nessa função. Muitas vezes as pessoas não sabem como agir corretamente quando se deparam com ele e podem acabar prejudicando o trabalho do cão e até colocando em risco a segurança do cego que está sendo conduzido”, explica Moisés. Com o intuito de levar mais conhecimento sobre o cão-guia para os cidadãos, o Iris Cão-Guia, organização sem fins lucrativos dedicada a treinar e doar cães-guia aos cegos brasileiros, elencou dez pontos que você precisa saber quando estiver diante de um cão-guia:

1. Nunca fale ou toque no cão-guia enquanto ele estiver com a guia e o colete. O uso deste equipamento significa que ele está trabalhando, ou seja, conduzindo o seu dono, portanto não pode perder o foco de suas atividades.
2. Jamais alimente o cão-guia. Ele tem horário certo para comer.
3. O cão-guia só pode ser acariciado quando estiver sem a coleira e o colete – sinal de que está no intervalo de descanso.
4. Se estiver com algum cão, controle-o para que não prejudique o trabalho do cão-guia e seu dono.
5. Não tenha medo do cão-guia: ele é bem treinado e não vai te morder.
6. Se quiser ajudar um cego e seu cão-guia, pergunte primeiro se o dono está precisando de auxílio. Jamais toque sem que ele esteja preparado.
7. Em ônibus ou no metrô, seja gentil e deixe o cão-guia e o seu dono entrarem primeiro no coletivo. Isso facilita o trabalho do cão.
8. Nos coletivos, o cão-guia sempre se posiciona aos pés do seu dono, acomodado no assoalho. Tome cuidado, ao sair, para não pisar nele.
9. O cão-guia está habituado e capacitado a entrar e permanecer em todos os tipos de estabelecimento. Fique tranquilo: ele não fará bagunça ou causará transtornos.
10. A lei 11.126 garante o acesso do cego e seu cão-guia a qualquer ambiente coletivo, público ou privado. 🐕



AGENTES DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E O DESCARTE PRECOCE

O mercado de consumo se encontra em permanente ciclo de produção e venda, que tem como objetivo fundamental satisfazer a incessante necessidade dos consumidores. Correto? Nem tanto.

Por trás desta afirmação há fatores omitidos que comprometem diretamente os produtos e o consumo. Por um lado, fabricantes desenvolvem bens com ciclo de vida limitado, a fim de induzir a troca contínua. Por outro, consumidores são bombardeados por estímulos externos, alimentando os anseios pelo consumo de novos produtos.

Mas, pensando bem, podemos depositar toda a responsabilidade pelo consumo exacerbado e troca incessante de produtos somente nos fabricantes? Ou serão os próprios consumidores agentes ativos deste ciclo de consumo e descarte? Existem soluções para conter o descarte antecipado e desacelerar a consumo?

O estudo realizado pela Market Analysis, em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), traz informações aprofundadas sobre a relação do consumidor com a realidade da obsolescência programada, e também sobre como o brasileiro realiza o descarte ou substituição de produtos.

Nesta pesquisa foram consultadas 806 pessoas que vivem em cinco regiões do Brasil. Os dados revelam que 47% trocam seus dispositivos eletrônicos antes mesmo destes apresentarem falhas técnicas. O que isso quer dizer? Afinal, não é o ciclo de vida reduzido a razão pela qual consumimos novos produtos?

O estudo aponta como os consumidores estão antecipando a troca de produtos a fim de possuírem aparelhos mais modernos e com tecnologia mais avançada. Fatores psicológicos e sociais intensificam comportamentos em que as pessoas deixam de consumir por necessidade e passam a consumir por hábito. A pesquisa também aponta polaridades entre homens e mulheres e

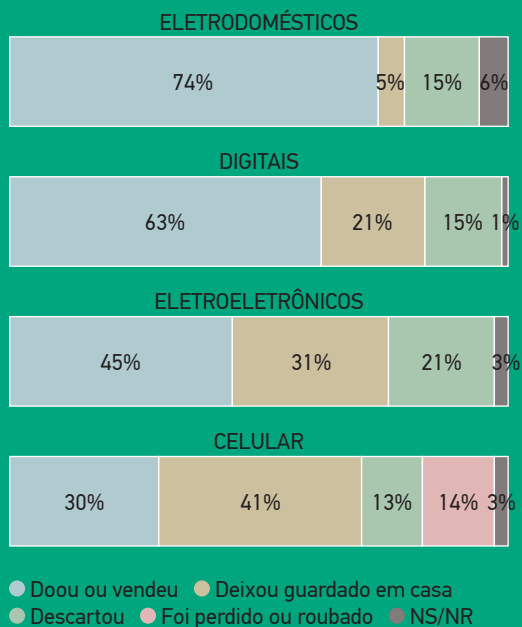
classes sociais. Mulheres tendem a trocar produtos por motivos de funcionamento com mais frequência (60% versus 53% da população geral) enquanto os homens costumam fazê-lo a fim de possuírem aparelhos mais modernos (55% versus 47% da população geral), assim como as pessoas pertencentes às classes mais altas (59% versus 46%). O hábito de reutilização dos produtos a fim de evitar o descarte recebe menor importância pela maioria dos brasileiros. De forma geral, o descarte precoce indica a priorização dos consumidores de manterem-se alinhados às tendências e novidades do mercado.

Sabendo que a compra do novo é recorrente, como é feito o descarte dos produtos antigos? Há oportunidades mercantis nesta etapa do ciclo de vida do produto? Existem formas de conter o descarte com o intuito de reduzir o volume do consumo?

A pesquisa indica que o descarte de equipamentos ocorre de maneira diferenciada conforme o produto em questão. Dentre as diferentes formas de se desfazer do aparelho, doar, vender ou guardar o produto em casa predominam como ações mais comuns. No geral, uma parcela bastante restrita (1/6) descarta

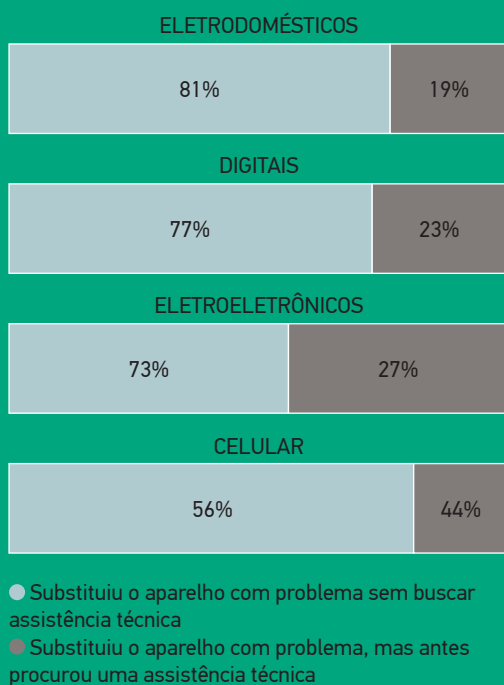
MULHERES TENDEM A TROCAR PRODUTOS POR MOTIVOS DE FUNCIONAMENTO COM MAIS FREQUÊNCIA (60% VERSUS 53% DA POPULAÇÃO GERAL) ENQUANTO OS HOMENS COSTUMAM FAZÊ-LO A FIM DE POSSUÍREM APARELHOS MAIS MODERNOS (55% VERSUS 47% DA POPULAÇÃO GERAL)

FORMAS DE DESCARTE DO EQUIPAMENTO ANTIGO



- Doou ou vendeu
- Deixou guardado em casa
- Descartou
- Foi perdido ou roubado
- NS/NR

PROCURA POR ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS EQUIPAMENTOS COM PROBLEMAS



- Substituiu o aparelho com problema sem buscar assistência técnica
- Substituiu o aparelho com problema, mas antes procurou uma assistência técnica

efetivamente os aparelhos eletrônicos. Aproximadamente 75% doam ou vendem os eletrodomésticos antigos para terceiros. Para esses equipamentos, portanto, o descarte significa o início de um novo ciclo de vida.

O estudo também revelou que atitudes relacionadas ao descarte de aparelhos variam para indivíduos em diferentes estágios da vida, gênero e classe social. Enquanto os mais velhos (50 anos ou mais) tendem a guardar os aparelhos celulares em casa, as mulheres são as principais atuantes no descarte de eletrodomésticos. Ainda, a doação dos equipamentos para terceiros é mais comum entre as classes mais altas.

O que se observa é um hábito generalizado de descarte indireto do produto. Contudo, nota-se também o costume de aquisição de novos produtos para uso simultâneo ao dos antigos. No caso dos eletroeletrônicos, por exemplo, 40% continuam usando ambos. Consumidores buscam soluções rápidas para aparelhos que nem sempre se encontram em um estado de inutilização completa.

Comprar um novo é a única opção quando um aparelho falha? E aqueles inúmeros telefones para suporte que constam em cada manual e garantia de produto? Como é a relação do consumidor com a assistência técnica?

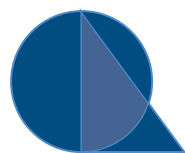
Os consumidores que trocaram seus equipamentos por um novo em decorrência de problemas de funcionamento, de forma geral, não procuraram assistência técnica para o conserto do aparelho antigo: 77% substituíram algo sem pensar nessa opção. Naturalmente, sem grandes incentivos ou mesmo presença de locais destinados ao conserto de equipamentos, o consumidor percebe a compra de um novo produto como a saída mais prática, rápida e econômica para seu problema. Além disso, o estudo indica que a minoria que chega a buscar serviços de assistência especializada acaba comprando novos bens da mesma forma. O motivo de desistência do conserto, na maioria das vezes, é o custo elevado do serviço. A compra de um celular novo pode exigir menos capital financeiro, e de tempo, do que o serviço de troca de peças, por exemplo.

A busca pelos serviços de assistência técnica e o incentivo à reutilização de produtos é uma saída ainda bastante subutilizada: apenas 23% dos brasileiros recorrem a essa opção. O que está cenário nos mostra? Fica evidente a oportunidade para incentivar e consolidar o hábito de busca pelo conserto e reutilização de produtos que passaram por alguma falha técnica no sentido de desacelerar o consumo frenético e evitar o descarte de aparelhos ainda em condições de uso. Ainda, a cristalização de um mercado de objetos usados se destaca tanto como uma alternativa para modelos de negócio que possam lucrar com o reaproveitamento de equipamentos, quanto uma opção coerente para estimular o relacionamento consciente e sustentável com a compra e descarte de aparelhos. Sustentar a infraestrutura necessária para maximizar as vantagens destes hábitos pode fazer a diferença na redução dos números cada vez maiores de lixo eletrônico produzido no Brasil. 🌱

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**



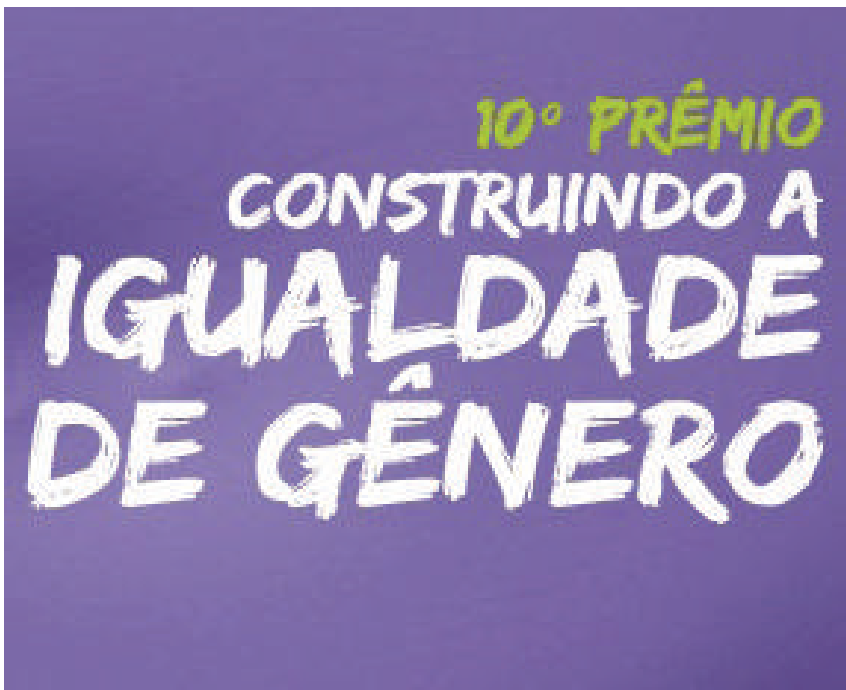
Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS

Estão abertas até 28 de novembro as inscrições para o 10º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, edição 2014, para concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos na área de relações de gênero, mulheres e feminismo. São cinco categorias de participação: redação, para estudantes do ensino médio, e artigo científico voltado a estudantes de graduação, de mestrado e de doutorado, graduada e graduado e mestra e mestre. O concurso premia a Escola Promotora

da Igualdade de Gênero, para valorizar projetos e ações pedagógicas desenvolvidos em escolas de nível médio. O Prêmio tem como objetivos estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país, contemplando suas interseções com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos; e sensibilizar a sociedade para tais questões. www.igualdadedegenero.cnpq.br

PROJETO COMPOSTA SÃO PAULO IRÁ DISPONIBILIZAR DUAS MIL CAIXAS COMPOSTEIRAS GRATUITAMENTE

A Prefeitura de São Paulo lançou o programa Composta São Paulo, que vai selecionar dois mil domicílios para receber composteiras domésticas e participar de oficinas de compostagem e plantio. Para participar do projeto é preciso realizar um cadastro no site ter um espaço de 60 cm x 40 cm x 90 e produzir lixo orgânico diariamente. A ideia da iniciativa é produzir dados para elaborar política pública para estimular as práticas de compostagem doméstica e reduzir a quantidade de resíduos que são enviados aos aterros sanitários. www.compostasaopaulo.eco.br



PACTO GLOBAL DA ONU ORGANIZA SEMINÁRIOS SOBRE RUMOS DO CONSUMO SUSTENTÁVEL

O Instituto Cidade Sustentável, com apoio da Rede Brasileira do Pacto Global, promove um ciclo de seminários públicos até o final de 2014, com o objetivo de discutir as prioridades da sociedade para um modelo de desenvolvimento que permita maior bem-estar e igualdade social, com redução de riscos ambientais. Os próximos seminários ocorrem em Brasília, em 28 de agosto; Salvador, em 18 de setembro; São Paulo, em 6 de novembro; Manaus, com data a definir; e Belo Horizonte, em 3 de dezembro. Os seminários buscam realizar amplo debate entre órgãos do governo, organizações não governamentais, comunidades acadêmicas, setor privado e consumidores, incorporando o compromisso assumido pelo Brasil no Processo de Marrakesh, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (Undesa). www.onu.org.br



1º CONGRESSO DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS

O Congresso de Acessibilidade, será o primeiro congresso nacional da área a ser realizado de forma totalmente gratuita pela internet. O evento acontecerá entre os dias 21 e 27 de setembro de 2014, coincidindo com a comemoração do Dia Nacional de Luta pela Inclusão das Pessoas com Deficiência. Além de palestras e entrevistas, o congresso contará ainda com um espaço virtual para parceiros, com

informações de contato de diversas organizações de apoio ao deficiente; empresas de recolocação, formação e capacitação profissional; empresas desenvolvedoras de tecnologias de informação e comunicação, assistivas e para reabilitação, sites de relacionamento, agências de turismo acessível, projetos de esporte adaptado, cultura acessível, arquitetura humanista, moda inclusiva e muito mais.

www.congressodeacessibilidade.com

SITE INTEGRA FABRICANTES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ENTIDADES BENEFICENTES QUE NECESSITAM DE DOAÇÕES

O eOBRA foi desenvolvido para ser uma solução tecnológica voltada ao setor de material de construção. Sua concepção teve como base uma necessidade verificada no mercado por meio de pesquisas com fabricantes, revendedores e Centros de Ação Voluntária. Para participar do o fornecedor realiza um pré-cadastro e, após sua validação pelos gestores do site, publica e descreve os itens disponíveis para doação, juntamente com a imagem correspondente. As entidades filantrópicas e ONGs devem se cadastrar e entrar em contato com a indústria por meio do próprio site.

www.eobra.com.br

ENSINO SUPERIOR: INSTITUIÇÕES PODEM ÁDERIR À CAMPANHA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior Particular (Abmes) abriu inscrições para a décima edição da Campanha da Responsabilidade Social. As entidades educacionais podem se cadastrar até o dia 12 de setembro no, site da campanha, para oferecer uma série de atividades gratuitas para a população, nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente. O evento ocorre de 15 a 20 de setembro. Podem participar da campanha todas as instituições de ensino superior, associadas ou não à Abmes, inclusive públicas, além de unidades do Sistema S. A adesão é gratuita.

www.dia.abmes.org.br



TOQUE DE MÃO

O grupo **Toque de Mão** é formado por artesãs do bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, com o apoio da ONG Pro-Social, do BG Group e do Instituto Marquês de Salamanca. As artesãs, hábeis no bordado e na costura, são responsáveis pela criação de peças originais e diferenciadas feitas com retalhos de tecidos doados por lojas famosas. São mulheres empreendedoras que, com muita criatividade, produzem bolsas, acessórios para casa e brindes. Os produtos são inspirados em obras de pintores brasileiros como Cândido Portinari, Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. O grupo também presta serviços de bordados sob encomenda para grandes estilistas e faz desse trabalho sua fonte de renda, contribuindo de forma significativa para o engrandecimento pessoal e profissional de seus participantes.

www.facebook.com/toquedemaost



Mochila

Valor: R\$ 69,90



Bolsa Eco Carteira

Valor: R\$ 24,90

NÓS DO PONTO CHIC

A associação **Nós do Ponto Chic** foi criada em 1995 em Nova Iguaçu (RJ) a partir de uma parceria com o comitê Elos da Cidadania, de funcionários do Banco do Brasil e 12 artesãs, moradoras do bairro Ponto Chic. As artesãs usam malotes velhos como matéria-prima principal de suas criações. As peças são criadas em parceria com o designer Cocco Barçante e carregam a identidade do grupo. Como é um material espesso, o tecido é cortado um a um num verdadeiro trabalho de paciência. O processo inteiro, desde o recebimento do malote até a entrega de uma bolsa pronta, leva três dias. Mas o resultado é compensador. O maior desejo das artesãs é ver suas peças expostas e reconhecidas.

www.facebook.com/NosDoPontoChic



Jogo americano

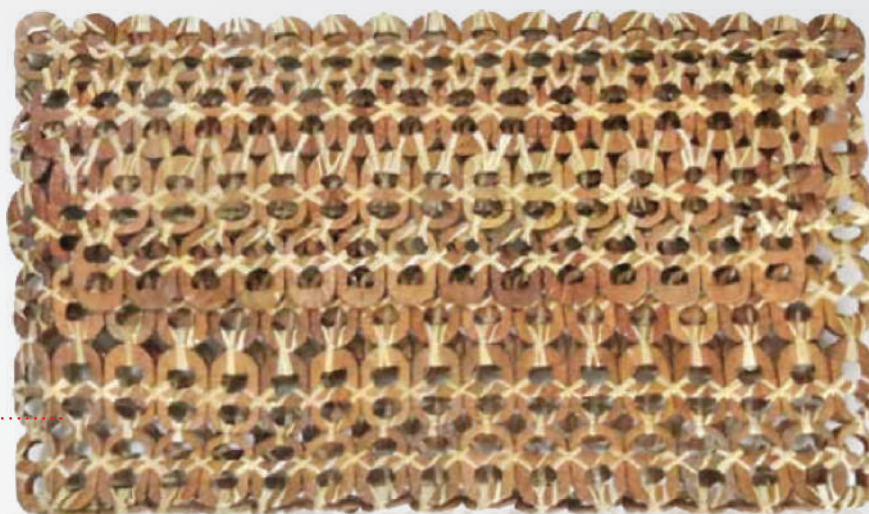
Valor: R\$ 24,90

TAWARY

Sediadas na pequena comunidade de Santo Antonio, no Amazonas, formada por apenas 60 pessoas, um grupo de 10 pessoas encontraram no artesanato a oportunidade de gerar renda e melhorar as condições de vida. Com o auxílio do Coletivo Artes, apoiado pela Coca-Cola, o projeto transformou a comunidade inteira. Atualmente, a renda média familiar é de R\$ 550.

📌 http://j.mp/RF_Tawary

Bolsa
Valor: R\$ 224,90



MULHERES DO SALGUEIRO

O Empreendimento Solidário **Mulheres do Salgueiro** é um dos principais projetos do Comunidades em Ação – Centro de Integração e Desenvolvimento Comunitário, que transforma o couro de tilápia (peixe), considerado um problema ambiental, em roupas, bolsas, pulseiras, chaveiros e outros acessórios. O projeto deu seu primeiro passo em 1999, como estímulo à autoestima dos moradores da região e à qualificação de mulheres da comunidade que trabalhavam no lixão. Com o tempo, parte dessas mulheres formou um grupo de costura. Em 2006, com o apoio da incubadora do Instituto Genesis da PUC/RJ, iniciou o uso da tilápia para a criação artesanal. São cerca de 10 artesãs. As artesãs trabalham com o produto final desse processo para produzir suas peças. O grupo trabalha muito por encomenda, mas é possível encontrar alguns produtos a venda na própria sede.

📌 www.facebook.com/pages/Mulheres-do-salgueiro



Organizador de gaveta
Valor: R\$ 19,90



MELHOR DO MUNDO OU MUNDO MELHOR?

Acabou a Copa. Tanto foi dito e desdito. Fatos, opiniões, versões, invenções, suposições e, em especial, teorias relacionadas a conspirações de diversas naturezas. Enfim, acabou.

Prometi a mim mesmo que não escreveria sobre futebol. Pretendo me manter o mais fiel possível à promessa. Mas, pelo visto, não conseguirei ignorar os sinais que circularam com o vento nas últimas semanas. Tentarei ao menos estabelecer conexões entre esse tema e outros, que seguem na pauta de quem gosta de gente.

Eu já fui muito mais apaixonado por futebol. Aos 13 anos de idade, vivi a primeira grande emoção como torcedor: o coração corintiano vibrou sem pudor com a conquista do campeonato brasileiro. Corri feito maluco no quintal da minha casa, em Cuiabá. Senti-me campeão! Era o primeiro título nacional do meu time. Até então, eu não tinha visto a seleção ser campeã do mundo, algo que aconteceria somente quatro anos depois, nos Estados Unidos.

O Corinthians daquele campeonato tinha um craque. Parecia que ele resolvia tudo sozinho. Cobrava faltas, escanteios, pênaltis. Dava carrinho, brigava com os adversários, arrumava confusão com o juiz e com a torcida adversária. Parecia tomado por uma força incontrolável, para o bem ou para o mal. Mas ele não jogava sozinho. Fui descobrir isso bem mais tarde, iludido que estava pelo brilho daquela estrela.

Lá se vão 24 anos. Já não moro em terras cuiabanas há bem mais de uma década. Já vi diversos outros títulos do meu time e da minha seleção nacional. Mas nunca mais corri feito maluco pelo

quintal, como fiz daquela vez. Tampouco idolatrei um único integrante de uma equipe. A minha maneira de torcer mudou porque eu mudei.

Uns podem dizer que perdi a euforia destrambelhada, o arrebatamento histórico, a alegria catártica de sentir-se campeão. Ou seja, pode-se encontrar alguma perda nessa mudança. Mas suspeito que os benefícios sejam mais valiosos, fazendo-me celebrar a nova forma de compreender quais são as melhores vitórias e os melhores ídolos.

Com toda certeza, as aventuras vividas na realização de programas sociais interferiram decisivamente no desenvolvimento desse novo olhar e sentir. Acompanhar de perto a potência que reside em um grupo heterogêneo inspirado por uma causa comum me ensinou muito. Perceber o valor individual das múltiplas estrelas de um projeto – umas mais brilhantes e outras um pouco menos, a depender do contexto –, ensinou-me muito. Descobrir que a sinergia realmente pode existir, ou seja, que a soma de um mais outro pode resultar em mais do que dois, ensinou-me muito. Apaixonar-me pelo jogo coletivo, seja em cena (como ator, palhaço ou palestrante) ou na gestão de projetos, ensinou-me muito. Convencer-me de que posso, e devo, alimentar de forma equilibrada a caixa de ferramentas e a caixa de conexões humanas, ensinou-me muito.

O aprendizado também aconteceu nas derrotas. Saber que algo que ainda não deu certo pode, sim, ser um degrau para uma conquista mais merecida. Minha resiliência foi alimentada quando aprendi a perder e não ser menor por isso, assim como por encontrar

graça e algum tipo de beleza nos troços que, afinal, vieram, vêm e virão. Ou ainda, por ter a coragem de assumir a imperfeição e incapacidade de ser campeão o tempo todo.

Se a Copa me trouxe algo de bom, não foram os jogos da seleção e tampouco os feriados que anularam mais de um mês do calendário. O que eu colhi foi a confirmação do que já vinha percebendo. A vitória dos alemães aconteceu muito, mas muito mais, fora dos holofotes das partidas oficiais. Sem ídolos monopolizando manchetes. Com apreço pela preparação exaustiva. E, mais inspirador do que tudo, pela vontade de se misturar a comunidade de dentro com a de fora, ampliando o grupo com respeito às diferenças.

No futebol ou em qualquer outra experiência coletiva, em especial nas mais relevantes, passou o tempo do improviso e da genialidade das estrelas solitárias. Nem Messi, Cristiano Ronaldo ou Neymar triunfaram. Pode ser mais um recado para pararmos de buscar o melhor do mundo. E talvez começarmos a prestigiar de verdade quem está disposto a fazer o mundo melhor. 🏆



Mais de
550.000
Usuários atendidos
direta e indiretamente

Mais de
100
Formações
realizadas

20
Estados
+ DF

Mais de
1.500
Entidades
Socioassistenciais
Assessoradas

Mais de
4.300
Profissionais da
Política de Assistência
Social capacitados

A PAULUS participa da
implantação do Sistema Único
de Assistência Social - SUAS,
por meio do Assessoramento
técnico às entidades
socioassistenciais de todo o
Brasil.


Núcleo
PAULUS DE FORMAÇÃO,
PESQUISA E DISSEMINAÇÃO SOCIAL





Fórum
Interamericano de
**FILANTROPIA
ESTRATÉGICA**



24 A 27 DE MARÇO DE 2015
GRAMADO - RS

MACROTEMAS



Legislação
e Contabilidade



Comunicação



Administração



Gestão
de Pessoas



Assistência
Social



Captação
de Recursos



**+
DE 100
ATIVIDADES**

**Saiba + sobre
a gestão estratégica
no Terceiro Setor**

**Palestras, debates, minicursos
e muita troca de experiências!**

Realização



Apoio



INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: www.fife.org.br